

# Avante!



## CDU mais forte nas ilhas

Em ambas as Regiões Autónomas, apesar do aumento da abstenção, a CDU sobe em número de votos e em percentagem. Pela primeira vez, nos Açores, o PCP dispõe de um grupo parlamentar.

Págs. 5 e 6

### Campanha do PCP

#### Intensificar o contacto com os trabalhadores

Importantes projectos legislativos foram apresentados na AR pelo PCP e vão ser divulgados numa campanha de contacto com os trabalhadores, em curso até 7 de Novembro e que culminará com um grande encontro dia 9.

Págs. 12 e 32

XVI CONGRESSO  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

democracia e socialismo  
um projecto para o século XXI

8.9.10 DEZEMBRO 2000 LISBOA

#### Debater e agir

Alargar e aprofundar o debate e simultaneamente intensificar a iniciativa política. Enquanto prossegue nas organizações do Partido a preparação do XVI Congresso e o «Avante!» continua aberto às contribuições dos militantes, a luta política continua.

Págs. 16 e 17

### Trabalhadores

#### «Desprezo» na Saúde

A ministra Manuela Arcanjo recusa a prometida participação dos sindicatos, falta a outros compromissos e não resolve os problemas do Serviço Nacional de Saúde, favorecendo o sector privado.

Pág. 13

### Encontro de Quadros da Organização Regional de Setúbal

## Alargar o debate intensificar a iniciativa



Discursos de Carlos Carvalhas e António Abreu Págs. 14 e 19

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO**  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**  
José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Manuel Jorge Veloso  
Margarida Folque

**Gráfico**  
José Araújo

**Fotografia**  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

**Secretaria da Redacção**  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
**DISTRIBUIÇÃO ADE'S**  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
**DELTAPRESS**  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 924 04 47  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

<b>PORTUGAL</b> (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 8 100\$00
	25 números: 4 200\$00
<b>EUROPA</b>	50 números: 21 850\$00
<b>EXTRA-EUROPA</b>	50 números: 30 600\$00
<b>GUINÉ-BISSAU,</b> <b>S. TOMÉ E PRÍNCIPE</b> <b>e MACAU</b>	50 números: 23 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Encontro de Quadros da ORS com Carlos Carvalhas

## Resumo

### 11 Quarta-feira

Os projectos de lei sobre a reforma fiscal apresentados pelos grupos parlamentares da oposição e a proposta do Governo relativa à mesma matéria passam na Assembleia da República. O líder socialista madeirense, Mota Torres, afirma que é «sem qualquer tipo de revanchismo» que afasta das listas do partido às eleições os dois deputados regionais Violante Saramago e Henrique Sampaio, os quais reagem com violência a estas declarações. Mais um jovem palestino abatido pelo exército israelita no sul da faixa de Gaza eleva para 101 os mortos desde o início dos confrontos. O presidente angolano José Eduardo dos Santos adverte o governo de Lusaca de que não tolera qualquer ataque da UNITA a partir da Zâmbia. O Relatório Europeu considera que a situação de Portugal em relação à SIDA é grave visto a percentagem de novos casos não ter diminuído.

### 12 Quinta-feira

O candidato do PCP à presidência da República, António Abreu, manifesta-se contra a substituição das tropas portuguesas no Kosovo por «forças militarizadas». O general piloto-aviador Alvarenga Sousa Santos assume o cargo de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Uma explosão num destroyer da US Navy provocada por um barco pneumático ao largo de Adén (no Iémen) causa cinco mortos e 36 feridos. Os Estados Unidos levantam sanções à Jugoslávia. Israel bombardeia Ramallah.

### 13 Sexta-feira

Divergências com Narciso Miranda levam a direcção da JS do Porto a demitir-se em bloco, alegando que aquele frustra «uma legítima expectativa em torno da renovação no seio do Partido Socialista». Em Biarritz, a União Europeia lança um «apelo solene» para o fim da escalada de violência no Médio Oriente. O presidente sul-coreano Kim Dae-Jung compromete-se a prosseguir os seus esforços a favor da paz e dos Direitos Humanos. Depois de seis meses de prisão, os dois polícias acusados do homicídio de um cidadão de etnia cigana saem em liberdade. O juiz do Tribunal de Instrução Criminal do Porto considera não existirem indícios para manter a acusação.

### 14 Sábado

Jaime Pinto, que se notabilizou em 1994 no bloqueio da Ponte 25 de Abril, é detido pela

PJ de Setúbal por tráfico internacional de droga. O Sindicato dos Professores da Região Centro promove um abaixo-assinado onde denuncia o atraso nos salários e subsídios de férias. Alija Izetbegovic, membro muçulmano da Presidência tripartida da Bósnia-Herzegovina, anuncia o seu abandono do cargo invocando razões de saúde. As ruas de Bruxelas são palco de mais uma etapa europeia da Marcha Mundial das Mulheres 2000. O Boeing 777 da companhia aérea Saudi Arabian Airlines, com mais de cem pessoas a bordo, é desviado da sua rota e obrigado a aterrar em Bagdad.

### 15 Domingo

A CDU sobe em votos e percentagem nas eleições regionais que dão a maioria absoluta a Carlos César do PS nos Açores e a Alberto João Jardim do PSD na Madeira. Com a eleição de José Decq Mota pelo Faial, é a primeira vez que se forma um grupo parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores. Realiza-se em Almada um Encontro de Quadros da ORS do PCP, em que participa Carlos Carvalhas. No Dia Mundial da Alimentação, Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, pede aos governos e à sociedade civil que combatam a fome e a pobreza no mundo.

### 16 Segunda-feira

O Orçamento de Estado é apresentado pelo ministro das Finanças, Pina Moura. O ministro da Defesa, Castro Caldas, não comparece na Comissão dos Negócios Estrangeiros da AR para explicar a retirada dos militares do Kosovo. A coligação apoiante do presidente jugoslavo, Vojislav Kostunica, e o Partido Socialista da Sérvia chegam a acordo sobre a formação de um governo de transição. Sete países africanos realizam cimeira em Maputo para analisar o agravamento dos confrontos militares na República Democrática do Congo.

### 17 Terça-feira

O PCP entrega na Assembleia da República um projecto de lei que visa antecipar o pagamento de indemnizações aos trabalhadores nos processos de falência das empresas. No culminar da Marcha Mundial das Mulheres, delegações de mais de cinco mil organizações juntam-se no parque Dag Hammarskjöld, em Nova Iorque, e entregam milhões de assinaturas na sede da ONU, exigindo a erradicação da pobreza no mundo. O primeiro-ministro israelita Ehud Barak e o presidente palestino Yasser Arafat chegam a acordo sobre o reinício das negociações para a paz no Médio Oriente.

## Aconteceu

### ETA volta a matar

Um médico do Exército espanhol foi abatido a tiro no seu consultório privado de Sevilha por um alegado «comando» da ETA na Andaluzia. Um dos dois «etarras» foi preso pela polícia e o segundo conseguiu fugir, embora ferido a tiro pela polícia. Trata-se da 15.ª vítima mortal dos separatistas bascos em Espanha desde o fim da trégua declarada pela organização separatista clandestina em Dezembro último. A vítima é o coronel-médico da Força Aérea espanhola, um otorrinolaringologista famoso com 58 anos que, a par de

uma carreira clínica privada de muito sucesso, dirigia a policlínica do Comando Aéreo do estreito de Gibraltar. O «etarra» capturado é Juan Igor Solana Matarranz, de 26 de idade e que já tinha sido referenciado pela polícia por ter deixado as suas impressões digitais num atentado gorado à viatura do dirigente do PSOE andaluz José Ascenjo. O «etarra» que conseguiu escapar, apesar de ferido num ombro, é identificado pela polícia como Gorka Palacios Alday, de 25 anos, presumível chefe do «comando andaluzia» da ETA.

### Tempestades no Sul da Europa

Pelo menos 17 inundações e paralisaram quase totalmente a circulação rodoviária e ferroviária. A situação mais grave registou-se no Noroeste de Itália, onde morreram pelo menos 13 pessoas e 15 continuam desaparecidas, tendo já havido a declaração

de estado de emergência nas regiões afectadas (Piemonte, Vale d'Aoste e Ligúria). Na Suíça foram encontradas três pessoas mortas e 15 continuam desaparecidas, enquanto o rio Reno registra inundações raramente vistas.

de estado de emergência nas regiões afectadas (Piemonte, Vale d'Aoste e Ligúria). Na Suíça foram encontradas três pessoas mortas e 15 continuam desaparecidas, enquanto o rio Reno registra inundações raramente vistas.

### Caso UGT adiado e prescrição à vista

Marcada para a passada segunda-feira, a audiência que, finalmente, iria começar a julgar o «caso UGT» sobre desvio de fundos comunitários para cursos de formação foi mais uma vez adiada pelo mesmo motivo que tem sistematicamente impedido a sua realização: a ausência da maior parte dos 36 arguidos no tribunal por alegada impossibilidade do tribunal em os convocar oficialmente «em tempo útil». As notificações do tribunal aos arguidos têm esbarrado sistematicamente com a sua ausência nas residências ou locais oficiais de morada, o que mais uma vez aconteceu. Entre os 22 arguidos que não compareceram nesta audiência da passada segunda-feira estão os nomes de Torres Couto, secretário-geral da UGT na altura das ocorrências agora em julgamento, bem como dos dirigentes Custódio Simões e José Veludo. Aos dois primeiros o tribunal tinha conseguido notificá-los, mas ao último nem isso. Entretanto, fontes judiciais citadas pela Lusa e referidas pelo Diá-

rio de Notícias admitem que o próprio juiz que preside ao processo, Eduardo Lobo, possa vir a declarar o processo prescrito logo que reúna todos os arguidos na sala do tribunal.



### Irmãos do «bloqueio na Ponte» acusados de tráfico de droga

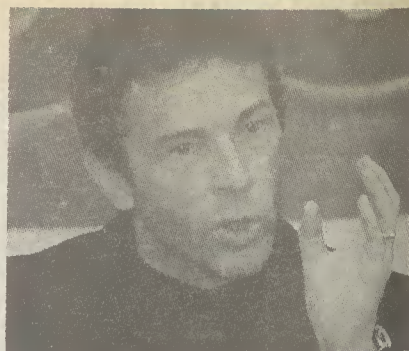
Os irmãos Jorge e Mário Pinto - dois camionistas que se tornaram figuras públicas em 1994 quando lideraram o bloqueio dos camionistas na Ponte 25 de Abril em protesto contra o aumento das portagens então decidido pelo último Governo de Cavaco Silva - foram acusados de liderarem uma rede de tráfico de droga com ligações internacionais, sendo o primeiro preso pela Polícia Judiciária de Setúbal em flagrante delito (transportava, com outro

indivíduo, um carregamento de quatro toneladas de heroína dissimulado num camião modificado para o efeito), enquanto o seu irmão Mário continua a monte sob um mandato de prisão entretanto já emitido pelo tribunal de Setúbal, que confirmou a prisão preventiva a Jorge Pinto. Os dois irmãos Pinto constituíram uma empresa de camionagem e de transportes internacionais após o «bloqueio da Ponte» que lhes deu notoriedade, havendo suspeitas que esta-

rão no centro de uma rede internacional de tráfico de droga onde os camións desempenham um papel ful-

cral. Os dois irmãos Pinto voltaram recentemente à ribalta quando apoiaram publicamente a candidatura à Pre-

sidência da República de Ferreira do Amaral, que era ministro da tutela na altura da crise das portagens.



### Extrema-direita desce na Áustria

O FPÖ, partido de extrema-direita liderado por Joerg Haider que integra, actualmente, o executivo de coligação que governa a Áustria, sofreu um forte desaire eleitoral nas eleições regionais da Estíria, descendo dos 29% obtidos nas legislativas do ano passado para 12,4%, menos de metade do conquistado no anterior escrutínio. O grande vencedor foi o OeVP, partido de direita dita «moderada» e parceiro de coligação do FPÖ, que obteve 47,3% dos votos. Haider, que se retirou formalmente da direcção do FPÖ na sequência do boicotado, claramente, para a precipitação de eleições antecipadas, na esperança de a extrema-direita recuperar rapidamente o terreno agora perdido atribuindo a outros o descalabro dos seus resultados.

## Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

### Eleições U\$A

Na exemplar «democracia» americana decorre mais um ciclo de exemplares «eleições», desta vez para a Presidência dos EUA, que a si mesmos se apresentam como «o leader natural do mundo» (Al Gore), proclamando os seus «valores morais» como imperativos da «missão» de fazer com que todos, globo fora, possam realizar o desejo de «serem mais como nós» (*Int. Herald Tribune*, 13/10). No debate Gore/Bush sobre política externa as diferenças entre os dois foram ténues e movediças, numa campanha que, segundo o mesmo jornal, tem sido uma «dança de luz e sombra». Nada mais natural, porque Gore e Bush, no fim de contas, serão sempre face e coroa duma mesma moeda: os interesses imperiais da **Corporate America**.

A 17/8 o *Público* noticiava que Bush «se tornou no primeiro candidato da história das presidenciais americanas a reunir cem milhões de dólares (mais de 20 milhões de contos) em contribuições da campanha». Não destrinchava o *hard money* (contribuições legais) do *soft money* (as que escapam aos limites e proibições legais, e são o maior quinhão), para não falar já das «debaixo da mesa». Mas o certo é que os recordes estão todos batidos. Segundo a «Causa Comum» (ver na Internet *common cause.org/publications/Sept00.soft money*), e na base apenas dos dados fornecidos oficialmente pelos «comités nacionais dos partidos», nos 18 meses de 1/1/1999 a 30/6/2000 só o *soft money* recolhido por esses comités (não incluindo pois os donativos entregues directamente aos candidatos) totalizava já 256 milhões de dólares, 82% mais que em igual

período das eleições de 1996: 137,4 milhões aos Republicanos, 118,6 milhões aos Democratas. Os maiores doadores foram, naturalmente, as «indústrias»: finanças e investimentos (mais de 24 milhões), telecomunicações (quase 18 milhões, mais de 2,5 vezes que os 7 milhões de 96), computadores e electrónica (13 milhões, mais de 5

**Gore e Bush, no fim de contas, serão sempre face e coroa duma mesma moeda**

vezes a quantia de 96), imobiliária (quase 13 milhões), seguros (mais de 9 milhões), etc., etc. O maior doador foi, até à data, a AT&T, 2,9 milhões repartidos entre Republicanos e Democratas. Aliás, empresas (e sectores) são, como a AT&T, «doadores duplos», jogando nos 2 cavalos, para ganhar sempre nos futuros favores/pagamentos dos seus «investimentos políticos». O *site* citado acima, e outros, fornecem dados bem elucidativos da promiscuidade e guerras que se travam com os financiamentos destas «eleições» exemplares.

Como desabusada e ingenuamente afirmou aos *businessmen* seus patrocinadores, há coisa de 10 anos, o senador republicano Boies Pentose, da Pensilvânia, «creio na divisão do trabalho». «O vosso papel é mandar-nos ao Congresso. O nosso é fazer leis que vos permitam ganhar dinheiro. Com os vossos lucros contribuis (...) para nos enviar de novo para o Congresso para fazermos mais leis que vos permitam ganhar mais dinheiro.» (Cit. p.51, H. Alleg. *SOS America!*, Ed. Caminho.) Ensinava o padrenosso ao vigário, pois os *businessmen* sabem muito bem como funciona a sua exemplar «democracia».

Vale a pena, a propósito, ler o excelente e documentado estudo de Jacques Arnault, *A Democracia à Americana - O Sistema Político Americano*, da Ed. Caminho, 1984, para conhecer melhor os mecanismos do «poder/dinheiro» que governa os EUA. É particular importância tem o capítulo 21, pp.179 e seguintes, sobre o *Council on Foreign Relations* (Conselho de Relações Externas) e outras organizações privadas (capítulos seguintes) a ele conexas, que representam a efectiva classe dirigente dos EUA, a que realmente faz, desfaz e comanda os presidentes e o Poder Executivo - seja Republicano, seja Democrata - e como falar de «eleições» na América tem um significado muito específico. Quem manda é, no fim, a mesma classe dirigente, o mesmo «establishment» que efectivamente governa os EUA e, por seu intermédio, busca governar o mundo. E que não conhece outros «valores» a não ser o sacrossanto lucro privado.

Não poderia ser mais actual do que hoje nos EUA a célebre divisa dos Medicis, de há séculos: **Dinheiro para chegar ao Poder, Poder para proteger o Dinheiro**. Agora com «eleições», pois claro! Esta «democracia» tem fundos imundos.

## Editorial

### UM GRANDE ESTÍMULO

As eleições que tiveram lugar no passado domingo nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores já foram lidas por todos os intervenientes que se apresentaram ao eleitorado e, feitas as contas, foram os seus resultados interpretados por cada uma das forças políticas concorrentes. As declarações foram rápidas e as consequências a retirar da escolha dos eleitores apontadas, as festas realizadas e o silêncio parece ter coberto já a realidade política das Regiões Autónomas, remetidas por alguns para a sua insularidade. Para esses, divulgadas as interpretações em jeito de propaganda, terá tudo ficado confortavelmente na mesma.

O certo é que não ficou.

Aparentemente há muitas maneiras de ler o que ficou registado, assim como haverá outras tantas de ver e de ouvir. A interpretação das mensagens, tal como a leitura dos factos - da realidade - depende sempre do interesse que nela se projecta. E no terreno da luta política e social é determinante o lado da barreira em que cada um se encontra para fazer a avaliação dos resultados de cada

### “Os resultados da CDU constituem um importante estímulo para o futuro”

batalha. E, feita a avaliação - contados votos e mandatos -, para «devolver» a mensagem ao eleitorado, elaborada no sentido da «visão» global que cada força tem da realidade e do movimento que procura imprimir-lhe.

Foi sem surpresa, portanto, que assistimos às reacções dos dois maiores partidos que entre si partilham o domínio político, social e ideológico das ilhas atlânticas portuguesas. A ouvi-los, ambos saíram vitoriosos da contenda, apesar de duramente atingidos pela abstenção que - isso é um facto - roubou a ambos muitos milhares de votos. Conservando a maioria absoluta na Madeira, o PSD gaba-se da vitória - que de resto não é de menosprezar pelo mal que pode continuar a fazer -, considerando-a um feito assinalável pelo facto de, contrariando a propaganda anterior que a dava como certa, «não ser de esperar» ao fim de tantos anos de poder absoluto. Alcançando a maioria absoluta nos Açores - que também não é de desprezar pelo mau augúrio que traz ao arquipélago - o PS gaba-se também. E ambos escondem as derrotas sofridas no arquipélago do lado, com o PS a não conseguir crescer na Madeira, onde perde mais de seis mil e quinhentos votos e o PSD a descer a pique nos Açores, onde perde catorze mil votos e seis mandatos.

Estes são alguns dos factos. E têm, a nosso ver, aspectos negativos, como aliás salientou o secretário-geral do PCP, num primeiro comentário aos resultados, considerando não ser um facto positivo «a manutenção - embora esperada - da maioria absoluta do PSD na Madeira». «E também consideramos», disse, «que uma política de resposta mais decidida aos problemas dos Açores não beneficiará se o PS obtiver a maioria absoluta.»

Um outro facto - e para nós o mais relevante - é o da subida significativa, em número de votos e em percentagem, que a CDU registou e que traduz, como Carlos Carvalhas assinalou também, «um indiscutível acréscimo da sua influência eleitoral». A reeleição dos dois deputados, Edgar Silva e Leonel Nunes, na Madeira, mantendo um combativo grupo parlamentar na Assembleia Regional, e a eleição de mais um deputado nos Açores, passando a CDU a dispor pela primeira vez de um grupo parlamentar nesta Região, onde Paulo Valadão foi reeleito pelas Flores e José Decq Mota foi eleito pelo Faial com o significativo resultado de 27 por cento, é um feito assinalável que cumpre valorizar e dele retirar as respectivas consequências para o futuro.

De sublinhar também que estes resultados foram alcançados num quadro político de grandes dificuldades e são fruto de um persistente trabalho militante dos comunistas e dos seus aliados. Para além da própria iniciativa parlamentar dos eleitos da CDU, foram determinantes as lutas e as mobilizações populares em torno de objectivos concretos e de propostas contemplando os interesses e as aspirações dos trabalhadores e das populações das regiões.

Foi assim na Madeira, onde as mais significativas subidas da CDU se registaram precisamente onde mais incidiram as lutas, as mobilizações e o esclarecimento - de notar a importante subida no concelho do Funchal, em votos e percentagem, e a duplicação dos votos em Machico.

Nos Açores também estes resultados são o fruto do trabalho consequente destes quatro anos, da ligação aos trabalhadores e às populações, da articulação entre o trabalho do deputado eleito com as reivindicações populares, da capacidade de atracção da CDU, do prestígio do candidato pelo Faial que já dera as suas provas como deputado na Assembleia Regional. A intervenção dos comunistas na batalha das quotas leiteiras, pelas reivindicações dos pescadores do atum e dos agricultores, a denúncia do atraso das obras de reconstrução após o terramoto e a luta pela sua concretização mostraram ao eleitorado o valor e a seriedade da CDU, assim como o que foi conseguido por essa luta no domínio da justiça remuneratória que levou ao aumento do salário mínimo e aos aumentos da Função Pública na Região e do complemento de pensão para os reformados.

Num quadro de grandes dificuldades, que persiste, estes resultados da CDU animam os comunistas e os seus aliados, abrem perspectivas e constituem um importante estímulo para as tarefas futuras.

## Actual

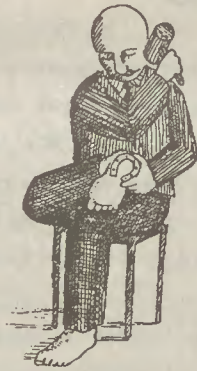
## Quem lhe pega?

● Vítor Dias

No dia seguinte a terem sido publicadas as Teses para o XVI Congresso do PCP, a chamada de primeira página do «DN» sobre o assunto rezava assim: «PCP - apenas 30% pagam quotas ao partido».

Tudo bem. É uma chamada que não seria possível fazer sobre nenhum outro partido, já que o PCP é o único que, periodicamente, revela dados detalhados sobre a sua organização, efectivos partidários e sua composição etária, social e por sexos, etc.

E se sofremos uma certa penalização nos «media» por isso, nada nos deve levar a abandonar essa orientação, além do mais porque ela é essencial para, na base do conhecimento da verdade, suscitar o espírito crítico e a mobilização de vontades para enfrentar os nossos inegáveis problemas, dificuldades e deficiências.



Entretanto, gostaríamos de fazer uma proposta ou um apelo para uma tarefa que, como se compreenderá, não está ao nosso alcance realizar.

Trata-se de, sem qualquer ironia, sugerir que algum órgão de comunicação social empreenda um trabalho jornalístico de envergadura sobre a organização, efectivos partidários e sua composição, pagamento de quotas, etc., relativamente aos principais partidos portugueses.

E palavra de honra que, ao fazermos esta proposta, não nos move a expectativa estreita e pequenina de, eventualmente, os resultados obtidos poderem vir a mostrar que afinal, comparados com outros, não estaríamos assim tão mal e daí podermos ficar quietos, contentes e consolados, perdendo erradamente de vista as nossas próprias e diferentes exigências, ambições e necessidades.

A perspectiva com que sinceramente sustentamos esta proposta é, de facto, a de que um trabalho jornalístico deste tipo (quem lhe pega?) teria um grande interesse sociológico e político. Aperfeiçoaria o conhecimento sobre as realidades partidárias em Portugal. Permitiria identificar diferenças ou pontos comuns nos dados dos diversos partidos e, nesse sentido, detectar também o que podem ser problemas e deficiências específicas de cada um e/ou reflexos de tendências, condicionantes e fenómenos mais gerais.

E talvez um estudo deste género possibilitasse que, por uma vez, as referências a estas questões saíssem do terreno da facadinha malévola sempre com o mesmo destinatário, se rompesse com algumas superficialidades e se favorecesse uma reflexão mais aberta em que a complexidade do real e a vontade de lucidamente a enfrentar substituíssem tanto autoflagelações inúteis como qualquer perigosa acomodação.

## Ecos da Jugoslávia

● Jorge Cordeiro

Poucos terão escapado à espiral de opiniões, comentários e alguma «informação» vendida ao mundo nestes últimos dias a propósito das eleições na Jugoslávia e dos acontecimentos subsequentes. Em rigor, nada de particularmente novo. Aquele país está, desde há muito, sob a luz dos holofotes das grandes cadeias imperialistas da informação e sob o fogo da guerra de agressão de quem os suporta.

Deixemos para já de lado a resposta a muitas interrogações e perguntas que tanta opinião e comentário justificariam e que a complexidade da situação naquele país e região não permitem obter com simplificações grosseiras.

Deixemos de lado esta súbita conversão ao conceito de «revolução» porque alguns foram agora tomados, precisamente os mesmos que não olham a meios para procurarem afogar em sangue processos revolucionários ali onde eles emergem.

Deixemos de lado aquela insidiosa manipulação de associar o poder agora derrotado à ideia da última derrota do comunismo na Europa quando os que o fazem não desconhecem que num passado não muito distante Milosevic o seu Partido manifestava o desejo de adesão à Internacional Socialista e eram por esta namorados.

Deixemos de lado o facto não pouco relevante de o Presidente agora empossado ter conquistado apoio e confiança eleitoral significativa do povo sérvio na base de um discurso em defesa da integridade e soberania da Federação Jugoslava, contra a Nato e as agressões externas.

Deixemos de lado a vesga objectividade dos que atribuem à orientação da política daquele país e do direito à defesa da sua soberania toda a instabilidade na região dos Balcãs, e o cortejo de dramas humanos que lhe estão associados, num exercício para ilibar a guerra suja que os Estados Unidos e as grandes potências ocidentais lançaram para desmembrar a Jugoslávia e assegurar o controlo sobre aquela estratégica região.

Deixemos de lado os efeitos que a continuada e vergonhosa política de ingerência e pressões ilegítimas contra um Estado soberano possa ter significado na evolução política e social mais recente naquele país.

Deixemos de lado as razões que possam ter levado à antecipação das eleições e o processo contraditório como foram sendo divulgados os resultados.

Deixemos de lado tudo isto e retenhamos apenas a indisfarçável volúpia com que as chamadas democracias ocidentais assistiram ao empolgante relato do assalto, pilhagem e incêndio ao edifício do Parlamento Jugoslavo, cuja composição acabava de ser sufragada, sem qualquer contestação, pelo voto nas eleições agora realizadas. Para que assim se possa melhor ajuizar e compreender o estrito limite que conceitos tão repetidamente invocados por alguns, para perpetuar o seu sistema de ideias e de poder, valem de facto quando sujeitos a expressões emocionais não disfarçadas pela fria e calculista repetição formal desses valores.

## Arquive-se!

● Anabela Fino

Oito anos depois de ter vindo a público o famoso caso da facturais falsas, 47 dos 61 arguidos no mega-processo foram esta semana absolvidos e mandados em paz para o remanso das respectivas empresas. Para a história da Justiça em Portugal ficaram resmas de papel de um caso que fez correr rios de tinta sobre fraude fiscal e falsificação de documentos envolvendo algumas das maiores construtoras nacionais. Oito anos de canseira para afinal, a exemplo do Carnaval, tudo acabar numa terça-feira.

Sobre o caso se pronunciaram especialistas de todos os quadrantes, diversas instâncias proferiram acórdãos contraditórios, juristas vasculharam a história da jurisprudência à cata de pareceres que fundamentassem as suas teses, fossem elas num sentido ou no diametralmente oposto. Tudo leva a crer que cada um encontrou o que procurava e que cada qual se serviu do que melhor lhe convinha. Na hora da sentença, o

tribunal escolheu a contento de quase meia centena de réus: arquive-se! Afinal só houve fraude, coisa pouca e sem consequências, dado que ao ser desvendada logo os infractores se apressaram a pagar ao fisco, não havendo por isso lugar a qualquer condenação.

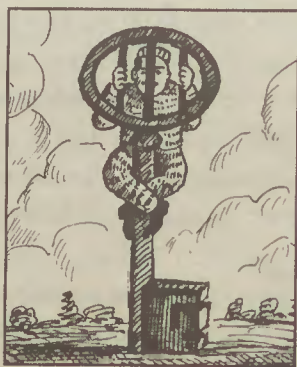
Má-fé, burla, falsificação de documentos, apropriação indevida de dinheiros públicos, actividades fraudulentas, abuso de confiança, não constituem, aparentemente, crime no reino dos colarinhos brancos. A culpa e o castigo são conceitos discutíveis, pelo que, não questionando a independência dos tribunais e aceitando a máxima de que a justiça é cega, só são culpados e con-

denados os que não têm a arte nem os meios para encontrar nos labirintos da jurisprudência as saídas de emergência que sábia e deliberadamente lá foram deixadas ou que a argumentação é capaz de forjar.

Na calha estão já outros casos, como os respeitantes às dívidas à Segurança Social, que ascendem a mais de 430 milhões de contos. Nada de muito estimulante, tendo em conta que a apropriação pelas empresas das contribuições dos trabalhadores para a Segurança Social só passou a ser

crime em 1995, e que à excepção do celeberrimo caso da Oliva - decerto um erro judicial - não houve até hoje qualquer condenação.

Em boa verdade, culpados são só os pobres e os anónimos. Porque são pobres e porque são anónimos. A justiça é cega, mas não é parva.



## Frases

“Nesta caso concreto [sentença de indemnização de 120 mil contos por parte do Estado no caso Aquaparque], ainda é possível que todos os responsáveis sejam responsabilizados. A empresa proprietária do Aquaparque. E também o Estado, por outras responsabilidades que efectivamente tem?”

(António Costa, ministro da Justiça, Público, 17.10.00)

“Pina Moura não cumpre promessas?”

(Título no Diário de Notícias, 17.10.00)

“Parece de reconhecer, numa época de globalismo em tantos aspectos sem programa, que a internacionalização de Jerusalém continua a ser a única proposta coerente com o mundo de múltiplas vozes a que chegámos?”

(Adriano Moreira, Diário de Notícias, 17.10.00)

“Depois de algumas frases tão célebres como “no jobs for the boys” ou “Portugal não é uma república das bananas”, uma nova frase veio enriquecer o dicionário de citações do engenheiro Guterres: “Roma não paga a traidores”?”

(Alfredo Barroso, Expresso, 14.10.00)

“Convém não esquecer, parafraseando Gabriel Garcia Marquez, que a melhor notícia não é necessariamente a que se dá primeiro; é a que se dá melhor. Ganha-se à concorrência pela velocidade, mas ganha-se também, e sobretudo, pela qualidade?”

(Joaquim Fidalgo, Público, 15.10.00)

“Os sentimentos transbordam nas duas casas mais mediáticas do país: as hormonas estão aos saltos no Big Brother, os desafectos ao rubro no Governo?”

(Miguel Coutinho, Focus, 16.10.00)

“O Terreiro do Paço começa a ser tratado em Bruxelas como um município de segunda?”

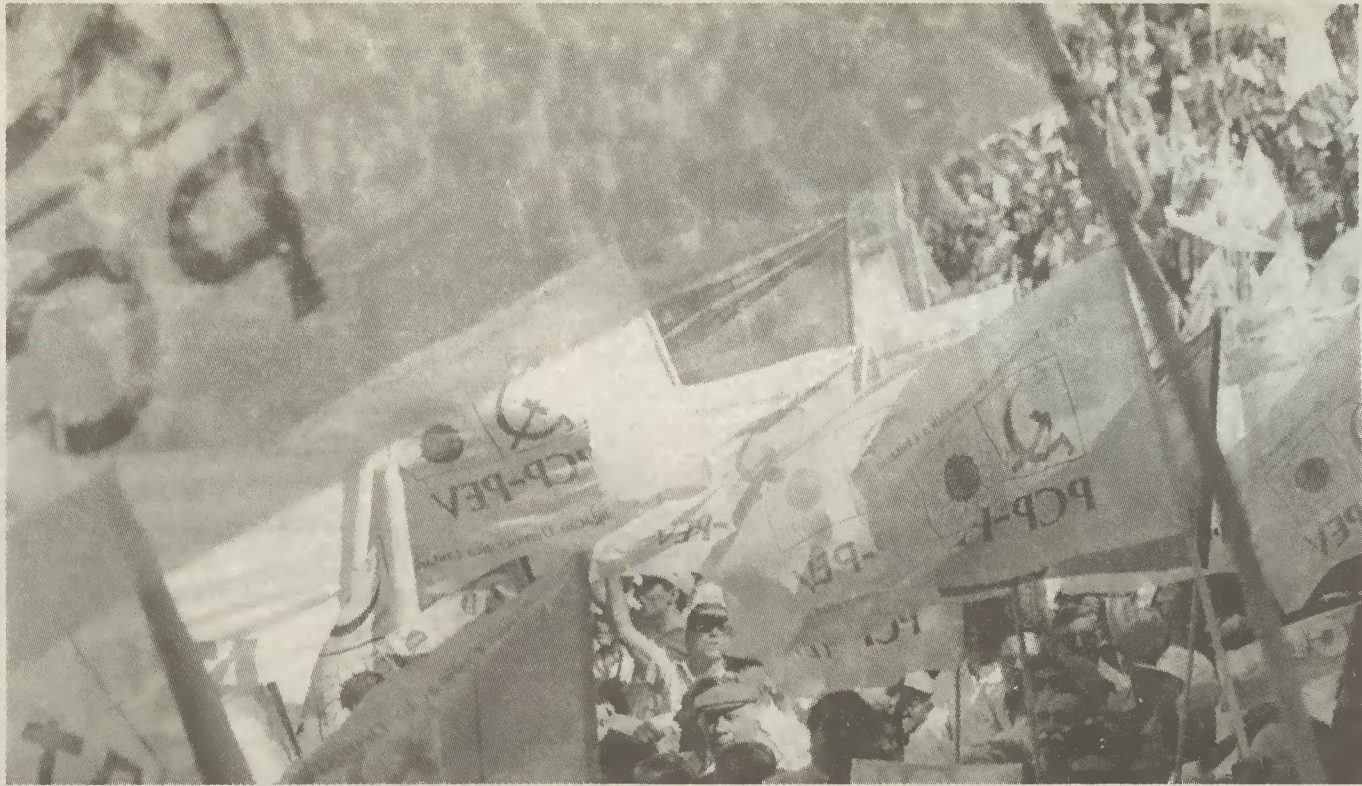
(Luís Salgado Matos, Público, 16.10.00)

“Na verdade, Israel está em guerra desde que existe, há mais de 50 anos, como se já não soubesse fazer mais nada e nada melhor do que a guerra. Ao princípio, lutou pela sua sobrevivência, depois lutou por um espaço vital, depois reclamou fronteiras seguras - as que saíram das conquistas territoriais da guerra de 67 e também, episodicamente, parte do Líbano?”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 13.10.00)

“Hoje, [Israel] luta por uma causa impossível: uma paz sem cedências, uns vizinhos acomodados à ameaça militar permanente, um Estado nas mãos do fanatismo religioso dos colonos e dos judeus da costa leste dos Estados Unidos, e uma “pátria” para os palestinianos sem Jerusalém e reduzida a um monte de calhaus, arcia e bairros da lata?”

(idem, ibidem)



## Crescimento em votos e em percentagem CDU mais forte nas ilhas

**C**arlos Carvalhas salientou que «em ambas as Regiões Autónomas, apesar da subida da abstenção, a CDU sobe em número de votos e em percentagem, o que traduz um indiscutível acréscimo global da sua influência eleitoral».

Na declaração que o secretário-geral do PCP fez aos jornais, domingo à noite, consi-

dera-se que «constitui também um resultado muito positivo a reeleição de dois deputados

(Edgar Silva e Leonel Nunes), na Madeira, e a eleição de mais um deputado, nos Açores». Aqui, além da reeleição de Paulo Valadão, no círculo das Flores, Carlos Carvalhas assinalou a eleição, no círculo do Faial, de José Decq Mota, coordenador regional do PCP, «que assim vê de novo reconhecido no plano eleitoral

o seu incontestado prestígio na vida política democrática da Região». O dirigente comunista sublinhou que, «pela primeira vez, a CDU passa a dispor de um grupo parlamentar na Assembleia Legislativa Regional dos Açores».

«Naturalmente que, respeitando os resultados eleitorais, não consideramos um facto

positivo a manutenção — embora esperada — da maioria absoluta do PSD na Madeira, e também consideramos que uma política de resposta mais decidida aos problemas dos Açores não beneficiará com a maioria absoluta do PS», comentou Carlos Carvalhas.

Depois de saudar «calorosamente todos os candidatos

e activistas da CDU na Madeira e nos Açores pelo notável esforço e trabalho que, em condições muito difíceis, desenvolveram nesta campanha eleitoral e pelo importante êxito eleitoral que, dessa forma, asseguraram», o secretário-geral do Partido concluiu a sua declaração, salientando que «os

## Resultados eleitorais

Números oficiais do escrutínio provisório

Divulgados pelo STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) e disponíveis na Internet em <<http://regionais.mj.pt>>

### AÇORES

Assembleia Legislativa Regional

Resultados globais

A.L. Regional 2000			A.L. Regional 1996		
Freguesias apuradas	150		Freguesias apuradas	150	
Freguesias por apurar	0		Freguesias por apurar	0	
Total de mandatos	52		Total de mandatos	52	
Inscritos	187934	%	Inscritos	191953	%
Votantes	99527	52,96	Votantes	113290	59,02
Abstenção	88407	47,04	Abstenção	78663	40,98
Branços	891	0,90	Branços	710	0,63
Nulos	880	0,88	Nulos	688	0,61

A.L. Regional 2000				A.L. Regional 1996					
Votos	%	Mandatos	%	Votos	%	Mandatos	%		
PS	48931	49,16	30	57,69	PS	51880	45,79	24	46,15
PPD/PSD	32295	32,45	18	34,62	PPD/PSD	46415	40,97	24	46,15
CDS-PP	9515	9,56	2	3,85	CDS-PP	8307	7,33	3	5,77
PCP-PEV	4829	4,85	2	3,85	PCP-PEV	3971	3,51	1	1,92
B.E.	1362	1,37			UDP	981	0,87		
PPM/PDA	824	0,83			PDA	338	0,30		

Pela primeira vez há um grupo parlamentar da CDU nos Açores

Resultados da CDU

CÍRCULOS	PCP-PEV - 2000			PCP-PEV - 1996		
	VOTOS	%	MANDATOS	VOTOS	%	MANDATOS
ILHA DE SANTA MARIA	27	1,27	-	38	1,53	-
ILHA DE SÃO MIGUEL	1561	3,17	-	2169	3,83	-
ILHA TERCEIRA	553	2,34	-	324	1,19	-
ILHA GRACIOSA	30	1,14	-	18	0,65	-
ILHA DE SÃO JORGE	64	1,34	-	52	0,95	-
ILHA DO PICO	141	1,87	-	138	1,65	-
ILHA DO FAIAL	1954	27,78	1	420	5,45	-
ILHA DAS FLORES	499	21,89	1	812	33,40	1
ILHA DO CORVO	-	-	-	-	-	-
TOTAL REGIÃO AUTONOMA	4829	4,85	2	3971	3,51	1

### MADEIRA

Assembleia Legislativa Regional

Resultados globais

A.L. Regional 2000			A.L. Regional 1996		
Freguesias apuradas	54		Freguesias apuradas	54	
Freguesias por apurar	0		Freguesias por apurar	0	
Total de mandatos	61		Total de mandatos	59	
Inscritos	210617	%	Inscritos	209301	%
Votantes	129780	61,62	Votantes	136678	65,30
Abstenção	80837	38,38	Abstenção	72623	34,70
Branços	1203	0,93	Branços	979	0,72
Nulos	1657	1,28	Nulos	1641	1,20

A.L. Regional 2000				A.L. Regional 1996					
Votos	%	Mandatos	%	Votos	%	Mandatos	%		
PPD/PSD	72560	55,91	41	67,21	PPD/PSD	77574	56,76	41	69,49
PS	27263	21,01	13	21,31	PS	33839	24,76	13	22,03
CDS-PP	12601	9,71	3	4,92	CDS-PP	10064	7,36	2	3,39
UDP	6150	4,74	2	3,28	PCP-PEV	5625	4,12	2	3,39
PCP-PEV	6011	4,63	2	3,28	UDP	5513	4,03	1	1,69
PSN	2335	1,80			PSN	875	0,64		
					PDA	568	0,42		

Resultados da CDU

CÍRCULOS	PCP-PEV - 2000			PCP-PEV - 1996		
	VOTOS	%	MANDATOS	VOTOS	%	MANDATOS
CALHETA	54	0,83	-	31	0,45	-
CAMARA DE LOBOS	619	4,44	-	814	5,64	-
FUNCHAL	4390	7,48	2	4055	6,43	2
MACHICO	246	2,25	-	125	1,06	-
PONTA DO SOL	24	0,52	-	29	0,62	-
PORTO MONIZ	14	0,65	-	6	0,28	-
PORTO SANTO	8	0,30	-	12	0,40	-
RIBEIRA BRAVA	78	1,13	-	60	0,84	-
SANTA CRUZ	502	3,43	-	429	2,95	-
SANTANA	47	0,89	-	41	0,76	-
SÃO VICENTE	29	0,83	-	23	0,64	-
TOTAL REGIÃO AUTONOMA	6011	4,63	2	5625	4,12	2



## CDU mais forte nas ilhas

resultados positivos obtidos pela CDU nas eleições regionais representam um grande estímulo para o prosseguimento e ampliação da importante contribuição que o PCP e a CDU continuarão a dar na vida política das Regiões Autónomas, em defesa das aspirações populares, dos direitos dos trabalhadores e da autonomia regional como conquista democrática ao serviço do progresso, desenvolvimento e justiça social na Madeira e nos Açores».

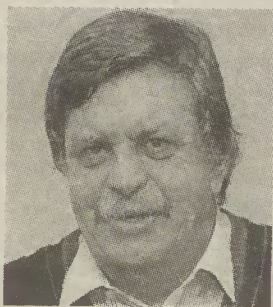
### «Os Verdes»

Os resultados obtidos pela CDU nas eleições regionais de 15 de Outubro são considerados «muito positivos» pelo Partido Ecologista «Os Verdes». Uma nota do gabinete de imprensa do PEV, distribuída segunda-feira à tarde, afirma a convicção de que «estes bons resultados são fruto do grande empenho e esforço dos candidatos e activistas da CDU nas duas regiões, numa campanha que decorreu em condições muito difíceis e com meios

muitos diferentes, em relação aos dois partidos no poder».

Mas os resultados, acrescenta o PEV, «são também o reconhecimento do trabalho árduo e muito dedicado», realizado «ao longo dos anos» pelos homens e mulheres da CDU nas duas regiões, «em prol da melhoria das condições de vida e da dignidade dos madeirenses e dos açorianos, em particular dos mais desfavorecidos, em defesa da preservação do património natural e cultural e ainda em defesa de uma democracia plena e participada».

Comentário  
de  
**José  
Decq  
Mota**

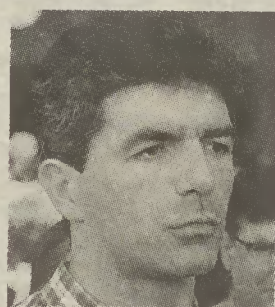


## Coligação combativa

«Nos Açores, as eleições para a Assembleia Legislativa Regional ficaram marcadas pelo facto do PS ter obtido uma maioria absoluta de deputados e por se ter verificado uma abstenção muito elevada» – começou por referir José Decq Mota, coordenador regional do PCP e deputado eleito pelo círculo do Faial. Em depoimento ao «Avante!», Decq Mota considera que também a eleição de dois deputados pela CDU e o crescimento global da coligação, de 3,5 para 4,9 por cento, constituíram «factos muito marcantes» do acto eleitoral do passado domingo.

«A constituição, pela primeira vez nos Açores, de um grupo parlamentar, associada ao crescimento eleitoral geral da CDU e ao crescimento havido na ilha do Faial (ultrapassando 27 por cento dos votos), vem induzir novos e importantes factores na vida política específica da Região», diz o dirigente comunista, membro do Comité Central desde 1980 e que, entre 1984 e 1988, tinha já sido deputado à ALR, eleito pelo círculo de São Miguel.

José Decq Mota – que agora encabeçou a lista da coligação PCP-PEV na ilha onde nasceu, há 51 anos, e onde desempenha, após as eleições de 1997, o cargo de vereador na Câmara Municipal da Horta – evidenciou «a forma combativa como a CDU Açores, expressão muito ampla de aliança de comunistas com independentes, enfrentou, em condições difíceis, este acto eleitoral», criticando a forma como está a ser conduzida a reconstrução, após o sismo de 1998 e reclamando solução para os problemas muito sérios dos produtores de leite e dos trabalhadores.

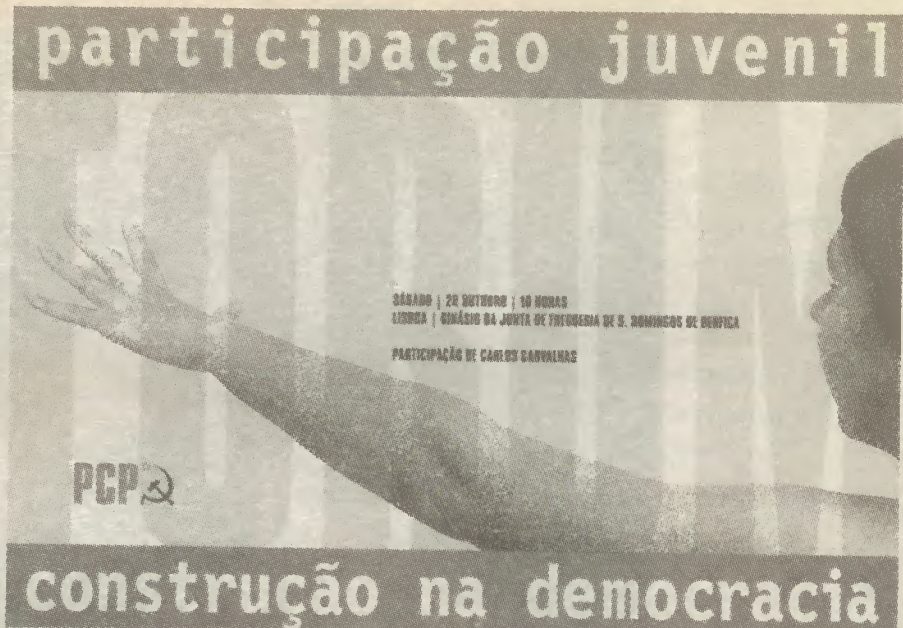


Comentário  
de  
**Edgar  
Silva**

## Crescemos com as lutas

«Embora o PSD tenha voltado a obter mais uma maioria absoluta, há indicadores de possibilidades de mudança latentes», disse Edgar Silva ao «Avante!», comentando os resultados das eleições de 15 de Outubro na Madeira. O coordenador regional do PCP, reeleito deputado à ALR pelo Funchal, salientou que o PSD perde 5 mil votos na Região, 800 dos quais na capital, enquanto o PS perde aqui 2 deputados – o que é interpretado como «um cartão amarelo ao PS pelo eolaboracionismo com o regime» de Jardim.

O desfecho do acto eleitoral representa «um desafio a que se desenvolva um trabalho organizado para a queda do *jardínismo*», mas Edgar Silva adianta que o domínio de Alberto João e do PSD «não vai cair de podre», pelo que «não vamos esperar mais quatro anos, pelas próximas eleições». «A mudança terá que contar com um factor determinante», salienta o dirigente comunista, afirmando a necessidade de «intensificar o movimento social de luta, os movimentos sociais reivindicativos das populações e dos trabalhadores». Edgar Silva – que, com Leonel Nunes, sindicalista e membro do Comité Central do PCP, constitui o grupo parlamentar reconduzido nestas eleições – destaca que «há alterações relevantes no quadro político, contextualizadas localmente», defendendo que o crescimento da CDU resulta do trabalho feito para conseguir aquelas alterações. Em «circunstâncias de particular dificuldade», realça, «verificamos a estabilidade de uma base eleitoral de referência, que nos lança para um novo ciclo de trabalho».



Fórum  
sobre participação juvenil

## Discutir a juventude

O Partido Comunista Português vai realizar no próximo dia 28 de Outubro um Encontro/Fórum sob o tema «Participação Juvenil – Construção na Democracia».

O Fórum pretende ser um contributo para o debate e estudo das várias vertentes da participação juvenil como uma importante componente do reforço da democracia. Para tal, foram convidados representantes das mais diversas áreas como o associativismo estudantil, a psicologia, o poder local ou as artes e a cultura.

Esta iniciativa contará com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

## JCP define orientações

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa reuniu nos passados dias 14 e 15 de Outubro para traçar as principais linhas de orientação para o trabalho.

No que diz respeito ao ensino secundário, a DN considera que o «terreno para a dinamização da luta afigura-se favorável» e que a intervenção dos comunistas nesta frente é indispensável para «a organização e dinamização da luta estudantil», lê-se na resolução aprovada na reunião. Outra das orientações da JCP para o ensino secundário prende-se com a exigência para que se efective a regulamentação da *Lei que reforça o direito à saúde reprodutiva*, sendo «importante que se realizem iniciativas de afirmação das propostas e ideias da JCP junto dos estudantes do ensino secundário».

Para o ensino superior a principal orientação prende-se com a avaliação, por parte da JCP, do estado do ensino superior, «que se diagnostiquem problemas e apontem soluções» para que, reagindo os colectivos de escola,

mais facilmente se possa promover e dinamizar a luta dos estudantes do ensino superior.

Outra das áreas que a resolução da Direcção Nacional destaca é a juventude trabalhadora, com os seus problemas específicos, e que tem sido uma das camadas mais prejudicadas pela política do Governo do PS. A JCP viu ser necessário reforçar o trabalho nesta área e declarou estar identificada com as reivindicações da CGTP-IN para o ano 2001.

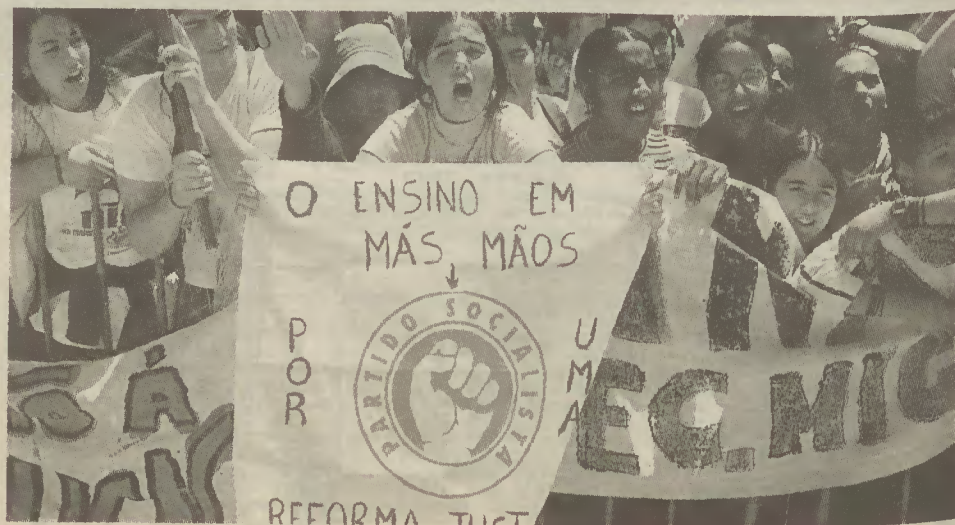
### Tarefas do Partido

A JCP definiu como fundamental o envolvimento nas grandes batalhas que o Partido enfrenta. A realização do XVI Congresso do PCP nos próximos dias 8, 9 e 10 de Dezembro, «coloca à JCP e a todos os seus militantes a tarefa e a responsabilidade da sua preparação», como se lê no documento aprovado. A DN afirma que a «participação da JCP nesta preparação do Congresso do Partido contribui

para o reforço da organização da JCP, para a integração dos jovens comunistas na vida e na organização do Partido e para a formação político-ideológica dos membros da JCP». Para este objectivo, ressaltou-se a participação de militantes da JCP em assembleias de eleição de delegados e na discussão das Teses.

«A par de toda a intensa actividade que temos pela frente, destaca-se a candidatura do camarada António Abreu às eleições presidenciais», que deverá, segundo a DN, constituir uma das prioridades de trabalho para os próximos meses. A experiência do candidato no trabalho com a juventude será valorizada devendo ser promovido o contacto com variadas estruturas juvenis.

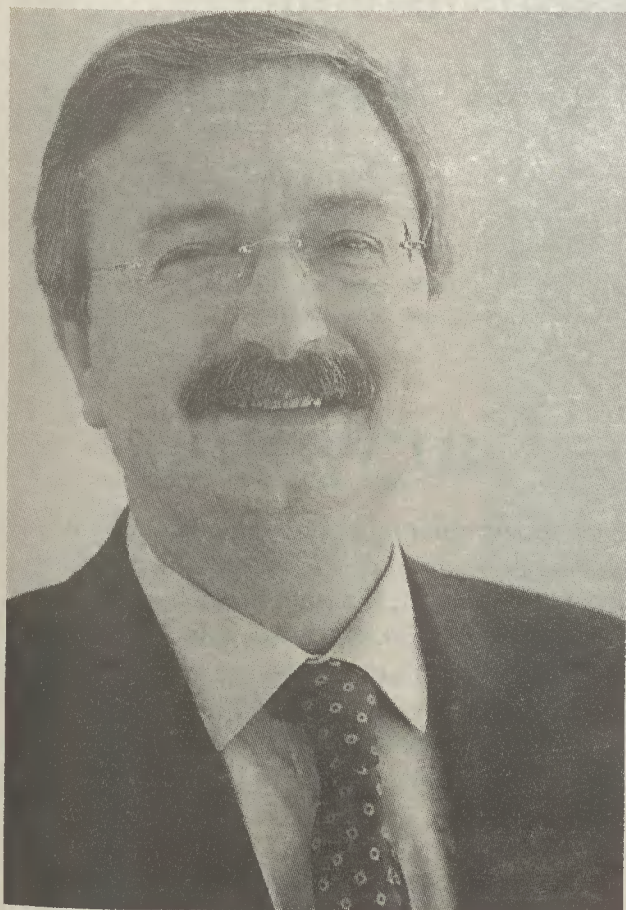
No quadro das comemorações do 21.º aniversário da JCP, e servindo também para valorizar o XVI Congresso do Partido e a candidatura de António Abreu, irá ter lugar nos próximos dias 11 e 12 de Novembro uma Iniciativa Nacional da JCP na *Voz do Operário*, em Lisboa.



A dinamização da luta juvenil em defesa dos seus interesses é um dos objectivos da JCP

## António Abreu apresentado no Porto

# Uma candidatura com ideias



PRESIDENCIAIS ■ 2001

## ANTÓNIO ABREU

## DOREV prepara Congresso

Os múltiplos problemas que se vivem no distrito de Évora e a grave deterioração do serviço da EDP são alguns dos temas abordados pela Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV), em comunicado de imprensa em que se dá conta das acções promovidas em torno da preparação do XVI Congresso do PCP.

Está em preparação o debate em torno do projecto de Teses/Resolução Política e a calendarização das Assembleias para a eleição dos delegados ao XVI Congresso do PCP. Para o efeito estão já calendarizadas dezenas de reuniões por todas as organizações do distrito «com o objectivo de envolver o maior número de militantes», sendo ainda de realçar «alguns

debates programados com independentes e simpatizantes, que a DOREV realça como «demonstração clara de democracia e participação na vida interna do PCP».

No quadro dos trabalhos preparatórios do Congresso inserem-se ainda, como objectivos, o reforço da estrutura de base do Partido para uma melhor intervenção na área social, política e na mobilização dos trabalhadores e populações «atingidos política de direita do governo PS».

A DOREV refere, em particular, os muitos problemas com que se defronta a população do distrito, desde o desemprego ao trabalho precário, ao agravamento das condições de saúde.

No comunicado de imprensa,

a Direcção da Organização Regional de Évora denuncia, com grande destaque, «a grave deterioração da qualidade do serviço que a EDP tem vindo a prestar às populações e entidades do distrito» e sublinha que «tudo isto é o resultado de uma estratégia de privatização da empresa, estando os grandes grupos financeiros a apoderarem-se da maioria do capital desta importante empresa com o apoio do Partido Socialista».

Face a esta situação a DOREV exorta «os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os empresários, as autarquias e a população em geral a intervir e a lutar por uma EDP com um serviço público de qualidade e mais próxima dos consumidores».

Foi perante uma sala cheia de apoiantes que António Abreu apresentou a sua candidatura e explicou as suas razões de esquerda para Portugal.

O candidato comunista criticou, no passado dia 12, no Hotel Tuela, a prestação de Jorge Sampaio. «Ao Presidente da República não pode passar a estranha a verificação do sentido em que evolui a nossa economia», afirmou Abreu, para logo depois apontar ao actual presidente não ter estado atento aos custos das opções políticas do Governo do PS. Para o candidato comunista, «deveria o Presidente da República ter verificado que as orientações políticas do Governo têm agravado o conjunto de condicionalismos que pesam sobre a economia», abandonando-a aos ditames do mercado e do Banco Central Europeu. Acusou ainda o Governo de ter procedido a «privatizações lesivas»,

**O Presidente da República não pode passar ao lado de más opções económicas**

«desinvestimentos que empobrecem áreas importantes como a química, a metalomecânica ou a indústria naval, que definham sem contrapartidas noutras áreas». Face a isto, entendeu António Abreu notar que Jorge Sampaio «devia ter observado que esta política tem condenado o País a uma economia periférica e subcontratada, à manutenção de debilidades produtivas, ao PIB mais baixo da Europa».

O actual vereador da Câmara de Lisboa explicou o que o liga ao Porto: «Aqui estive, num pequeno período de clandestinidade, pouco antes do 25 de Abril, aqui nasceu a minha primeira filha e aqui trabalhei durante quatro anos em diferentes áreas no decurso da minha actividade partidária (...) aqui participei no período extraordinário da nossa História que foi o da conquista da liberdade e nos avanços e

recuos na definição da democracia portuguesa». Concluiu que «este percurso pessoal, a experiência de trabalho em equipa, a identificação com um projecto político sem paralelo, construído ao longo deste século que passou, são vantagens da minha candidatura em relação às outras».

### Razões de esquerda

«A minha candidatura entende colocar no centro de debate concepções e valores, que devem ser coerentemente observados no decurso do exercício do próximo mandato», afirmou António Abreu para, logo de seguida, avançar com as principais ideias da sua candidatura.

O candidato do PCP comprometeu-se, perante as mais de 200 pessoas que enchiam a sala, em empenhar-se «num outro rumo para o processo de integração europeia, que faça convergir a vontade popular e institucional num projecto de prevalência dos interesses do País» e em «enfrentar graves problemas estruturais» como a educação, a

agricultura, o sistema produtivo. «A pedagogia do primado do interesse público sobre o privado, da política sobre a economia, da transparência e seriedade sobre as relações obscuras do poder», a «afirmação do Homem como centro da actividade económica, do trabalho e dos direitos sociais como pilares da democracia» e a «criação de condições básicas para o reconhecimento à Juventude do seu papel dinâmico na transformação económica, social e cultural» fazem parte das razões de esquerda do candidato comunista.

António Abreu insurgiu-se ainda contra as actuais orientações ao nível das relações internacionais, afirmando-se disposto a bater-se por «uma outra política externa que diversifique as relações e que aposte no desarmamento e no desmantelamento da NATO». «A propósito, quero declarar que discordo frontalmente de que a desajável saída dos militares portugueses do Kosovo seja seguida do envio para lá de forças militarizadas; entendo que Portugal não deva envolver-se em conflitos internos de nações soberanas», afirmou.



O representante do Movimento dos Sem Terra solidarizou-se com a luta dos palestinianos

## Solidariedade no Pinhal Novo

«Resgatar valores que foram destruídos pelo capitalismo é o objectivo da Reforma Agrária que queremos implementar no Brasil, cumprindo aliás e tão somente a Constituição de 1988», declarou Rogério Pinto, membro da coordenadora nacional do Movimento dos Sem Terra, na sessão de solidariedade com esta organização, que o PCP levou a cabo na semana passada nas instalações da Junta de Freguesia do Pinhal Novo, reunindo cerca de 50 pessoas.

Acompanhado na mesa por Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia, que dirigiu a iniciativa, Carlos de

Sousa e Vítor Borrego, respectivamente Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Palmela, e Valdemar Santos, da Direcção da Organização Regional de Setúbal e do Comité Central do PCP, Rogério Pinto não deixou de estabelecer um paralelo entre a génese da vila do Pinhal Novo, intimamente ligada à concentração de trabalhadores ferroviários e suas famílias, e a repressão que logo após o golpe ditatorial no Brasil se abateu sobre esta mesma classe, ao dizer «eles, os coronéis, acabaram com a ferroviária, mas não acabaram com a marcha do trem da história».

Numa freguesia e num concelho onde uma ampla recolha de assinaturas em defesa da absolvição de José Rainha Júnior marcou a generalidade das comemorações do 79.º aniversário do PCP durante todo o mês de Março, ganhou particular significado o facto de Rogério Pinto ter sido o primeiro subscritor entre os presentes, de um abaixo-assinado emanado do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), reclamando o fim da violência do Exército Israelita sobre o povo palestiniano, a dirigir à Embaixada de Israel em Lisboa.

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### José Rodrigues Júlio

Faleceu no passado dia 10, o camarada José Rodrigues Júlio, de Vila Franca de Xira, após prolongada doença e com 82 anos de idade.

Membro do PCP desde 1939, foi um notável activista da organização local, das principais lutas travadas na região – em particular as greves de 8 e 9 de Maio de 1944, pelo que foi um dos prisioneiros da PIDE na Praça de Touros local, transitório campo de concentração para os trabalhadores que mais se destacaram no concelho.

Depois do 25 de Abril a sua acção foi decisiva para a compra e actividade do Centro de Trabalho local, num dos edifícios mais funcionais do PCP na região de Lisboa.

Ao seu funeral compareceram em massa velhos companheiros de luta que no cemitério local lhe prestaram fraternal homenagem e, mais jovens, todos os componentes dos órgãos locais do PCP.

À família a expressão do nosso pesar.

#### António Miranda Gomes

Faleceu no passado dia 9, com a idade de 61 anos, o camarada António Miranda Gomes.

Era um activo e destacado militante da célula da Fundação Calouste Gulbenkian desde 1974. Era um activo colaborador do apoio central do Partido, na Soeiro Pereira Gomes.

#### Herculano Paiva

Faleceu o camarada Herculano Paiva com 72 anos de idade. O camarada era reformado da EDP e estava actualmente organizado na freguesia de S. Quintino, Zibreira de Fetais, em Sobral de Monte Agraço, estando à data da sua morte, responsável pela distribuição do «Avante!» e pela recolha das quotizações.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Os comunistas de Setúbal criticam políticas do Governo e prometem resistir

Comunistas de Setúbal preparam XVI Congresso do PCP

## Reforçar o Partido, dinamizar a luta

Os principais quadros do PCP da região de Setúbal estiveram reunidos em Almada no passado dia 15 para discutir a situação social e a intervenção do Partido.

Este Encontro, realizado no salão da Academia Almadense, reuniu mais de 700 militantes e contou com a presença do candidato comunista às eleições presidenciais de Janeiro, António Abreu, e do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas (ver páginas 14 e 19). Os comunistas setubalenses aprovaram um documento que traça o panorama da situação social da região e aponta as principais linhas de

– Siderurgia Nacional, Indelma, Lisnave – a por em risco milhares de postos de trabalho, o aparelho produtivo em processo de destruição.

«Não fosse a acção e a luta dos trabalhadores e das suas estruturas representativas e das populações, a situação seria bem pior», lê-se no documento. As lutas travadas nos sectores da indústria, dos

frentes de trabalho. No que respeita ao contacto com os trabalhadores, assinalam a importância das campanhas realizadas e apelam à mobili-

**A dinamização da luta de massas é uma tarefa do Partido**

zação das organizações do Partido para a Campanha Nacional de Contacto com os Trabalhadores a realizar entre os dias 18 de Outubro e 7 de

Novembro – e que culminará com uma grande iniciativa em Lisboa no dia 9 com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP e de António Abreu – e para a campanha contra a 4.ª fase de privatização da EDP.

Ao nível do trabalho autárquico destacam o papel importante das autarquias CDU em defesa da região. Por esta razão afirmam que «o trabalho realizado pela CDU, o prestígio dos eleitos comunistas e outros democratas, a sua profunda ligação às populações, permitem afirmar que (...) a CDU reforçará as suas posições na região de Setúbal.

«Neste quadro é indispensável continuar a dedicar a melhor atenção à dinamização e desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e de outras camadas sociais gravemente atingidas pela política do Governo», afirma o documento que encara a dinamização das lutas como uma tarefa a ser assumida pelo Partido na região.

Em relação ao XVI Congresso do PCP, a Direcção da Organização Regional de Setúbal faz um balanço positivo da primeira fase de discussão, quer atendendo ao número de iniciativas realizadas, quer pelo número de militantes envolvidos e conclui ser «indispensável que se vá ainda mais longe no envolvimento dos membros do Partido no debate a desenvolver, estimulando a sua participação para que as Teses em discussão recolham o máximo de contributos».

A planificação da campanha eleitoral para as presidenciais e o envolvimento de militantes e organizações nesta frente de trabalho foi outro dos temas abordados no documento.

## Solidariedade com o povo palestino

No encontro regional de quadros da região de Setúbal aprovou-se, por unanimidade e aclamação, uma moção de solidariedade com o povo palestino. Nesse documento pode ler-se a convicção dos comunistas de Setúbal de que a «provocação de Sharon em lugares santos da Palestina não foi um acto isolado, antes está comprovado que teve toda a conivência das autoridades israelitas, a começar pelo governo, no envolvimento de dois mil militares que lhe serviram de escolta a uma pretensa acção de reconciliação».

Os comunistas da região de Setúbal condenam a ofensiva de Israel sobre as populações árabes, exige «a cessação da intervenção israelita nos territórios da Palestina» e apela à mobilização pública na condenação da agressão que «espalha o terror e a morte» naquela região do Médio Oriente.

trabalho para a actividade do Partido.

A política governamental, caracterizada no documento como «uma política de direita, ao serviço do grande capital e enfeudada ao imperialismo, com a vinculação aos principais eixos da política anteriormente desenvolvida pelos Governos do PSD – privatizações, submissão aos interesses do grande capital, ataques aos direitos dos trabalhadores, subordinação do país às políticas da União Europeia e à estratégia agressiva da NATO», é considerada como responsável pela situação da região: o desemprego a rondar os 10%, o trabalho precário a alastrar, grandes centros empregadores

transportes, dos serviços e da Administração Pública, embora não tenha estado sempre à altura da ofensiva contra os direitos sociais e laborais, envolveu milhares de trabalhadores «em pequenas e grandes lutas nas empresas». Lutas que tiveram sempre como grande impulsor o Partido, «através de células e organismos e dos seus membros em estruturas unitárias».

### Uma intensa actividade

No que se refere à actividade do Partido propriamente dita, os comunistas da região de Setúbal destacam algumas

PRESIDENCIAIS ■ 2001

## ANTÓNIO ABREU

### Iniciativas com António Abreu

**Sábado, 21** – Visita ao Bairro da **Outurela/Portela**, pelas 16 horas; às 17.30, reunião com as estruturas associativas do Bairro nas instalações da Associação de Moradores 18 de Maio.

**Algés** - Almoço de apoiantes, pelas 13 horas, na Liga de Melhoramentos de Algés.

## Carlos Carvalhas

Em **Montalegre**, hoje, para participar no lançamento de um livro sobre Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP de 1929 a 1942. Às 17 horas, Carlos Carvalhas estará em Fiães do Rio, em visita ao monumento a Bento Gonçalves. Às 21.00, no salão nobre da CM de Montalegre, o secretário-geral do PCP e uma delegação que inclui Agostinho Lopes e António Lopes, da Comissão Política, e responsáveis regionais do PCP, assistem ao lançamento do livro «Bento Gonçalves – uma vida, um combate» de José Enes Gonçalves.

Em **Loures**, na próxima terça-feira, dia 24, acompanhado pelo deputado Bernardino Soares, pelo presidente da CM de Loures e outros eleitos autárquicos, visita o Museu da Cerâmica na antiga Fábrica de Loíça de Sacavém. A visita é precedida de um breve encontro com antigos trabalhadores da fábrica.

## Debate sobre o Ordenamento do território

**Sexta-feira, 20, 21.30 horas**

Sala da Assembleia Distrital, em Faro

Com a participação de Lino Paulo, do Gabinete do PCP de Apoio às Autarquias Locais; Manuel Marreiros, presidente da Câmara Municipal de Aljezur, e Lopes da Costa, arquitecto, da Coordenadora da CDU de Faro



## Convívio da JCP em Matosinhos

**Sábado, 21, 20 horas**, em Matosinhos Jantar-convívio seguido de mais uma *Noite Livre*, com animação, poesia e música ao vivo, espaço de debates e intervenções políticas. Um espaço onde todos podem participar.

## Outras iniciativas

**Quinta-feira, 19 – Lisboa** – Os eleitos CDU da cidade reúnem pelas 19 horas no CT Vitória, para discussão do Plano de Actividades dos pelouros do PCP na CML. **Amadora** – Plenário dos eleitos da CDU, pelas 20.30 horas, no Salão da JF da Falagueira.

**Sábado, 20 – Alhandra** – Debate sobre Princípios do Projecto Autárquico do PCP, pelas 21.30 horas no CT Alhandra, com a participação de Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP.

**Domingo, 21 – Portalegre** – Reunião do colectivo da Festa do «Avante!», pelas 10 horas, na Casa do Povo de Vale de Maceiras, com a participação de José Soeiro, da Comissão Política do CC e responsável pela DRA do PCP; reunião do organismo regional de autarquias, alargada à participação de outros quadros, às 15 horas, na sede da DORPOR, com a participação de José Soeiro, da Comissão Política do CC e responsável pela DRA do PCP.

**Santarém** – Ilda Figueiredo, deputada europeia, participa numa iniciativa sobre os problemas da produção de tomate no distrito, com um encontro com a Federação dos Agricultores, às 10.30 h, um almoço em Paço dos Negros, às 12.30 h, com uma declaração sobre agricultura e pecuária, e um encontro com o agrupamento de produtores de tomate – Ribatomate, às 15 h.

**Corroios** – 5.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Corroios, com início às 9.30 h, no Clube Recreativo e Desportivo de Miratejo.

**Quinta-feira, 26 – Lisboa** – Encontro de reformados bancários, pelas 14.30 horas, no CT Vitória.



## ALCANENA

## Saúde a toda a hora!

Uma das mais antigas reivindicações dos eleitos da CDU no Concelho de Alcanena será realidade. O Centro de Saúde daquele concelho já tem instalações dignas para profissionais de saúde e utentes. A Comissão Concelhia local do PCP, em comunicado à população, exige que o novo Centro de Saúde funcione até às 24 horas, todos os dias da semana, sem exceção de sábados, domingos ou feriados à semelhança dos centros de saúde das povoações vizinhas.

A Câmara Municipal, do PS, chumbou esta proposta dos eleitos da CDU. A Concelhia do PCP considera que para o PS «a população do Concelho de Alcanena deve continuar discriminada e condenada a suportar os erros e a incompetência desta Câmara e deste Governo». O comunicado exorta a população a lutar pelo direito a que «o novo Centro de Saúde passe a servir melhor as populações» e a fazer pressão junto da «Câmara, primeiro-ministro, Presidente da República, Ministério da Saúde, deputados, etc.».

## VISEU

## Esgotos para o rio

A Comissão Concelhia de Viseu promoveu uma visita ao rio Pavia no passado sábado, dia 14. A visita tinha como objectivo denunciar o estado em que se encontra esse rio, numa altura em que os responsáveis da câmara anunciam que ele estará despoluído dentro de meses. As obras em curso, apesar de indispensáveis, na opinião do PCP não resolvem a situação do rio para o qual continuam a correr esgotos directamente e sem tratamento. Joaquim Matias, deputado do PCP, esteve presente na iniciativa e fará um conjunto de requerimentos na Assembleia da República questionando sobre o que está previsto para resolver estes graves problemas.

## ESTARREJA

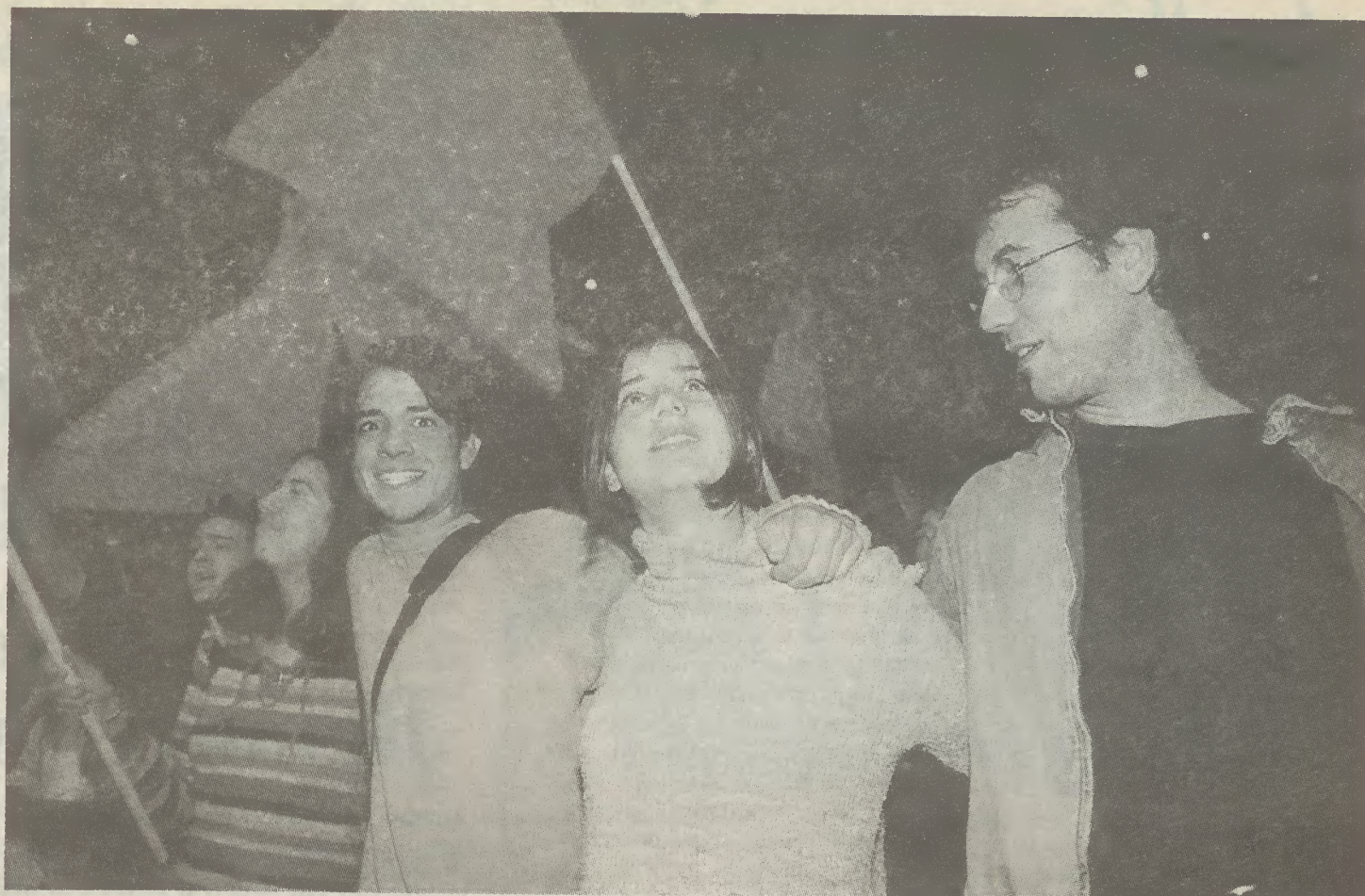
## Festa-convívio

A CDU Estarreja promoveu, no passado dia 7 de Outubro, uma animada festa-convívio no parque de merendas local. Em torno da iniciativa «porco no espeto» conviveu-se durante toda a tarde, reencontraram-se amigos e debateram-se alguns aspectos da situação política no concelho e no país. António Matos Almeida, eleito da CDU na Assembleia Municipal, salientou, num euro improvisado, os principais aspectos da intervenção da coligação no município. Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, analisou sinteticamente os últimos desenvolvimentos da situação política e social do País, destacando a importância da CDU e o papel dos comunistas na sua evolução futura, nomeadamente na próxima batalha eleitoral das presidenciais em torno da candidatura de António Abreu.

## OVAR

## Cheias na rua

A comissão de freguesia de Ovar da CDU queixa-se do que considera ser um hábito: as cheias na Rua Dr. Lourenço Oliveira Vaz. Segundo nota da referida comissão, mal caem as primeiras chuvas forma-se um lençol de água.



# PCP – o Partido da Juventude

**P**elo Programa, pelo passado de luta, pela intervenção de hoje, pela perspectiva que aponta para a sociedade portuguesa, o PCP é o Partido da juventude.



**Luísa Araújo**  
Membro da Comissão Política

O reconhecimento e a defesa dos anseios e direitos da juventude são para o PCP indissociáveis da construção duma democracia avançada e dos objectivos e perspectivas da sociedade socialista.

Liberdade, paz, bem-estar, estabilidade familiar, felicidade, respeito, condições no ensino e nas escolas, empre-

cidade determinada por valores humanistas, sem exploração, sem discriminação, onde a realização pessoal e colectiva seja o motor da felicidade, onde o trabalho e os trabalhadores sejam valorizados, onde o bem-estar e a qualidade de vida para todos constituam os objectivos de todas as políticas levadas a cabo.

## // A sociedade proposta pelo PCP é a que interessa aos jovens //

go com direitos, independência económica, vida sexual saudável e sem preconceitos, habitação, oportunidades na cultura e no desporto, espaços de convívio, são alguns dos interesses e aspirações comuns dos jovens. Concretizá-los constitui uma base essencial do desenvolvimento progressista da sociedade.

Não deixando de relacionar e de considerar de grande importância o número de jovens comunistas, quer na JCP, quer na organização do Partido, que, aliás, é absolutamente necessário reforçar para o aumento da influência do Partido junto das camadas juvenis, a convicção de que o PCP é o Partido da juventude é confirmada pelas orientações, as propostas e a acção concreta e coerente do Partido na defesa dos direitos e da qualidade de vida da juventude e do povo português.

### A sociedade que interessa

É do interesse dos jovens a sociedade que o PCP lhes propõe, uma so-

de para transformar a vida para aquilo que desejam.

O PCP coloca aos jovens e faz por envolvê-los numa análise com conteúdo de classe às causas pelas quais o acesso aos direitos é dificultado ou mesmo vedado a um universo muito amplo de jovens no percurso de toda a sua juventude e com consequências para a sua vida.

### Combater a ofensiva ideológica

Numa época em que se pretende impor um *pensamento único* que conduz os jovens ao conformismo, em que enfrentamos e combatemos uma ofensiva ideológica anticomunista profunda, em que os *media* manipulam a informação de factos e de realidades, o PCP presta um serviço essencial à juventude portuguesa por, além de contestar políticas e de apresentar propostas, contribuir para a reflexão dos problemas sociais e políticos do nosso país e do mundo sob o ponto de vista dos interesses da juventude, dos trabalhadores e dos povos. O PCP recusa a onda do seguidismo às opiniões feitas e ditadas segundo os interesses dominantes e desmistifica a sedução demagógica dos jovens a partir de campanhas que facilmente captam as suas atenções e apoios, que criam *marionetas* da política ou uma *esquerda alegre* que entretém, dá nas vistas, mas não muda nada.

Sublinhámos algumas das questões que fundamentam a afirmação de que o PCP é o Partido da juventude. Valorizando a acção que a JCP e o PCP desenvolvem, coloca-se de igual forma a importância de aprofundar a reflexão e o desenvolvimento das formas e meios para que a juventude portuguesa conheça e tenha a consciência de que o PCP é o Partido que apoia e corporiza as suas reivindicações porque é o único partido que traçou como objectivos e projecto a concretização de uma democracia avançada e do socialismo.

Nas propostas e na intervenção do Partido na política de juventude têm merecido particular atenção as áreas que se relacionam com o movimento e o associativismo ju-

venil, o apoio e a solidariedade com as iniciativas e as lutas específicas. Mas, para o Partido, a política de juventude vai além disto porque a considera transversal a várias políticas nacionais. Entre outras, as políticas da educação e do ensino, do emprego, da saúde, de combate à toxicodependência, da habitação, da cultura, do desporto, do ambiente, devem ser analisadas também na perspectiva do bem-estar e da realização dos jovens.

O PCP considera que os direitos dos jovens são essenciais ao processo democrático e que a juventude deve ser reconhecida como força social, dinâmica e criativa inserida e indispensável na vida do País.

A atribuição de responsabilidades, a confiança, a motivação a valorização da participação dos jovens e das suas organizações em torno dos seus gostos e na definição das políticas que lhes dizem respeito, constitui uma atitude necessária para reforçar os direitos da participação juvenil e aumentar a consciência da realidade e da sua capacida-

# A velhice da Juventude Socialista

● Odete Santos

**N**ão foi com surpresa que se soube pelo *Público* (jornal sempre "ouvido" de alguns, e *Tribuna* de outros, como acontece neste caso com a Juventude Socialista) que esta organização juvenil prepara uma iniciativa legislativa na área social (diz-se).

Entre outras medidas tal iniciativa contera a exigência de um cartão de saúde para as prostitutas. Não houve surpresa porque todos nos recordamos de outras vozes reivindicando a abertura de bordéis. Tudo sempre em nome da saúde pública.

Para a Juventude Socialista, o cartão de saúde das prostitutas é, por um lado, uma forma de combate à propagação das doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente da SIDA. Por outro lado, representa a "legalização" da prostituição e o fim do proibicionismo da mesma. Nesta matéria, nem sequer faltam os que proclamam o direito individual à autonomia, e a liberdade de cada uma (e de cada um) a prostituir-se.

Como acontece na Holanda, em que a regulamentação da prostituição surge baseada no respeito pela autonomia individual das/os prostitutas/os. E eis como uma iniciativa legislativa

satisfação dos seus prazeres, esses não são sujeitos a rastreio. Assim, entre cada rastreio seria impossível controlar a transmissão de doenças.

A este propósito, lembro-me de um desenho de Goya que retratou um momento de grande propagação da sífilis. Apesar das inspeções sanitárias às prostitutas, foi preciso, na altura, ordenar o encerramento das casas de passe como medida de combate à propagação da doença. No desenho, as prostitutas, no tamanho normal de seres humanos, armadas de vassouras, varrem do bordel os clientes que as infectavam (propositadamente reduzidos, na obra de Goya, a uma extrema pequenez).

Isto fala-nos da inadequação de pretensas medidas sanitárias no combate a doenças sexualmente transmissíveis.

c) Que sanções quer impor a Juventude Socialista às prostitutas que não tenham o seu cartão em dia?

Que estigma quer lançar a Juventude Socialista sobre as mulheres pobres que, por causa da miséria, passam a tornar-se suspeitas de se prostituírem?

Esclarecido está que ser prostituta/o não é crime. Era-o no tempo de Salazar, quando as prostitutas faltavam aos seus deveres. Continuou a sê-lo, mesmo depois de encerradas as casas de passe. Mas hoje não é assim. Pelo que é errado falar-se em legalização da prostituição.

E é demagógico acusar-se todos os que combatem a regulamentação da prostituição, de falsos moralistas.

Não é em nome da moral que se combate a regulamentação da prostituição. Mas sim em nome do combate:

- à opressão sexual
- à exploração

das mulheres

- ao crime organizado
- à violência contra as mulheres
- à globalização capitalista.

A prostituição, convém que se recorde, floresceu no século XIX e no início do século XX, à custa dos baixos salários das mulheres trabalhadoras, muitas das quais se viam forçadas, para fugir à miséria, àquilo a que os franceses chamaram "le cinquième quart de la journée".

A exploração capitalista do trabalho reforçou, também dessa forma, a exploração sexual das mulheres. Estigmatizando as mulheres trabalhadoras, que por auferirem salários de miséria eram tidas como mulheres de costumes suspeitos. Sujeitas, por vezes, à vergonha de inspeções sanitárias quando se levantavam em greve. Como aconteceu na greve de Rennes em 1903. Hoje, a globalização capitalista, empurrando milhões de seres humanos para a miséria, força muitas mulheres a engrossarem as redes da prostituição do crime organizado.

Não há modernidade em propostas que conduziram à legalização do proxenetismo e do crime organizado. Comete-se uma ofensa, contra as mulheres usadas e abusadas, quando se diz que exercem a sua autonomia individual na escolha da sua vida. Porque não existe autonomia sem liberdade. E não são mulheres livres as que se vendem.



Contraceptivos de emergência

## Remover obstáculos

**Aceder facilmente à contraceção de emergência como forma de obviar às gravidezes indesejadas, eis, em suma, o objectivo preconizado pelo PCP em projecto de lei debatido na semana transacta no Parlamento.**

Dois outros diplomas (do BE e da JS) defendendo finalidade idêntica foram igualmente apreciados, o mesmo sucedendo com um do PSD sobre gravidez na adolescência. Estes projectos de lei serão votados no decorrer da sessão plenária de hoje.

A venda nas farmácias da chamada pílula do dia seguinte sem necessidade de receita médica é proposta pelo BE e pela JS, que também estão de acordo quanto à necessidade deste tipo de contraceção ser fornecido gratuitamente nos centros de saúde.

Garantir este acesso aos métodos contraceptivos de emergência em todas as unidades do Serviço Nacional de Saúde constitui, aliás, uma das medidas prioritárias contempladas no projecto comunista, que define ao mesmo tempo ser este motivo para «atendimento imediato», incluindo nos serviços de saúde dos estabelecimentos de ensino superior.

Embora concordando também que a contraceção de emergência deva estar disponível de forma imediata nas farmácias sem precisar de receita, o PCP não consagrou tal medida no seu projecto, porquanto, como esclareceu Bernardino Soares, a dispensa desse formulário médico exorbita o foro legislativo entrando no domínio do poder executivo.

Mas o debate voltou a evidenciar a linha de fractura que separa direita e esquerda. Saber se a pílula do dia seguinte impede a fecundação ou interrompe a gravidez foi uma das questões introduzidas no debate pela direita parlamentar, como por si invocadas foram as alegadas consequências daquele medicamento para a saúde das mulheres.

«Aos que invocam os efeitos secundários deste medicamento e a segurança da sua

utilização é preciso lembrar as consequências e os riscos de uma gravidez na adolescência, em termos físicos e psicológicos, quer para a adolescente quer para a criança que eventualmente venha a nascer», frisou a propósito Bernardino Soares.

Por si lembrado foi ainda o facto de Portugal continuar a registar «uma das mais altas taxas

de gravidezes indesejadas e de gravidezes na adolescência da União Europeia». Esclarecedor quanto à situação do nosso país nesta matéria é ainda a circunstância, segundo um inquérito realizado em 1997, de 40 por cento das jovens entre os 15 e os 17 anos que já iniciaram a sua vida sexual admitirem recorrer ao aborto.

### Adolescência e juventude

Debatido na mesma sessão plenária foi também um projecto de resolução do PS propondo a elaboração de um «Livro Verde» e defendendo a adopção de «medidas de combate a factores de risco na adolescência e na juventude». Um documento que a

deputada comunista Margarida Botelho considerou «surpreendente», não pela análise que nele é feita - em muitos aspectos coincidente com a que o PCP desde há muito vem fazendo -, mas pelas suas afirmações, que, observou, «nem parecem vindas do partido que apoia o Governo».

Citado, entre outros, foi o caso dos ensinos secundário e superior. Desde há muito que o PCP pugna pelo fim das provas globais, dos exames nacionais e a extinção do numerus clausus. Em Maio passado, 65 mil estudantes saíram à rua dizendo o que pensam sobre tudo isto.

Pois não é que o PS vem agora dizer no projecto de resolução que o acesso ao superior «é um factor de pressão que pode chegar a pôr em causa relações de amizade devido à competição que se estabelece entre alunos», falando igualmente de depressões e esgotamentos.

Resulta assim claro, na perspectiva de Margarida Botelho, que o PS esquece que «muitos destes factores de risco têm causas sociais e económicas cuja responsabilidade é do Governo».

«Como é possível que se escreva que a dificuldade no «acesso ao estatuto de adulto» é um dos factores de risco na adolescência e na juventude e depois se prossigam políticas de precarização do emprego que impedem qualquer estabilidade, qualquer autonomia dos jovens?», interrogou-se a parlamentar do PCP.

## Homenagear Amália

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a transladação dos restos mortais de Amália Rodrigues para o Panteão Nacional. A figura da mulher e fadista que de modo inigualável «cantou e recriou o fado» foi evocada por todos os partidos com palavras de apreço e reconhecimento. Realçado foi o seu percurso iniciado na Lisboa dos bairros populares, que a projectou e consagrou mundialmente, dando a conhecer Portugal e os portugueses.

«Europa, África, América, Ásia rendem-se ao seu fascínio», lembrou a deputada comunista Luísa Mesquita, para quem a «língua portuguesa ri e chora com ela ao som da guitarra».

Realçado pela parlamentar comunista foi ainda a forma como Amália Rodrigues soube interpretar, dos mais variados poetas, «textos fadados pela arte de uma voz preñe de emoção sensual e musical que é património vivo da nossa cultura, do nosso país e do nosso povo».



aparece (falsamente) como moderna, desinibida, no respeito pelos direitos individuais, balizados pelo interesse público (a protecção da saúde pública).

Para os que se possam deixar enganar pelas vestes de modernidade de quem reclama a regulamentação da prostituição, criando direitos e deveres directamente nascidos do exercício da mesma, diremos:

a) O exercício da prostituição não está criminalizado. A prostituta e o prostituto não estão sujeitos a qualquer pena por se prostituírem. Quem está sujeito a perseguição criminal são os proxenetes, os que exercem o tráfico de mulheres com vista ao exercício da prostituição; os que integram as redes de organizações criminosas, os que traficam droga nas redes de prostituição, os que branqueiam capitais ilícitamente obtidos e que necessitam do reconhecimento da prostituição como a indústria do sexo.

b) O rastreio das doenças, nomeadamente das doenças sexualmente transmissíveis, feito através da exigência de um cartão de saúde para as prostitutas, apenas contribuiria para a sua estigmatização. Essa medida só aparentemente corresponde a uma exigência de defesa da saúde pública. Porque os clientes das prostitutas, os que as obrigam ao sexo inseguro para

## Governo retoma velhas receitas neoliberais

# Forte ofensiva contra o SNS

«Está em marcha uma verdadeira contra-reforma da Saúde.» A esta conclusão chega o PCP, depois de observar atentamente a evolução no último ano da política para o sector. A deputada Natália Filipe, em declaração política no Parlamento, não hesitou em afirmar que é «o regresso das velhas políticas neoliberais».

A questão que desde logo se coloca é a de perceber por que razão sendo a

Saúde uma das prioridades definidas pelo Governo, que a erigiu mesmo como a sua nova paixão, e para a qual são canalizados

vastíssimos recursos, o país está neste domínio pior do que há um ano.

Dito de outro modo, como é possível que não obstante o investimento público e o empenho dos profissionais de saúde, «os cidadãos não tenham a resposta atempada aos cuidados de saúde de que necessitam e quando necessi-

tam, em termos de acesso, volume, qualidade e quantidade?»

**O PCP defende um SNS modernizado e reorganizado, democrático e humanista**

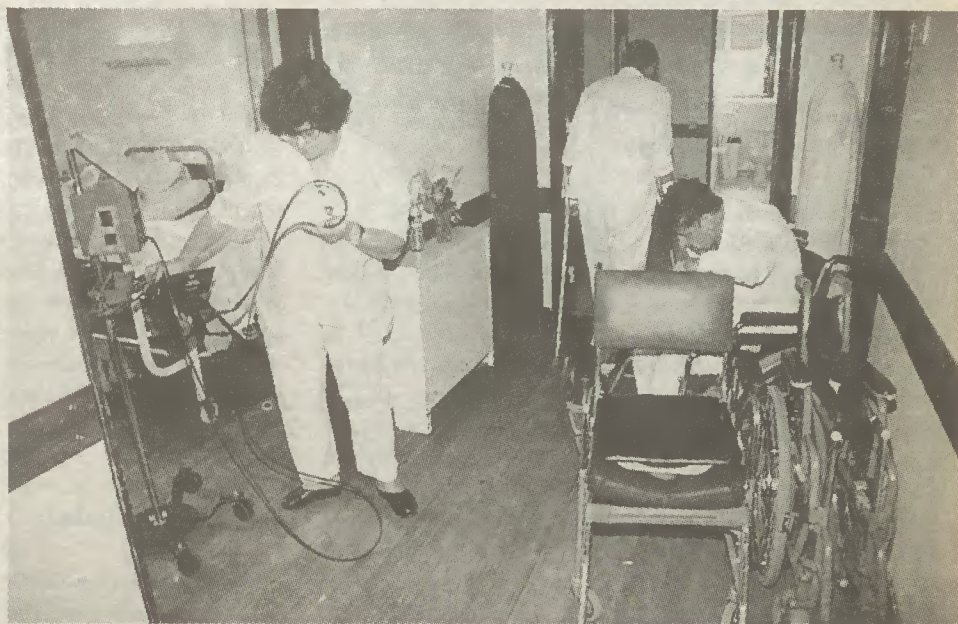
Foi a própria Natália Filipe a responder à pergunta. É porque ao Governo e à actual equipa do Ministério da Saúde não interessa uma

«verdadeira política de formação, incentivo e fixação de profissionais, nem de rentabilização da capacidade instalada nos serviços públicos de saúde». Como não lhe interessa, acrescentou, o «fim do parasitismo do sector privado relativamente ao sector público», nem a «desgovernamentalização e descentra-

lização do SNS», nem um «financiamento adequado do SNS que potencie as suas capacidades».

A deputada comunista foi mesmo mais longe e considerou estar-se perante uma «inversão de rumo» relativamente às orientações que pautaram a acção do Ministério da Saúde tutelado por Maria de Belém, a quem o PCP, apesar do distanciamento crítico em relação as suas medidas legislativas, reconheceu algum esforço para a regeneração do SNS e para interromper a linha neoliberal dos seus antecessores.

Pois o que agora se assiste, segundo Natália Filipe, é ao retomar dessas velhas receitas neoliberais, «de natureza privatizadora, de redução do Estado a um papel exclusivamente financiador e regulador, deixando para os privados a exploração da prestação de cuidados de saúde, ficando o SNS reservado a um papel mera-



Em matérias de saúde o País está pior que há um ano atrás

mente caritativo e assistencialista».

Alertando para o que considera ser «uma das maiores ofensivas contra o SNS», que afirma estar em curso, Natália Filipe acusou o Governo de adoptar a tática de «continuar a degradar e a definhando» a organização, funciona-

mento, direcção e administração das instituições para, por esta via, abrir caminho à privatização que «surgirá como a resposta natural, inevitável e socialmente compreensível».

Duramente verberado pela parlamentar comunista foi igualmente a polí-

tica de recursos humanos, que qualificou de «verdadeira vergonha nacional», porquanto, disse, «não é apresentado qualquer plano estratégico de formação» ao mesmo tempo que o Governo «passa o dia a pagar anúncios em jornais espanhóis para ofertas de emprego».

Em causa a saúde pública e a defesa do consumidor

## Entidades fiscalizadoras não fiscalizam

Há fortes probabilidades de a saúde pública e a defesa dos consumidores estarem a ser prejudicados em resultado de uma deficiente acção da Inspeção Geral das Actividades Económicas. O alerta foi dado pelo deputado comunista Rodeia Machado em intervenção proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana.

A questão, segundo afirmou, foi suscitada no decorrer de uma reunião entre

aquele deputado eleito pelo círculo de Beja, presente nessa qualidade, e funcionários da delegação distrital da IGAE.

A Rodeia Machado foi transmitido, concretamente, que existe neste momento «uma quebra nas competências que as delegações distritais da IGAE detinham, o que faz com que os vários agentes económicos não estejam a ser devidamente fiscalizados».

Significa isto que, a par da

insuficiência de meios humanos, a fiscalização a efectuar por aquela delegação «não pode ser hoje determinada» pelo respectivo chefe, uma vez que tal decisão está na dependência directa da Inspeção Geral, isto é, de autorização a nível central.

Denunciada pelos trabalhadores é também a falta de meios, que em certos casos chega a assumir proporções caricatas. Foi o que sucedeu há meses quando as delega-

ções receberam instruções superiores para inspecionarem os objectos em ouro e prata, no plano da «contratária», tendo na altura chegado à conclusão que não tinham meios para a fazer pela simples razão, imagine-se..., que não existiam lupas para cumprir tal tarefa.

Mais grave ainda, segundo Rodeia Machado, é o facto de os hipermercados do distrito «não serem fiscalizados há cerca de dois anos», com tudo o que isso

representa em termos de saúde pública.

«Se esta situação é preocupante no distrito de Beja, podemos e devemos interrogarmo-nos se tal situação é idêntica em todo o território nacional, e quais os prejuízos que isso causa aos consumidores», sublinhou o deputado do PCP, antes de dar a conhecer alguns números capazes de suscitar, no mínimo, reflexão. Entre 1995 e 1998 o número de agentes económicos inspec-

cionados baixou de 88.546 para cerca de 58.000, sendo que em 1999, embora ainda não seja conhecido o seu número exacto, estima-se que essas inspecções tenham caído para cerca de 12.000.

Ainda em consequência disto, o número de infracções detectadas baixou de 2289 em 1995 para 665 em 1999, referiu ainda Rodeia Machado, que pediu explicações ao Governo e exigiu uma rápida alteração desta situação.

Morosidade da Justiça

## Eliminar causas sem restringir direitos

O Governo quer alterar alguns aspectos do Código de Processo Penal como forma de obviar à morosidade da Justiça. A proposta de lei que aponta nesse sentido, alterando nomeadamente o sistema de notificações, esteve em debate no Parlamento respectiva sem votação.

Para o ministro António Costa, apesar das modificações ao CPP introduzidas no final da Legislatura passada, a proposta agora apresentada justifica-se face à persistência de algumas causas de morosidade processual que, afirmou, «comprometem a eficácia do direito penal e o direito do arguido a ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa».

Nesse sentido, introduzida é uma nova modalidade de notificação do arguido, do assistente e das partes civis, permitindo-se que estes

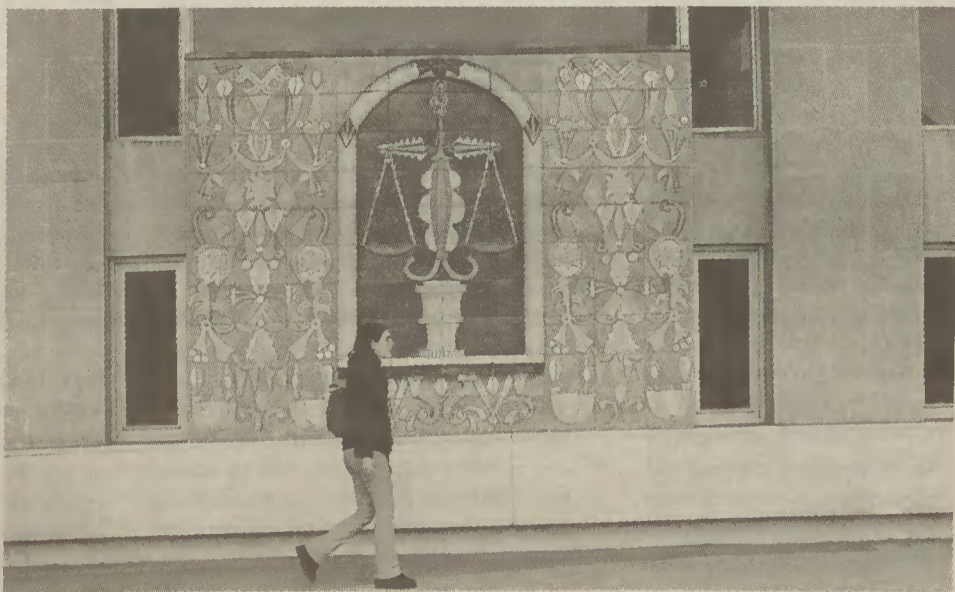
sejam notificados mediante via postal simples sempre que indicarem à autoridade judicial, policial ou judiciária a sua residência, local de trabalho ou outro domicílio à escolha. Neste caso, de acordo com a proposta, há a presunção absoluta de que

o arguido foi informado da acusação e do dia da audiência por simples expedição de uma carta.

Reconhecendo a necessidade de ponderar uma solução que contrarie «os mecanismos que tornam possível no decurso do processo judicial a ocorrência de expedientes meramente dilatórios», Odete Santos, em nome da bancada comunista, não escondeu o seu cepticismo quanto à capacidade de as alterações propostas virem a constituir a «reforma de fundo que porá a Justiça em dia».

Admitindo mesmo que algumas delas «possam vir a determinar incidentes e novas delongas», a parlamentar do PCP defendeu uma outra política capaz de verdadeiramente garantir um prazo razoável no exame de uma causa. E essa política, enfatizou, tem de passar pela «desjudicialização dos conflitos sociais», bem como por «formas alternativas de solução de conflitos», sem esquecer o «combate à conflitualidade social» e o «apetrechamento dos tribunais com os meios técnicos e humanos necessários».

«Sem tal política, medidas restritivas de direitos surgem como inadequadas, desproporcionadas e desnecessárias aos fins que dizem prosseguir», observou Odete Santos, numa crítica implícita à proposta que preconiza a «impossibilidade de adiamento de audiências, com a conseqüente possibilidade de o juiz alterar a ordem de produção de provas, sem regras nem limites», violando assim as garantias de defesa e, eventualmente, a «própria presunção de inocência».



Os tribunais continuam a debater-se com falta de meios técnicos e humanos

PCP apresenta diplomas na área laboral

# Em defesa dos trabalhadores e dos pensionistas

**Dar resposta a graves problemas sentidos pelos trabalhadores e pelos pensionistas da Administração Pública, tal é, em síntese, o sentido de três iniciativas legislativas do PCP entregues na Assembleia da República.**

Apresentados publicamente terça-feira, em conferência de imprensa onde estiveram presentes os deputados Lino de Carvalho, Odete Santos e Vicente Merendas, os diplomas reportam-se, num caso, à reparação dos trabalhadores pela morosidade da Justiça em processos de falência, em outro, à alteração do regime jurídico do contrato de trabalho a termo, noutro ainda, às pensões degradadas da função pública.

Realce, no que se refere ao primeiro destes diplomas, merece desde logo o facto de se tratar de uma «importante inovação na ordem jurídica laboral que

em muito irá beneficiar os trabalhadores vítimas de processos de falência das empresas onde laboram»

**Há empresas onde a totalidade dos trabalhadores está contratada a prazo, sem qualquer segurança**

Para o PCP, trata-se de reparar uma «dupla injustiça»: por um lado, a longa espera, às vezes de muitos anos, entre o momento do encerramento da empresa e o da sentença que estipula os valores em dívida a que os trabalhadores têm direito; por outro lado, o facto de os créditos devidos aos trabalhadores serem muitas vezes relegados para último lugar. Dado como exemplo foi o caso da Mundet, no Seixal, em que os trabalhadores aguardam desde 1988 pela cobrança dos seus créditos.

Com a solução agora preconizada no projecto comunista, logo após a reclamação dos créditos, os trabalhadores ficam com a possibilidade de requererem e receberem adiantamentos a serem pagos pelo Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça. Mais ainda, os créditos dos trabalhadores gozam de preferência em relação aos restantes credores das empresas em causa.

## Não à precariedade

Quanto ao projecto de lei que «Altera o Regime Jurídico do Contrato de Trabalho a Termo, combatendo a precariedade no emprego», já apresentado e rejeitado pelo PS na última sessão legislativa, com o argumento de que tal iria prejudicar o emprego dos trabalhadores, trata-se de consagrar que o «contrato de trabalho a termo constitui uma forma excepcional de contratação e de que a sua celebração

está subordinada ao princípio de que a uma função permanente deve corresponder um contrato de trabalho sem termo.

De acordo com o articulado do projecto, eliminada é também a justificação actual de que basta ser jovem à procura de primeiro emprego ou desempregado de longa duração como fundamento para a celebração de um contrato de trabalho a termo.

«A celebração sucessiva e intervalada de contratos de trabalho a termo, entre as mesmas partes, com similitude de funções e para a satisfação das mesmas necessidades do empregador», ainda segun-

do o projecto do PCP, «implica a conversão automática do segundo em contrato sem termo, salvaguardadas certas actividades sazonais».

## Contra as pensões de miséria

Iniciativa legislativa também de grande alcance é, por fim, a que garante a «actualização das pensões degradadas da função pública». Abrangendo cerca de 40.000 aposentados antes da entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo, em 1 de Outubro de 1989, todos eles com pensões extremamente

degradadas em relação àqueles que se aposentaram depois daquela data, a proposta do PCP vai no sentido de que «a todas as carreiras da função pública, independentemente do momento da aposentação, seja adoptado o princípio da indexação da actualização das pensões à dos vencimentos no activo e que, igualmente, seja adoptada uma correcção extraordinária do valor das pensões para todos os trabalhadores da administração pública aposentados à data anterior à entrada em vigor do NSR, destinada a igualar, em duas fases, os montantes das suas pensões às daqueles que se aposentaram em data posterior.

Diplomas sobre reforma fiscal passam na generalidade

## Tudo ainda em aberto

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, todos os diplomas sobre reforma fiscal apresentados pelo Governo e pelos partidos da oposição. Os textos transitaram para a comissão parlamentar de economia e finanças, onde o debate prossegue agora na especialidade.

Depois da sua apreciação na semana transacta, por via de agendamento potestativo do PCP que assim forçou o início do processo de realização da reforma fiscal, o que se pode dizer é que tudo continua em aberto.

Para já, a reter do debate na semana transacta, fica a ideia de que há condições para que venha a ser possível concretizar esta importante reforma. Face ao conteúdo concreto das propostas do PCP e do Governo — os únicos que subcrevem documentos com uma visão global de reforma do sistema —, lícito é concluir ser essa uma possibilidade real. A não ser assim, como sublinhou Octávio Teixeira, «a responsabilidade política» só pode ser imputada ao Executivo.

### Não à chantagem

E assim pode acontecer se, por exemplo, o Governo insistir em associar a aprovação da reforma fiscal do futuro debate do Orçamento do Estado. Neste capítulo, o PCP deixou uma séria advertência ao Governo, avisando que são dois processos autónomos, pelo que recusará qualquer «chantagem» relativamente àquela última discussão.

Foi de resto em torno desta questão que o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, se revelou particularmente crítico na apreciação da estratégia do Governo. Referindo-se à alteração da tabela de escalões e de taxas do IRS, que o Governo resolveu não apresentar na sua proposta de reforma dos impostos sobre o rendimento, o líder parlamentar comunista afirmou que aquele «tem de entender e assumir sem subterfúgios, que a reforma fiscal vale por si mesma, que é uma reforma urgente e imprescindível para que outras reformas necessárias tenham lugar na sociedade portuguesa».

Situando esta como «a terceira grande divergência» em relação ao Governo, Octávio Teixeira reiterou ainda a recusa da sua bancada em «encarar a reforma fiscal, a que o próprio Governo do PS se comprometeu há cinco anos, como um meio instrumental para fazer passar outras propostas suas, quaisquer elas que sejam».

Segundo Octávio Teixeira, fazer depender a concretização da reforma fiscal da viabilização do Orçamento de Estado é mesmo a via «mais armadilhada que o Governo pode escolher», porquanto, explicou, «esta atitude do Governo só pode significar falta de confiança que ele próprio tem nos méritos intrínsecos da proposta de Orçamento de Estado».

«Pela parte do PCP, não é com «chantagens» sobre os partidos da oposição, pior, sobre os trabalhadores por conta de outrem que suportam duramente a iniquidade fiscal que campeia em Portugal, que se pode servir o objectivo de uma reforma estruturante como é a reforma fiscal», advertiu.

### Acabar com benefícios injustos

Esta não foi, porém, a única «divergência de fundo» identificada pelo PCP em relação à proposta do Governo, isto não obstante a existência igualmente de vários pontos de convergência, devidamente assinalados por Octávio Teixeira.

Em sede de especialidade, duas outras «divergências de fundo» não deixarão de estar no centro das atenções. A primeira refere-se à necessidade do englobamento pleno dos rendimentos provenientes de dividendos de acções, bem como dos juros de obrigações e de outros instrumentos financeiros similares. O segundo plano em que PCP e Governo divergem diz respeito aos benefícios fiscais que gozam ainda algumas aplicações financeiras, como dividendos de acções cotadas em bolsa, dividendos de acções de empresas reprivatizadas e aquisições de acções em ofertas de venda realizadas pelo Estado. Para o PCP, afirmou Octávio Teixeira, «estes benefícios devem ser revogados».

Projecto de lei do PCP remove entraves

## Em apoio do associativismo juvenil

Esteve em discussão no Parlamento o projecto de lei do PCP que cria um processo especial de constituição das associações juvenis. Ao alterar as regras e procedimentos que estão na base da criação daquelas associações, para o PCP, trata-se de «simplificar, desburocratizar e retirar custos aos processos de legalização». Tudo em nome do apoio ao associativismo juvenil e à «necessidade de remover os diversos obstáculos existentes».

Objectivos que o PS, a avaliar pela posição adoptada no debate da semana transacta, deverá inviabili-

zar quando o diploma for hoje objecto de votação em plenário. Não que discorde do mérito da iniciativa, que reconheceu como positiva, mas porque, segundo foi dito, quer apresentar uma Lei de Bases do Associativismo Juvenil. De onde se conclui que o PS não hesita em retardar o incremento de importantes medidas de apoio às associações juvenis, desde que veja nisso uma hipótese de poder vir a ser ele a colher os louros da iniciativa.

Uma atitude a todos os títulos inaceitável, como incompreensível fora já a sua postura de entrar o mesmo tipo de apoios ao

associativismo juvenil, aquando do debate de outro projecto de lei do PCP sobre a mesma matéria na Legislatura passada. Depois de aquele ter sido aprovado na generalidade, como recordou no debate Margarida Botelho, o PS impediu que a simplificação proposta pela bancada comunista ficasse contemplada na Lei.

Com isso, como fez notar a deputada comunista, o que o PS conseguiu foi manter a «morosidade, burocracia e custos» que caracterizam o actual processo de legalização de associações juvenis, verdadeiros «entraves» ao seu desenvolvimento.

## Pela paz no Médio Oriente

A situação no Médio Oriente motivou um voto da Assembleia da República expressando condenação pela violência das tropas israelitas contra as populações de Jerusalém, Gaza e Cisjordânia. Acolhido favoravelmente por todas as bancadas (à excepção do CDS/PP, que se absteve), o voto sublinha a exigência de pôr termo à repressão e de serem cumpridas as resoluções da ONU.

Lino de Carvalho, em nome do PCP, considerou que a gravidade do momento actual não permite qualquer «margem de ambiguidade» quanto às responsabilidades de Israel nem quanto à exigência de que este país se conforme com o «direito internacional e as resoluções das instâncias internacionais».

Lembrada pelo deputado comunista foi, por exemplo, a sistemática recusa de Israel cumprir

as resoluções da ONU, designadamente as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança que exigem a retirada das forças armadas israelitas dos territórios ocupados, a resolução do problema dos refugiados e a libertação dos presos políticos.

«O Médio Oriente precisa de paz, o povo palestino tem direito a uma pátria independente e soberana», concluiu Lino de Carvalho.

## Despedimentos

O Grupo BCP tem em curso uma redução de 1570 trabalhadores, que deverá acentuar-se no final deste ano, noticiou o «Semanário Económico», citando um relatório de Outubro divulgado nos EUA.

O documento da JP Morgan Securities regista ainda o encerramento de 94 balcões do grupo, o que representou uma redução de 6 por cento no total de sucursais, agora reduzidas a 1400. Os cortes seguiram-se à aquisição, a 31 de Março, do Grupo Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor pelo grupo de Jardim Gonçalves, e à fusão dos três bancos, em Setembro.

## Jornalistas

Alfredo Maia é o novo presidente da Direcção do Sindicato dos Jornalistas, à frente da lista única que concorreu àquele órgão e que integra também a nossa camarada de Redacção Anabela Fino. Nas eleições, que tiveram lugar segunda-feira e em que participaram cerca de 700 jornalistas, a Lista A obteve 603 votos, para a Direcção e a Assembleia Geral, e 591 para o Conselho Deontológico. Para o Conselho Geral foram eleitos 24 candidatos da Lista A e 7 da Lista B (que apenas concorreu a este órgão).

## CESPU

A tentativa de despedimento do dirigente sindical Fernando Brandão, professor do Instituto Superior de Ciências da Saúde da Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário (CESPU), levou à convocação, por parte do Sindicato dos Professores do Norte, de uma concentração junto às instalações do instituto. O sindicalista viu ser-lhe instaurado um processo disciplinar por ter participado e intervenido num encontro sobre o Ensino Particular e Cooperativo, organizado pela federação da qual faz parte enquanto dirigente do SPN – a Fenprof. O sindicato exige à CESPU que retire o processo e que reintegre Fernando Brandão.

## Morte

No cruzamento de Pegões um acidente vitimou um trabalhador, numa obra de ligação de esgotos à rede municipal. A Comissão de Freguesia do PCP, numa nota em que manifesta solidariedade à família enlutada, salienta a necessidade de «um rigoroso inquérito», para apurar as causas e responsabilidades, nomeadamente quanto a medidas de segurança e fiscalização.

## CGTP escreve a Guterres

# «Desprezo» na Saúde

**A ministra Manuela Arcanjo adiou por quatro vezes uma reunião com a CGTP, que a acusa de manter «um profundo desprezo pela participação dos trabalhadores» nas medidas de política de Saúde.**

Os adiamentos começaram a 4 de Setembro e o último aconteceu na passada sexta-feira, dia 13. De imediato a central solicitou a intervenção do chefe do Governo, «face a esta intolerável situação e à insustentável manutenção do estado actual da Saúde».

No texto divulgado pelo departamento de informação da Intersindical Nacional, afirma-se que, «contrariamente ao que é referido pela sr.<sup>a</sup> ministra da Saúde e expresso no Programa de Governo», «não está a ser aplicada a “Estratégia de Saúde para o virar do século – Saúde um Compromisso”, aprovada» com a assinatura de Guterres. A ministra, acusa a Inter, «não viabilizou a participação efectiva da CGTP-IN, em tempo útil, em nenhuma das medidas desenvolvidas», ignorando assim que «assume particular relevância a efectiva participação das organizações sindicais, nomeadamente da CGTP-IN, na discussão das medidas de política de Saúde».

### Contrabando!

Foi o que sucedeu com o programa «Acesso», de recu-

peração das listas de espera, cujo contrato-tipo (a estabelecer com o sector privado)

**O Governo põe os trabalhadores a pagar duas vezes**

foi publicado pela ministra, sem haver qualquer conhecimento público do volume de cirurgias feitas nas instituições do Serviço Nacional de Saúde

e sem um esclarecimento acerca da rentabilização dos recursos instalados nos hos-

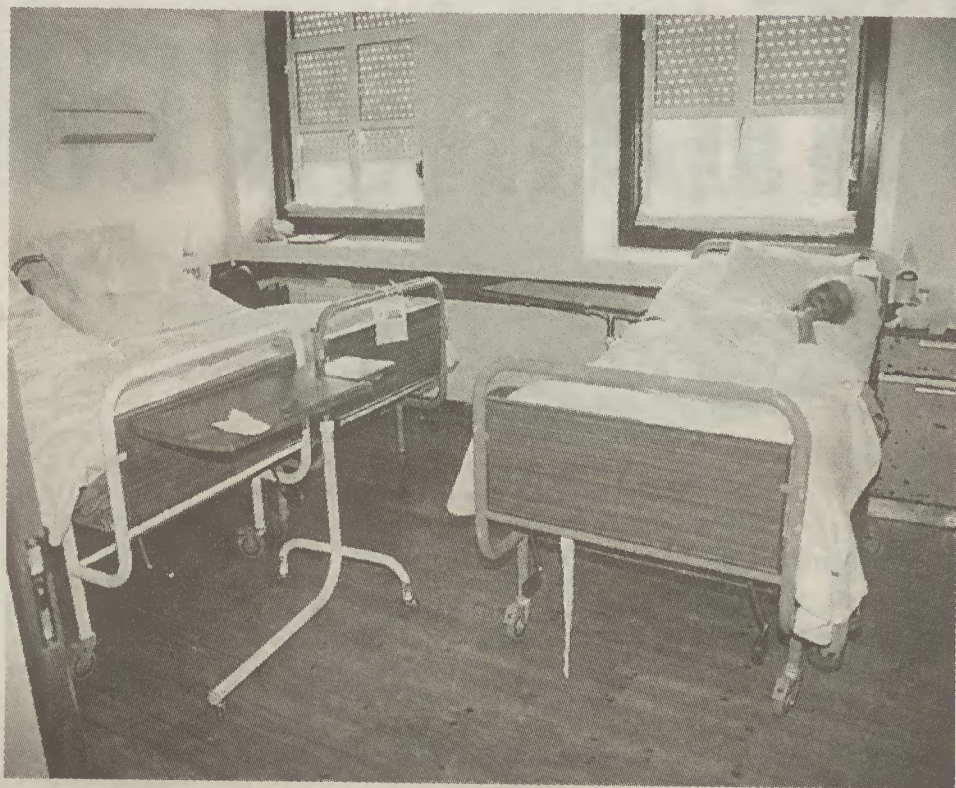
pitais públicos – dados que a central solicitou em Abril. Além do mais, a ministra deveria, por lei, divulgar relatórios mensais, mas à CGTP não chegou qualquer informação.

Num texto divulgado antes da quarta reunião «azarada», a Inter diz ter conhecimento de que «há instituições com listas de espera, com recursos instalados e que não se candidataram» ao programa, o que configura «uma situação de “contrabando” de dinheiro e de utentes, do sector público para o sector privado».

Sucedendo, assim, que quem já contribuiu, com os seus impostos, para pagar a capa-

cidade de execução de cirurgias nos hospitais públicos, volta a pagar de novo, através da retribuição do Governo às entidades privadas (um protocolo foi já celebrado com a União das Misericórdias), para que as operações sejam feitas fora do SNS, sem estarem esgotadas as capacidades públicas.

Além desta matéria, a CGTP quer ainda discutir com o Governo questões relacionadas com medicamentos, participações, despesas e Orçamento da Saúde, bem como o não cumprimento da legislação por parte da equipa chefiada por Manuela Arcanjo.



A degradação dos serviços públicos serve para profundos ataques ao Serviço Nacional de Saúde (foto de arquivo)

## Autismo confirmado

Após o plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais, no dia 12, a FNSFP/CGTP viu confirmada a sua acusada de que a ministra da Saúde se comporta como autista, «isola-se e só olha para ela própria».

A reunião da Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública teve lugar depois de dez meses a aguardar uma resposta da ministra. Manuela Arcanjo, em Novembro do ano passado, prometeu à federação voltar a reunir logo que fosse entre-

o o caderno reivindicativo para 2000. O documento foi apresentado pela FNSFP a 15 de Dezembro, mas a reunião ainda não foi marcada e a ministra nem sequer respondeu aos officios da federação.

No final do plenário, os cerca de 100 dirigentes e delegados sindicais deslocaram-se ao Ministério, procurando ser recebidos pela ministra, «tal como lhe havíamos sugerido por officio atempadamente enviado e ao qual, mais uma vez, não ha-

via respondido». Mas apenas puderam deixar à chefe de gabinete de Manuela Arcanjo uma moção onde se recorda o compromisso ministerial e se salienta que, «apesar das diversas reuniões havidas com os secretários de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde, as questões importantes continuam por resolver», designadamente a revisão das carreiras dos serviços gerais da Saúde e dos técnicos de Diagnóstico e Terapêutica (processos parados, que

deveriam ter-se iniciado em Janeiro), e o emprego precário, que atinge já cerca de 20 mil funcionários – cujos contratos têm termo previsto para Março próximo.

O plenário reclamou da ministra a marcação imediata da reunião e decidiu desencadear «um amplo processo de reuniões nos locais de trabalho, por forma a mobilizar os trabalhadores para as lutas que se revelarem necessárias, incluindo a greve, caso a situação actual se mantenha».

## A experiência dos enfermeiros

A Comissão Negociadora Sindical (CNESE), constituída pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e pelo Sindicato dos Enfermeiros da RA da Madeira, reuniram na semana passada com a ministra da Saúde. Numa nota divulgada pela direcção do SEP no dia 11, diz-se que Manuela Arcanjo apenas procurou defender a «saúde financeira» do Ministério, «numa altura em que já é pública a derrapagem» do respectivo orçamento, e nada adiantou sobre a resolução

dos problemas da classe. «Como seria a derrapagem financeira, caso os direitos os trabalhadores tivessem sido devidamente acautelados, isto é, a trabalho efectuado correspondesse trabalho imediatamente pago», pergunta o sindicato, protestando contra as propostas avançadas pela ministra para regularização de contas. Numa altura em que já deveriam estar a decorrer negociações com os representantes sindicais, a ministra diz que será feito em Outubro o

pagamento da dívida respeitante ao trabalho extraordinário de 1999 (38,4 mil contos), mas a dívida relativa ao ano corrente (mais de 180 mil contos) «pode ser que seja» liquidada até final de Dezembro...

Além do «total incumprimento, por parte do Ministério da Saúde, dos compromissos assumidos», o sindicato diz ainda que o seu interlocutor «não mostra sinais de abertura para negociar matérias de fulcral importância», como as compensações pelo

risco e penosidade do exercício da profissão e a elaboração de um plano de formação que diminua a carência de enfermeiros.

Os sindicatos desafiaram a ministra a revelar os estudos que fundamentam a decisão sobre a diferenciação da penosidade e risco conforme os serviços e, quanto à formação de enfermeiros, dizem que a resposta de Manuela Arcanjo foi «igual à que deu à CNESE no início do mandato: “estamos a estudar, estamos a trabalhar”».

## Petrogal

Rigor e transparência na gestão, exige a Comissão de Trabalhadores da Petrogal. Esta reclamação de sempre da CT é também subscrita, em declarações, pela empresa, mas tal não se verifica na questão da falta de pessoal. «Quem conhece a realidade da empresa, sabe que é necessário admitir trabalhadores para vários sectores» diz a CT, adiantando que a administração promete concluir «o levantamento das necessidades de pessoal» em finais de Outubro, mas entretanto «há quem já esteja a impor decisões de redução de posto de trabalho». A administração declara que as reformas e rescisões têm sido decididas em pé de igualdade para todos, no entanto a CT contrapõe que os trabalhadores de turnos estão excluídos de tal opção, enquanto alguns dos que aceitam sair levam, além das indemnizações gerais, carros e elevadas quantias a título de despesa confidencial.

## Monólogos

Na PT Comunicações os prometidos encontros de apresentação da empresa são afinal «monólogos», apresentados em mangas de camisa, a lembrar a mais refinada postura populista presente em determinadas campanhas eleitorais», protesta a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom. A Comissão Executiva da empresa constituída a 15 de Setembro anunciou os «encontros» numa reunião com representantes dos trabalhadores, referindo a intenção de introduzir um novo relacionamento. «Sucedendo que estes gestores já exercem funções de topo há muito tempo e têm tomado, sem pestanejar, as medidas mais negativas para os trabalhadores», diz a CT, num comunicado em que aponta seis exemplos concretos.

## EFFAs

A segmentação da OGMA, que levará a curto prazo ao seu desmembramento e consequente privatização, preocupa o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. A juntar àquela situação acentua-se a indisponibilidade do Governo para assumir as suas responsabilidades quanto aos EFFAs/Indústrias de Defesa. Num plenário realizado em Lisboa no dia 10, dirigentes e delegados sindicais deliberaram continuar a contribuir para soluções que viabilizem o desenvolvimento deste sector estratégico, ratificaram o conteúdo da proposta reivindicativa para 2001, assim como do caderno reivindicativo da OGMA, e manifestaram total disponibilidade e empenhamento para uma forte dinâmica de acção sindical.

## Encontro regional de quadros

**C**entenais de comunistas do distrito de Setúbal reuniram-se, no passado sábado, na Academia Almadense, num Encontro de Quadros promovido pela DORS. Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, e António Abreu, candidato comunista às eleições presidenciais, participaram nos trabalhos. A partir de um documento previamente distribuído, os comunistas da região de Setúbal centraram as suas atenções em duas importantes tarefas a curto prazo bem definidas: dinamização do combate do Partido à política de direita conduzida pelo Governo do PS e preparação do XVI Congresso do PCP.



# Militantes comunistas

As intervenções foram muitas e abordaram áreas que são alvo do interesse ou da preocupação do Partido e dos comunistas, desde o ambiente ao desemprego, passando pela imprensa e a situação social. Por exemplo, Jorge Pires, da Comissão Política do Comité Central e responsável pela DORS, escalpelizou a difícil situação económica e social que se verifica no distrito de Setúbal, agravada pelo fecho, previsto para breve, de duas grandes empresas: a Siderurgia Nacional e a *Indelma* do Casal do Marco. Aproveitou para informar – parte agradável da comunicação – que, nos últimos tempos, aderiram ao Partido, no distrito de Setúbal, 1149 novos militantes, a maior parte dos quais com menos de 30 anos. Jorge Pires denunciou também a vergonhosa desfiguração que a imprensa está a fazer do Partido e das posições dos comunistas. «O Partido que nos entra em casa todos os dias não é o PCP» – sublinhou.

Muitos outros temas foram tratados pelos comunistas do distrito de Setúbal. O camarada Paleta, membro do Comité Central e da DORS, por exemplo, pediu um maior cuidado na preparação das reuniões do Partido, enquanto Capucho, também membro dos mesmos organismos, se ocupou da planificação da campanha para as presidenciais; uma representante da JCP, por outro lado, ofereceu a total disponibilidade dos jovens revolucionários, com o seu reconhecido entusiasmo e abnegação, para as tarefas da campanha, tendo Carlos Mateus chamada a atenção para os perigos decorrentes da intenção governamental de instalar no concelho do Seixal, de ânimo leve, incineradoras ou aterros destinados a resíduos potencialmente perigosos; por sua vez, Fernanda Gaspar, presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, mostrou-se apreensiva na busca de métodos para fazer chegar o Partido e as realizações autárquicas aos novos habitantes do concelho, e não deixou fugir a oportunidade para afirmar que o «que incomoda a direita é sermos um partido marxista-leninista», embora, «mantendo-nos assim, as populações nos olhem cada vez com melhores olhos».

Neste seu encontro, os comunistas do distrito de Setúbal desmentiram o ditado de que depressa e bem há pouco quem. Em poucas horas abordaram um vasto leque de questões e traçaram orientações visando as tarefas que se colocarão ao Partido nos próximos meses. Houve ainda tempo para aprovar uma moção condenatória da agressão israelita ao martirizado povo da Palestina.

● J.A.

## Carlos Carvalhas Alargar o debate

**Intervindo no encerramento dos trabalhos do Encontro de Quadros da Organização Regional de Setúbal, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, começou por referir-se às «mais importantes e imediatas tarefas partidárias»:**

«1.º Dinamizar a iniciativa política e a intervenção política institucional e não institucional; virar o Partido para fora e animar os movimentos sociais e ecológicos, impulsionar a luta de massas contra a política de direita e as suas consequências.»

«E infelizmente não faltam problemas e questões», sublinhou o dirigente comunista, enumerando-os: salários - o Governo reviu a inflação, direitos, pensões, vencimentos da Administração Pública; Transportes; Saúde; Ensino; Ambiente (Carvalhas referiu-se ao facto de o distrito de Setúbal ter sido praticamente transformado no «caixote do lixo do País»); Justiça (neste ponto acentuou a persistência da morosidade, a questão das prescrições, os crimes de colarinho branco). Quanto à segunda e importante tarefa que se coloca aos comunistas, Carlos Carvalhas destacou a preparação do próximo Congresso do Partido: «O projecto de resolução política», disse, «é uma base para favorecer a reflexão. Não é um documento acabado ou fechado a que se pede a mera concordância ou discordância.»

Adiantando que as Teses são também um «texto com lacunas», afirmou: «Devemos discutir a partir do que lá está e não de grelhas de leituras deturpadas e capciosas que alguma Comunicação Social publicou e definiu como definitivo. E devemos fazê-lo não nos deixando perturbar pela ampliação dos comentários a essas grelhas de leitura, mas sim lendo os textos, fazendo juízo próprio e contribuindo com a proposta e a análise para o acerto das nossas posições e linha política.»

«E este debate que se quer seja marcado pela fraternidade, profunda democracia, serenidade, criatividade e respeito mútuo, vontade de dar opinião e de ouvir outras

opiniões é da máxima importância que envolva o maior número de camaradas, pois uma vasta mobilização de energias, de capacidades e de reflexões é fundamental para que o XIV Congresso esteja à altura das responsabilidades do nosso Partido na vida nacional.»

Quanto à terceira tarefa, o secretário-geral do PCP referiu a dinamização da «campanha para as Presidenciais, afirmando os nossos valores, tal como fizemos até agora nas eleições regionais dos Açores e da Madeira e ao mesmo tempo começar a projectar as próximas batalhas eleitorais em que sobressaem desde já as autárquicas de 2001, se não tivermos legislativas antecipadas.»

### A situação económica e social

«Os próximos tempos vão ser dominados pelas actualizações salariais, pela reforma

Governo, Carvalhas demonstrou-lhes a contradição e referiu-se à crise da agricultura e pescas, ao défice da balança comercial que, de Janeiro a Agosto, teve um aumento de 25,6% tendo-se deteriorado também a taxa de cobertura.

Quanto à Reforma Fiscal, definiu em breves palavras «o que queremos»: «Mais justiça, maior equidade, menor evasão», assim resumiu as pretensões do PCP. E deu o exemplo do verdadeiro escândalo que se verificou no sector bancário - «lucrou mais 12,4% mas pagou de impostos menos 16,6%!».

«O Eng. Guterres», disse a propósito, «faria bem em revisitar os sermões do Padre António Vieira. Para sustentar a guerra contra os espanhóis, Vieira procurou que não fosse só o povo a pagar.» E deduziu argumentação:

«O maior jugo de um reino, a mais pesada carga de uma carga de uma república são os imoderados tributos. Se querem que sejam



fiscal, pelo Orçamento e pela situação económica e social», afirmou mais adiante o dirigente comunista. «Em relação às actualizações salariais», salientou, «a Frente Comum considera inadivável a correção salarial deste ano para fazer face às perdas sofridas, uma melhoria salarial para 2001, bem como a melhoria dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores.»

Recordando as palavras de Guterres quando se encontrava na oposição, afirmando então que «o modelo de crescimento não pode estar assente nos baixos salários»; que «somos o país da UE onde é maior o fosso das desigualdades»; e que «temos o mais baixo salário mínimo» e os resultados da sua política à frente do

leves, se querem que sejam suaves, repartam-se por todos.

«há tributo mais pesado que o da morte, e contudo todos o pagam e ninguém se queixa, porque é tributo de todos, e acrescentava e porque não há privilegiados não há queixosos.» Não é o que se passa neste país.»

Falando depois sobre a questão do Orçamento do Estado para o próximo ano, Carlos Carvalhas, recordando a posição do Governo que diz que «se não aprovar o OE não há tabela de IRS», questionou:

«Mas como não é obrigatória que a tabela do IRS seja aprovada no OE, pelo contrário, a pergunta que se faz é esta: por que é que o Governo não inclui desde já a tabela no processo da Reforma Fiscal como seria natural? Não o fazendo está a dizer duas

# XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 



## Debater e agir

«**P**recisamos de alargar e aprofundar o debate e simultaneamente intensificar a iniciativa política», disse Carlos Carvalhas, precisamente num discurso a encerrar os trabalhos de um Encontro de Quadros - promovido pela DORS e realizado em Almada no passado domingo - que, centrando embora muito do que ali foi analisado em torno da preparação do XVI Congresso, esteve também voltado para a dinamização da luta e para o reforço da intervenção do Partido.

O Partido não encerra, de facto, para Congresso. Mas muito da sua actividade interna, para além das numerosas tarefas que se colocam aos comunistas e às suas organizações, desenvolve-se em torno das iniciativas que vão promovendo o debate em todo o País. É fundamentalmente nas organizações do Partido que as Teses estão em debate, é aí que, colectivamente, se contribuirá decisivamente para transformá-las numa Proposta de Resolução a levar ao Congresso onde o debate culmina. A Tribuna que o «Avante!» continua a publicar, acolhendo textos da autoria de militantes do Partido, visa, como já dissemos, «constituir um estímulo e um incentivo à indispensável participação activa do maior número possível de militantes» nesta fase preparatória do Congresso.







# XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



## agenda

# Reuniões para discussão das Teses (Projecto de Resolução Política)

### OR AVEIRO

**Aveiro** – Reunião dos Sectores Educação, Saúde, Bancários e Função Pública: sexta-feira, dia 20, às 21h30, no Centro de Trabalho. Reunião da DORAV, com a participação de Francisco Lopes: dia 21 às 15h, no CT. Reunião de militantes da Zona Interior: dia 25 às 21h, igualmente no CT de Aveiro.

**S. João da Madeira** – Plenário concelhio de militantes: dia 20 às 21h30, no Centro de Trabalho local.

**Oliveira do Bairro** – Plenário da Com. Concelhia: dia 21 às 21h30, no Centro de Trabalho local.

**Ovar** – Reunião dos eleitos das Autarquias Locais: terça-feira, 24, às 21h30, no Centro de Trabalho de Ovar.

### OR BEJA

**Ourique** – Reunião da Com. Concelhia: hoje, dia 19, às 21h, no CT. Plenário dos militantes de Conceição e Panóias: sábado, 21, às 15h30, no CT de Panóias. Plenário dos militantes de Garvão e Santa Luzia: sábado, 28, às 15h30, na Junta de Freguesia de Garvão.

**Mértola** – Plenário de militantes de Santana de Cambas: hoje, dia 19, às 21h, na Junta de Freguesia. Reunião Plenária da freguesia de S. Miguel do Pinheiro: dia 4 de Novembro às 15h, na Junta de Freguesia.

**Beja** – Plenário dos militantes de Quintos: sexta-feira, 20, às 18h30, na Casa do Povo.

**Vale de Vargo** – Plenário de militantes: sábado, 21, às 17h no Centro de Trabalho.

**Vila Verde Ficalho** – Plenário de militantes da freguesia: sábado, 21, às 16h, na antiga Cantina Escolar.

### OR BRAGA

**Vila Verde** – Plenário concelhio de militantes: sexta-feira, dia 20, às 21h, na Escola do Primeiro Ciclo (Primária) de Vila Verde.

**Braga** – Plenário concelhio de militantes, com a participação de Agostinho Lopes: sábado, dia 21, às 15h00, no Centro de Trabalho de Braga.

### OR BRAGANÇA

**Mirandela** – Plenário concelhio de militantes: sexta-feira, dia 27, às 21h, no Centro de Trabalho de Mirandela, com Agostinho Lopes.

### OR CASTELO BRANCO

**Plenário distrital do Sector Têxtil**: sábado, dia 21, às 15h, no CT da Covilhã, com a participação de Jerónimo de Sousa.

### OR ÉVORA

**Borba** – Plenário da Com. Concelhia: hoje, dia 19, às 21h, no Centro de Trabalho.

**Portel** – Assembleia Plenária da freguesia de Amieira: dia 20 às 20h30 na Junta de Freguesia de Amieira; da organização da freguesia de Monte do Trigo: dia 21 às 20h30, no Centro de Dia da Terceira Idade

**Montemor-o-Novo** – Assembleias plenárias de Cabrela (dia 21 às 21h, no CT) e Cortiçadas e Lavre (dia 21, às 15h, no Centro Cultural de Cortiçadas), ambas com António Gervásio; de Silveiras (dia 23 às 21h, no Centro Cultural), com João Caldeira; da Célula dos Reformados (dia 26, às 15h, no CT de Montemor); de Foros de Vale Figueiras (dia 27 às 21h, na Junta de Freguesia); da célula da Câmara Municipal (dia 31 às 21h30, no CT); de Escoural (dia 4 de Novembro, às 15h, no CT); de S. Cristóvão Baldios (dia 10 de Novembro às 21h, no Salão da Cantina); da organização da cidade de Montemor-o-Novo (dia 11 de Novembro às 15h, no CT); de Ciborro, Cortiço, S. Geraldês (dia 17 de Novembro às 21h, no Posto Médico de Cortiço), e de Maia e Reguengo (dia 18 de Novembro às 15h, no Centro de Trabalho).

### OR LEIRIA

**Marinha Grande** – Reunião das células R. Galo/S. Barosa/Crisal e Metalúrgicos: sexta-feira, 21, às 21h30; da organização da Vieira: dia 20 às 21h30; da célula da Cristalaria: sábado, 21, às 21h30. Plenário das células dos Reformados (quinta-feira, dia 26, às 14h30) e dos trabalhadores das Autarquias (dia 26 às 21h30).

### OR LISBOA

**Encontro Distrital de Reformados**: quinta-feira, 19, às 15h, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de Domingos Abrantes.

**Reunião da Comissão Distrital** para discussão das Teses: dia 25.

**Amadora** – Plenário de militantes de Alfovelos: sexta-feira, dia 20 às 20h30, no CT da Brandoa. Plenários de militantes da Brandoa (dia 21 às 15h, no CT da Brandoa) e da Buraca/Alfragide (dia 21 às 20h30 no CT da Buraca). Plenário de militantes da freguesia da Mina: dia 21 às 15h no CT da Amadora. Plenário de militantes de S. Brás: dia 20 às 20h30 no CT da Amadora. Plenário de militantes da Organização dos jovens comunistas: segunda-feira, 23, às 20h30, no CT da Amadora. Plenário de militantes da CMA: dia 26.

**Azambuja** – Plenário de militantes das freguesias de Aveiras de Cima, Azambuja, Val Paraíso, Aveiras de Baixo, Vila Nova da Rainha: sexta-feira, dia 20.

**Cascais** – Plenário de militantes de Cascais, antecedido de almoço-convívio: dia 21 a partir das 13h, no CT de Cascais. Plenários de militantes da Parede (dia 21 às 15h, no CT local), e do Estoril (dia 21, 15h, no CT de Cascais). Plenário de militantes de S. Domingos de Rana, antecedido de almoço-convívio: dia 21 a partir das 13h, no CT de Tires. Plenário de militantes de Carcavelos: dia 24, às 15h, no CT de Carcavelos. Reunião da célula da Estoril-Sol: dia 25 às 10h30, no CT de Cascais.

**Lisboa** – Plenário da célula da CML, com a participação de Francisco Lopes: hoje, dia 19. Plenário das freguesias de Castelo, Sé e Santiago: dia 20, às 19h, na APPA (junto ao lago do Miradouro de Santa Luzia); das freguesias de Santo Estevão e S. Miguel: dia 21 às 10h30; das freguesias de Madalena, Socorro, S. Cristóvão, Santa Justa e S. Nicolau: dia 23 às 18h30 no CT Vitória; das freguesias de Coração de Jesus, Pena e S. José: dia 26 às 19h, no CT Vitória. Plenário de militantes da freguesia de Benfica, com a participação de Carlos Aboim Inglez: dia 20 às 15h30, no CT de Benfica; dos militantes de S. Domingos de Benfica: dia 24 às 21h30, no CT de Benfica, com Carlos Grilo. Plenários das freguesias de Campolide (dia 21 com António Cordeiro), da freguesia dos Prazeres (dia 21, com Luís Fernandes) e das de Santos e Lapa (dia 26 às 21h). Plenário de militantes da freguesia de Arroios: dia 21, às 15h, no CT Vitória. Plenário da freguesia do Beato: dia 21, às 15h, na JF do Beato, com Domingos Abrantes. Plenário de Marvila: dia 21 às 17h, no CT de Marvila (Bairro Amador). Plenários de militantes dos Olivais (dia 21 às 15 na Bedeteca dos Olivais, com Martinho Batista) e de Santa Engrácia (dia 21 às 15h, no Grupo Excursionista «Recreio Familiar Alviela»).

**Plenário dos militantes da célula da Voz do Operário**: dia 19, às 19h, no CT da Graça.

**Loures** – Plenário dos militantes do Bairro de Santiago, em Camarate: dia 21, na Associação de Reformados do Bairro Santiago. Plenários dos militantes de Fanhões (dia 19 às 21h, no CT), de Frielas (dia 25 às 21h, com José Tavares), de Santa Iria de Azóia (dia 20 às 21h). Plenário do Sector de Empresas de Loures (dia 24, às 18h, no CT de Sacavém).

**Odivelas** – Plenário de militantes de Caneças (dia 21 às 15h, no CT de Caneças, com Francisco Pereira); da célula da CIMO (dia 19 às 18h, no CT de Odivelas); dos militantes de Famões (dia 24 às 21h, na Junta de Freguesia); dos militantes da Pontinha (dia 20, às 21h, no CT da Pontinha) e de Pontinha/Serra da Luz (dia 21). Plenário da Direcção Concelhia: dia 23 às 21h, no CT de Odivelas, com Francisco Pereira.

**Oeiras** – Plenário de militantes de Barcarena: dia 25.

**Sector Função Pública** – Plenário de militantes do Min. Finanças/Peq. Ministérios: dia 19 e dia 25, no CT Vitória; do secretariado da célula do LNEC: dia 23 às 17h30, no CT Vitória; dos Min. Agricultura/Min. Economia: dia 25.

**Sector Intelectual/Cultura Literária** – Plenário de militantes: dia 19 às 18h30, no CT Vitória.

**Sector Público** – Plenário dos militantes dos sectores Energia-Gás e Petróleos: dia 19 às 18h, no CT Vitória. Plenário de militantes da EPAL (dia 19 às 18h no CT Vitória) e da EDP (dia 25 às 18h, no CT Vitória).

**Sector Seguros** – Plenário de militantes do Sector: dia 19 às 18h, no CT Vitória, com a participação de Paula Henriques.

**Sector Serviços** – Plenário de militantes do Sector: dia 19 às 20h, no CT Vitória; da célula da AIL (dia 25

às 17h30, no CT Vitória). Reunião do OD do Sector: dia 24 às 19h30, no CT Vitória.

**Sector Sindical** – Plenário de militantes do Sector: dia 24. Plenário da célula de dirigentes sindicais do CESP: dia 19.

**Sector Transportes** – Plenário de militantes do Sector dos Transportes: dia 19 às 18h30, no CT Vitória, com a participação de Domingos Abrantes. Plenários das células da TAP e da ANA (ambos dia 25 às 18h, no CT Vitória).

**Sintra** – Plenários de militantes de Belas (dia 21 às 15h no Salão Polivalente de JF, com Henrique de Sousa), Cacém (dia 20 às 21h no CT de Cacém), Casal de Cambra (dia 20 às 21h), Massamá (dia 20 às 21h, com Dias Coelho), Monte Abraão (dia 20 às 21h30, no CT de Queluz, com Alexandre Teixeira) e Montelavar (dia 21 às 21h30, no CT de Montelavar). Plenário de militantes das células CM/SMAS e Organizações e Comissões Diversas (dia 20, 18h, no CT de Rio de Mouro).

**Sobral de Monte Agraço** – Plenário concelhio de militantes: dia 20.

**Torres Vedras** – Plenário concelhio de militantes: dia 20 às 21h30 no CT. Plenário da freguesia de Monte Redondo: dia 26.

**Vila Franca de Xira** – Alverca: plenário de militantes do Bom Sucesso: dia 21 às 16h, no CT do Bom Sucesso, com Armindo Miranda. Póvoa de Santo Adrião: plenário da célula da APAC (dia 24 às 18h, no CT da Póvoa de Santo Adrião). Vila Franca de Xira: plenário de militantes da célula CM/SMAS: dia 26 às 17h30, no CT de Vila Franca. Póvoa de Santa Iria: plenário geral de militantes (dia 21 às 16h, no Centro de Trabalho, com José Ernesto Cartaxo). Plenário de militantes de Bragadas: dia 22 às 16h, no Bragadense. Sobralinho: Plenário de militantes da freguesia, com José Ernesto Cartaxo: dia 27 às 21h, no Centro Álvaro Pinheiro.

### OR PORTO

**Porto** – Reunião geral de militantes do Sector Intelectual do Porto para debate das Teses: sexta-feira, dia 20, às 21h30, no Centro de Trabalho da Boavista; plenário da célula dos Gráficos: sábado, 21, às 10h, no CT da Boavista; plenário de Reformados: segunda-feira, 23, às 15h, no CT da Boavista.

### OR SANTARÉM

**Alpiarça** – Plenário concelhio: dia 20, às 21h, no Centro de Trabalho, com Albano Nunes.

**Rio Maior** – Plenário concelhio: dia 20, às 21h, no CT; plenário de Vila da Marmeleira: dia 21 às 21h.

**Tomar** – Plenário concelhio: dia 21 às 21h, no CT.

**Benavente** – Plenário concelhio: dia 20 às 21h, no CT.

**Constância** – Plenário concelhio: dia 20 às 21h.

**Chamusca** – Plenário concelhio: dia 21 às 15h30, no CT, com Albano Nunes.

### OR SETÚBAL

**Almada** – Plenário de militantes de Trafaria: sábado, 21, às 16h, no CT local. Plenário de militantes de Costa de Caparica: domingo, 22, às 15h, no CT da Costa.

**Barreiro** – Debate com Jerónimo de Sousa sob o tema «A luta pela alternativa política»: sexta-feira, 20, às 21h, no Auditório do CT concelhio. Plenário de militantes da Organização de Freguesia do Barreiro: sexta-feira, 20, às 15h, no CT da Freguesia.

**Alhos Vedros** – Assembleias locais da Zona Sul e Penteados da Moita: sábado, 21, às 15h, no CT.

**Palmela** – Plenário de militantes da freguesia de Quinta do Anjo: segunda-feira, 23, às 21h30, com a participação de camaradas eleitos na CM e Valdemar Santos

**Seixal** – Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal: reuniões dos Núcleos do Ambiente e Fiscalização (dia 23 às 17h no CT) e do Infantário dos Serviços Sociais (dia 24 às 18h), ambas no CT do Seixal. Plenário da Organização Concelhia, com a participação de José Paleta e Zózimo Amado: dia 25 às 17h30 no Auditório do CT do Seixal.

**Setúbal** – Almoço-convívio dos construtores da Festa do Avante! e debate integrado na preparação do Congresso: sábado, dia 21, a partir das 13h, na Coop. Habitação do Faralhão «Bem Vinda a Liberdade», com a participação de Virgílio Azevedo.



“O projecto de resolução política é uma base para favorecer a reflexão”



# sabem o que querem

## Intensificar a iniciativa

coisas:

«1.º Que os interesses partidários do PS estão acima das pessoas, estão acima dos contribuintes, estão acima dos assalariados.

«2.º Que o que conta não é a justiça fiscal mas a manutenção no poder a qualquer preço.

«O governo faz chantagem com os contribuintes de menores recursos, faz deles carne para canhão, carne para viabilizar um Orçamento restritivo.

«O orçamento não é só a parte das receitas, não é só a fiscalidade, é também as despesas, as despesas sociais, as opções económicas e sociais, os investimentos...

E o Orçamento é também um instrumento no quadro de uma política, de uma política que fecha os olhos à venda da Lisnave por um dólar, à alienação da Petrogal e à sua entrega aos italianos, ao encerramento do alto forno da Siderurgia, etc., etc.

«Se o Orçamento, tal como tudo indica, mantiver no essencial as mesmas linhas da política que tem sido seguida, se o PS

continuar a negociar com o Ferraz da Costa, então é incluir o Paulo Portas e numa *suite* ou fora dela fazerem o negócio habitual. Com tal política não contem com o voto do PCP.»

### Um Partido para o Século XXI

A terminar a sua intervenção, o secretário-geral do PCP referiu-se à postura do Partido Comunista Português nas lutas que desenvolve:

«Com serenidade, mas também com confiança e determinação continuamos a nossa luta, em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações. Não nos afastarão do nosso caminho, por mais barulho que façam à nossa volta!

«Com lucidez, sem precipitações, é necessário que a resposta política seja isso mesmo, política, sem precipitações nem esquematismos.

«O que é complexo não se resolve com

simplicismos, é necessário saber distinguir o trigo do joio!

«E devemos ser nós a escolher o terreno e o momento das nossas decisões, das nossas propostas e não os outros!

«Foi aqui afirmado que a unidade se faz em torno das ideias. É conhecida a expressão unidade de pensamento e acção.

E poderíamos acrescentar, no quadro das regras que voluntariamente aceitámos.

«Unidade em torno das ideias e com as pessoas...

«A unidade não se faz administrativamente. «É necessário sensibilidade para o que é delicado.

«Precisamos de alargar e aprofundar o debate e simultaneamente intensificar a iniciativa política.

«Mais do que a afirmação e a reafirmação da nossa base teórica, que não está em causa, do que precisamos é de debater ideias, propostas de acção e de intervenção, de examinarmos o exercício do nosso poder autárquico, de mobilizarmos os

instrumentos sociais e a luta de massas, de vermos como rompemos, como chegamos a mais trabalhadores, a mais cidadãos, em suma como reforçamos o Partido no plano social, político, eleitoral e institucional.

«Mas camaradas, para um Partido que não conta, que está em declínio como alguns dizem, não será uma contradição que a Comunicação Social dominante lhe dedique tanto espaço, que esteja tão interessada e preocupada com os nossos problemas?

«Para quem não conta é obra.

«Por muito que não queiram e por muito que não gostem, o PCP continua a afirmar-se como um grande Partido, necessário e insubstituível nesta viragem do século.

«Partido de luta e de proposta que, contra ventos e marés, continua a levantar a bandeira do aprofundamento da democracia, da justiça social, da transformação da vida e do socialismo para Portugal como um grande, renovado e valioso projecto para o século XXI.»

## António Abreu Vamos a votos

Como é do conhecimento de todos, o nosso Partido decidiu apresentar a minha candidatura às eleições presidenciais. Fê-lo, por um lado, tendo em conta ser indispensável assegurar os nossos próprios valores, propostas e projecto no debate eleitoral.

Fê-lo, ainda, para que a candidatura, como outros aspectos da nossa intervenção, contribua para a exigência popular de uma alternativa de esquerda na política nacional.

Fê-lo, finalmente, porque, para além de diferentes concepções, o desempenho do actual Presidente da República nos merece uma apreciação fortemente crítica.

Temos muito trabalho pela frente e esta campanha eleitoral vai ter tanta mais importância quanto é certo que nos propusemos, desde o início, submeter esta candidatura a sufrágio popular.

Como todos sabemos, o PCP teve, ao longo de sucessivas eleições presidenciais, intervenções que terminaram em atitudes diferenciadas. Mas fê-lo tendo em conta sempre a necessidade de ter na campanha uma voz própria, tendo em conta o quadro político e o panorama de candidaturas anunciadas, e considerando ainda as suas responsabilidades na vida nacional e a permanente consideração de que não seria desejável que um candidato de direita assumisse a Presidência da República.

Como se sabe, mantendo-se o actual quadro de candidaturas, tal resultado não parece provável.

A minha candidatura vai percorrer todo o País e a emigração nos próximos dois meses, procurando assegurar a sua presença nos principais centros.

Procurará contactar, a partir de iniciativas das diferentes organizações regionais, diferentes realidades que permitam a

apresentação das nossas propostas e a mobilização orgânica e popular para a campanha. O período oficial de campanha é entre 1 e 12 de Janeiro mas a campanha política já começou e ir-se-á desenrolando em crescendo.

Nos próximos tempos elaboraremos o processo eleitoral com vista à formalização da candidatura e realizaremos os primeiros planos de propaganda.

Por opção deliberada, a candidatura abordará as questões nacionais e internacionais. Isso não significa a ausência de opinião própria sobre as matérias do Congresso do PCP, mas tão-só que a candidatura não deve aceitar ser limitada à abordagem deste. E porque é do nosso interesse que o essencial da nossa intervenção seja fixar temas para o debate eleitoral que se prendem com as nossas perspectivas quanto ao desempenho da Presidência da República.

A campanha eleitoral decorrerá em todo o país, nuns casos com a presença do candidato, noutros casos não. Assim tem acontecido noutras alturas. Parece-me essencial a convergência de esforços de todos nós com vista a que:

se concentrem os argumentos dos nossos valores e projecto próprios; se salientem, no concreto, as não concordâncias com o desempenho do actual Presidente da República, não se questionando as suas convicções democráticas ou a correcção da sua relação com o PCP; se clarifique que, atendendo às possibilidades das várias candidaturas, vamos a votos em 14 de Janeiro; se seja audaz na captação de apoios, dentro e fora do Partido; se deve fazer tudo para que todos os militantes e organizações do PCP e da JCP se empenhem na batalha das eleições presidenciais.



# Mulheres dizem Não à pobreza e violência

• Fátima Garcia

No passado sábado, em Bruxelas, cerca de 30 mil mulheres vindas de todos os Estados-membros da União Europeia, e também de outros países que não fazem parte do clube dos 15, participaram na Marcha Europeia de Mulheres com o objectivo comum de dizerem não à pobreza e à violência de que continuam a ser vítimas. As suas reivindicações, constantes na Plataforma Europeia, foram apresentadas à Comissária Diamantopoulo, responsável pelas áreas de política social e igualdade na União Europeia. E a razão desta reunião é que, se é verdade que a Europa não são só os 15 Estados-membros, é igualmente verdade que

Democrata Cristão (PPE) só após insistentes discussões, com a nossa camarada Ilda Figueiredo, aceita aumentar as verbas previstas para o Programa contra a Pobreza e a Exclusão, ficando mesmo assim aquém do que lhe tinha sido proposto.

E as preocupações aumentam quando analisamos a tão falada «Carta dos Direitos Fundamentais», que tantas expectativas criou e que alguns se empenham em apresentar como um grande progresso.

Efectivamente o seu conteúdo estipula a proibição de toda a discriminação baseada no sexo e a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios mas, em outras áreas especialmente sensíveis para as mulheres, o articulado ou é de tal modo

evasivo que nada consagra ou é mesmo omissivo.

Vejamos alguns exemplos:

– não é o «direito ao trabalho» que é assegurado mas apenas o direito de trabalhar, de exercer uma profissão e de procurar trabalho;

– quanto ao ensino apenas se considera que, o direito à educação inclui a faculdade de frequentar gratuitamente o ensino obrigatório;

– na área da saúde a «Carta» diz que todas as pessoas têm o direito de aceder à prevenção e aos cuidados de saúde;

– em matéria de segurança social, limita-se a reconhecer e respeitar o direito ao acesso às prestações de segurança social;

– quanto ao direito a um rendimento mínimo e ao alojamento nada é mencionado, assim como não é feita qualquer referência

quanto à violência sobre as mulheres;

– mesmo no que respeita aos direitos reprodutivos, a «Carta» nada diz e, ao referir no seu artigo 2.º apenas «o direito à vida», poderá provocar um retrocesso na luta das mulheres pelo direito ao aborto e à contracepção, e dar nova força aos movimentos anti-IVG.

## Texto minimalista

Mas se considerarmos ainda, que esta «Carta dos Direitos Fundamentais» remete a concessão dos «direitos» para as condições estabelecidas pelas legislações nacionais e comunitária, perguntamos afinal o que ganharam as mulheres, com esta «Carta», em matéria de direitos sociais. Para nós, portuguesas, esta «Carta» nada acrescenta pois a nossa Constituição da República continua muito mais avançada do que este texto minimalista que agora nos é apresentado.

De qualquer modo, as mulheres participantes nesta Marcha têm a experiência de uma luta difícil, cujos grandes resultados não são imediatos. Antes pelo contrário, a concretização da igualdade tem sido construída por pequenos passos mas que, todos juntos, já provocaram grandes alterações nas últimas quatro décadas. As mulheres que estiveram em Bruxelas mostraram que não estão dispostas a abandonar a luta e que continuarão a bater-se pelos seus direitos, quando e onde for necessário.



o projectado alargamento e as relações que mantém com todos os outros países levam a que esta possa influenciar a política que aí se desenvolva.

O problema é saber se essa influencia será positiva ou não pois é manifesta a insatisfação das mulheres da Europa face à situação que se vive. É o desemprego e a precariedade, a discriminação nos salários, nas carreiras profissionais e nos postos de decisão, o aumento da pobreza e da violência.

## Medidas tímidas

Face a este descontentamento, as Instituições Europeias têm respondido com algumas tímidas medidas (Planos Nacionais de Emprego (PNE), Programa de Acção para a Igualdade, Programa contra a pobreza e a exclusão social). Mas apesar de serem tímidas ainda têm que fazer face a algumas atitudes de desinteresse patentes, por exemplo, na crítica do Conselho ao governo português quando diz que este, apesar de ter claramente identificado as fraquezas no que se refere à igualdade de oportunidades no nosso país, prevê poucas acções positivas novas no seu PNE 2000, quando o Grupo Socialista Europeu se opõe ao alargamento dos objectivos do 5.º Programa de Acção Comunitário para a Igualdade, ou quando o Grupo

Combate ao branqueamento de capitais vai ser facilitado com as novas regras

# UE levanta segredo bancário

Os Quinze chegaram a acordo sobre o levantamento do segredo bancário e fiscal nas investigações judiciais no combate à criminalidade.

A decisão tomada durante um encontro de ministros da Justiça e Finanças, realizado na terça-feira, foi considerada como «fundamental no combate à criminalidade» pelo responsável pela Justiça em Portugal, António Costa. Além disso, também vai constituir um instrumento excelente para acelerar o funcionamento da justiça noutros domínios, nomeadamente no da execução de penhoras. Para isso a legislação portuguesa terá de ser alterada.

O acordo político alcançado estabelece regras sobre a coo-

peração internacional nesta matéria, eliminando nomeadamente a possibilidade de algum Estado-membro invocar o segredo bancário ou fiscal para limitar as informações a prestar. Abre-se ainda a possibilidade de as informações solicitadas não terem que ser específicas sobre uma pessoa, empresa ou número de conta bancária, mas genéricas sobre um conjunto de pessoas ou de comunidades ou de empresas suspeitas. Finalmente, o sistema pressupõe que em cada Estado-membro exista uma unidade central que tenha acesso on-line a todo o sistema

informático de todo o sistema bancário.

Os ministros da Justiça e das Finanças deram também instruções para se iniciarem negociações com os países não cooperantes na transmissão de informações para a luta contra a criminalidade financeira internacional. O Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais (30 países entre os quais os 15 da UE) já identificou 19 países que classificou «não cooperantes» na luta contra o branqueamento de capitais. Rússia, Liechtenstein, Bahamas, Israel, Líbano, Panamá, Filipinas e Ilhas Caimão são alguns dos territórios ou paraísos fiscais identificados como «não cooperantes».

Indonésia

## UE estuda estreitamento das relações

O deputado, do PCP, Joaquim Miranda defende num projecto de parecer de que é relator que «o Conselho e a Comissão devem fazer depender futuras ajudas ao desenvolvimento da Indonésia dos progressos alcançados pelo seu governo na resolução dos problemas internos regionais».

No documento da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu, presidida por Joaquim Miranda, destaca-se

ainda que as ajudas à Indonésia devem ter em conta a sua «cooperação para a melhoria da situação em Timor-Leste, para o fim das violações dos direitos do Homem e a sua capacidade para julgar os responsáveis pelos actos criminosos».

O texto, que se destina à Comissão dos Assuntos Externos, dos Direitos do Homem, da Segurança Comum e da Política de Defesa do PE, sublinha ainda que «o Conselho deve considerar cuidadosamente a

possibilidade de a União Europeia impor um embargo de armamento à luz das violações generalizadas dos direitos do Homem efectuadas por elementos das forças armadas indonésias.

Por outro lado, o relator português aprova a ênfase dos actuais projectos de desenvolvimento apoiados pela UE ao combate à corrupção e em geral a uma sã administração, à protecção e melhoria do ambiente e ao apoio humanitário a refugiados e deslocados.

## Carta vai ser proclamada

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais será proclamada formalmente em

Dezembro na cimeira que encerra a presidência francesa dos Quinze, em Nice. No entanto, o seu carácter vinculativo só será decidido no primeiro semestre do próximo ano, durante a presidência sueca da UE, como esclareceu o presidente francês, Jacques Chirac, na conferência

de imprensa final da Cimeira Europeia de Biarritz.

A decisão de proclamar a Carta em Nice foi tomada «por unanimidade» de todos os Estados-membros e da Comissão Europeia, que recentemente defendeu a integração a prazo do documento no Tratado da União, conferindo-lhe força jurídica.

O aparente consenso não anula posições já tomadas nomeadamente pela Suécia, a

Dinamarca e o Reino Unido que se opõem à ideia de aprovar um documento possa ser invocado nos seus tribunais nacionais e no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Relativamente à Constituição Portuguesa, os 54 artigos da Carta reflectem uma visão mais recuada e ambígua, nomeadamente no que respeita aos direitos cívicos, políticos, económicos e sociais.

## Despesa com agricultura sobe abaixo da inflação

A despesa global do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas vai aumentar apenas 1,8 por cento em 2001, segundo o relatório do Orçamento de Estado (OE), apresentado na segunda-feira.

Dos 439,1 milhões de contos, a maior fatia cabe ao IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas), cuja verba aumenta

30,8 por cento, face à estimativa de execução de 2000, para 215,2 milhões de contos.

Na proposta de OE, apresentada pelo governo, salienta-se, ainda, o decréscimo de 18,9 por cento da verba atribuída ao INGA (Instituto Nacional de Garantia Agrícola), que não ultrapassará os 190,7 milhões de contos, contra os 235 milhões de despesa efectiva estimada para este ano.

A despesa total do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) representa 4,8 por cento do total da Administração Central e 1,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto ao financiamento das suas acções, a maior participação vem das transferências comunitárias, com cerca de 59,4 por cento, e do Orçamento de Estado, com 30,6 por cento.

## UE dá razão a protestos ecologistas

A Comissão Europeia decidiu na passada semana avançar com o processo de infração contra Portugal por violação da directiva Habitats no traçado da auto-estrada do Algarve (A2), que atravessa a zona de protecção especial de Castro Verde.

A decisão foi tomada em sede de comissários, em Bruxelas, e o primeiro passo para a sua efectivação é o envio ao governo português de uma notificação por incumprimento. Portugal tem depois dois meses para responder, num processo que foi desencadeado pela queixa das associações ambientalistas Liga para a Protecção da Natureza (LP), Geota e Quercus.

## Marrocos pode assinar novo acordo

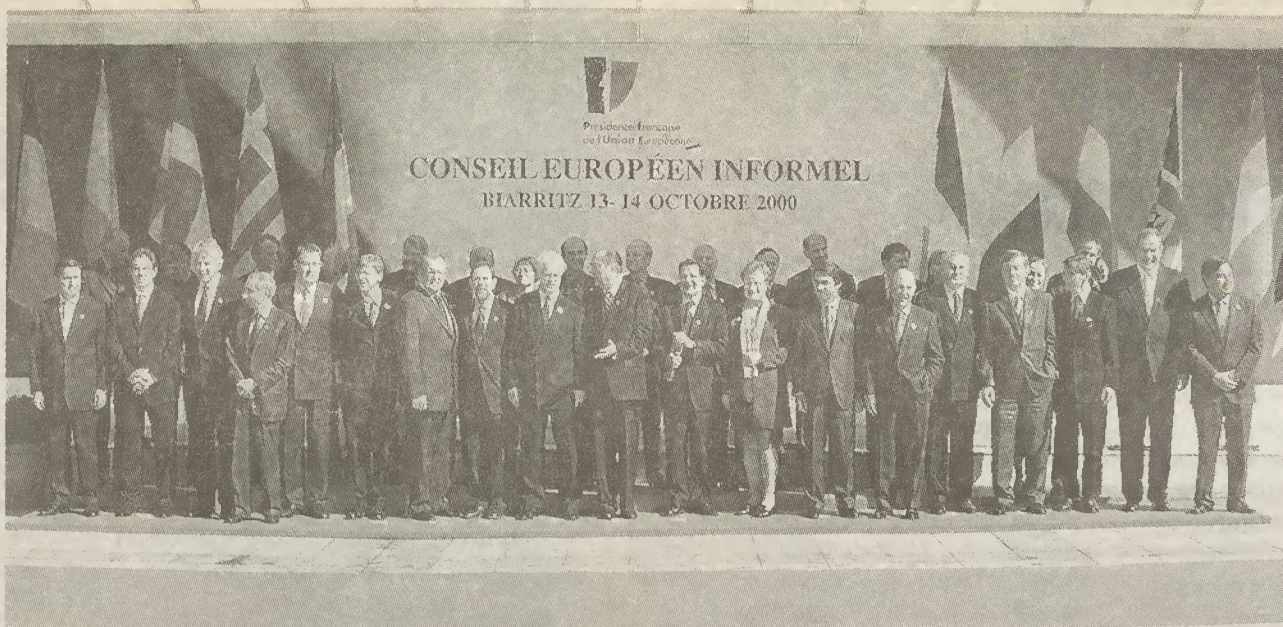
O primeiro-ministro marroquino, Abderramane Youssoufi, afirmou que dentro de 10 dias dará uma resposta à União Europeia sobre a nova cooperação pesqueira. A declaração foi feita na passada segunda-feira à saída de uma reunião com o comissário europeu das pescas, Franz Fischler, em Casablanca.

Desta resposta depende a possibilidade de os barcos europeus, na sua maioria espanhóis e portugueses, voltarem à faina nas águas marroquinas. Marrocos expôs o seu ponto de vista sobre esta cooperação, que deve ter em conta o plano quinquenal para modernizar o sector pesqueiro, sobretudo nos investimentos em terra.

Youssoufi indicou que a parte europeia entende esta estratégia marroquina e insiste sobre a necessidade de que a cooperação deve ser global em todo o sector pesqueiro, incluindo na exploração directa.

## Francês comanda Eurofor

O general francês Arnold Schwerdorffer foi nomeado na passada semana, em conselho de ministros, comandante da força multinacional europeia Eurofor. Schwerdorffer sucede ao general italiano Ciro Cocozza, nomeado por dois anos em Novembro de 1998. Criada em Lisboa em 15 de Maio de 1995, a Eurofor assegura as missões no âmbito da União da Europa Ocidental (UEO).



Em Biarritz, os pequenos países não se mostraram disponíveis para a reforma da Comissão Europeia e para a alteração da ponderação dos votos no Conselho

## Cimeira de Biarritz

# O directório dos grandes

**Sob o pretexto de um funcionamento mais eficaz com vista ao alargamento da União Europeia, os países grandes voltaram a pressionar os pequenos a fazer concessões.**

Embora sem nenhuma declaração oficial sobre resultados concretos, o encontro informal de chefes de estado e de governo realizado nos dias 12 e 13, em Biarritz (França), deu mais um empurrão à Conferência Intergovernamental, encarregada da reforma das instituições.

O objectivo é conseguir que até ao conselho europeu de Nice, no início de Dezembro, no encerramento da presidência francesa, os quatro pontos em discussão sejam desbloqueados e se chegue a um acordo sobre uma nova Europa política que trará profundas alterações no peso relativo dos estados membros.

Em cima da mesa está o tamanho e a composição da Comissão Europeia; a reponderação dos votos no conselho de ministros tendo em conta a população de cada país; e a extensão lista das políticas comunitárias que podem ser adoptadas por maioria qualificada e não por unanimidade. O outro tema são as «cooperações reforçadas», ou seja a possibilidade de um grupo de países poder proceder a uma maior integração entre si, deixando de fora aqueles que não se encontram preparados ou os que não o desejam, como já acontece com a moeda única, que só foi adoptada por 11 dos 15 países da UE.

### Relações de poder

Mas se todos estes assuntos implicam a alterações no poder relativo de cada estado, dois deles - a composição da Comissão Europeia e a reponderação dos votos - parecem ser os mais sensíveis e os que colocam maiores dificuldades à obtenção de um acordo.

Os cinco maiores países

(Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Espanha), em nome de uma alegada maior eficácia, apostam numa Comissão Europeia restrita, onde é claro os pequenos países não teriam assento permanente. Por seu lado, os restantes estados-membros insistem na necessidade de estarem representados na Comissão.

Face a esta clivagem, o actual presidente da UE, Jacques Chirac, na conferência de imprensa do passado sábado, revelou que estão em cima da mesa dois esquemas para alterar a Comissão: ou o plafonamento do número de comissários com rotação equitativa entre todos os estados membros (ficando sem representação temporárias aqueles que só

têm um membro); ou uma comissão composta por pelo menos um membro por cada estado. Contudo, como também referiu, neste último caso coloca-se a questão da «sua reorganização», ou seja, todos estarão representados mas não com o mesmo peso nas decisões, de modo a que os «grandes» possam assegurar a sua liderança numa Europa com 27 ou países.

### Os cinco grandes querem assegurar a liderança da UE após o alargamento

A reponderação dos votos no Conselho também poderá adoptar uma de duas formas: ou uma reponderação simples, ou um sistema de dupla maioria. Em ambos os casos, a população de cada país seria aqui um factor decisivo, o que terá levado, os primeiros-ministros português e belga, no jantar de sexta-feira, a acusarem os grandes de estarem a utilizar a reponderação para conservarem o seu poder no seio do conselho de ministros.

### O fim do veto

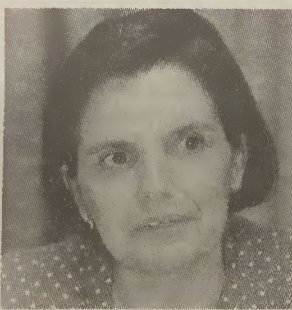
Maior consenso ter-se-á verificado sobre a extensão das matérias não sujeitas à regra da unanimidade, que abrangerão agora cerca de 30 de artigos do tratado. No entanto, permanecem sem acordo cinco domínios críticos: fiscalidade, cooperação policial, direito de asilo, segurança social e comércio internacional.

Os progressos assinalados quanto às cooperações reforçadas, segundo disse Jacques Chirac, passaram pelo estabelecimento do princípio da total abertura, ou seja que nenhum estado membro será excluído de futuros processos de integração. Contraditoriamente, acrescentou que «está fora de questão» que um país possa impedir uma cooperação reforçada, significando isto que desaparece o direito de veto nesta matéria, o que permite que um grupo limitado de países possa avançar no aprofundamento de políticas comunitárias, contra a vontade dos restantes.

## Cedências são perigosas para Portugal

Apesar da ausência de um acordo na Cimeira de Biarritz, que ficou marcada por divergências entre pequenos e grandes países sobre aspectos essenciais da reforma das instituições, o PCP considera que se mantêm os motivos para «sérias preocupações» sobre a conclusão dos trabalhos da Conferência Intergovernamental.

Em declarações ao «Avante!», Ilda Figueiredo sublinhou que as diversas propostas em presença vão num «sentido muito negativo para Portugal». Relativamente ao Parlamento Europeu, a deputada recorda que recentemente foi apresentado um relatório, na perspectiva do alargamento da União a 27



Ilda Figueiredo

países, que partia de um número máximo de 700 deputados a distribuir pelos estados-membros, sendo assegurado um mínimo de quatro lugares a cada um. Segundo o projecto que acabou por não ser votado, devido ao recuo dos grandes grupos políticos, Portugal

perderia nove dos actuais mandatos, passando de 25 para 16. Em contrapartida, a Alemanha passaria dos actuais 99 para 104.

A repartição proposta permitiria que os cinco grandes (Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha) detivessem a maioria absoluta no Parlamento Europeu (395, num total de 700, ou seja 55 por cento), órgão que, com a última revisão do Tratado, viu alargada da sua competência de co-decisão a um vasto conjunto de matérias.

Ilda Figueiredo questionou-se ainda sobre qual vai ser a posição do Governo português: «não basta garantirmos a presença de um comissário português na Comissão», disse salientando que a capacidade de intervenção dos pequenos países como o nosso depende igualmente das cedências que forem feitas em matéria de cooperações reforçadas, maiorias qualificadas, reponderação de votos e composição e formação da comissão europeia.

## TAP encerra em Bruxelas

A TAP decidiu encerrar, no final deste mês, o seu único balcão no aeroporto de Bruxelas, canalizando os serviços logísticos, operacionais e de atendimento aos clientes para a companhia aérea belga Sabena.

A decisão, que foi mal acolhida pelos funcionários e é contestada por muitos dos utilizadores habituais dos serviços da companhia em Bruxelas, insere-se numa lógica de racionalização de meios, que levou já à supressão de balcões da companhia aérea nacional noutros aeroportos do mundo. Uma estratégia resultante da participação da TAP, desde 1998, no grupo «Qualiflyer», do qual também fazem parte a Sabena e a companhia aérea helvética Swissair.

Os cinco funcionários que ali trabalham, alguns dos quais estavam há mais de 20 anos, reagiram com indignação já que o ingresso nos quadros da Sabena significará uma perda salarial significativa e a renúncia a regalias sociais a que tinham direito na companhia aérea nacional. Em causa está também não só imagem da própria empresa, que deixa de estar representada numa capital estratégica, sede das principais instituições da União Europeia, como na própria capacidade operacional da companhia no aeroporto. Os passageiros e todas as tarefas logísticas serão canalizados para os serviços da companhia aérea belga, que nem sequer tem atendimento em português.

De Janeiro a Setembro, apenas na rota Lisboa-Bruxelas-Lisboa e com seis voos diários, a TAP e a Sabena transportaram conjuntamente 62 mil passageiros, dos quais 48 mil voaram pela companhia aérea nacional.

## Megafusão nos audiovisuais

Depois da decisão favorável de Bruxelas à fusão das empresas de comunicação Vivendi/Canal+/Seagram, o futuro vice-presidente da Vivendi Universal revelou que o novo grupo se propõe conquistar a liderança mundial no sector à Time Warner/AOL.

«A nossa estratégia tem como objectivo tornar a nova entidade a sociedade dos media e da comunicação mais importante a nível mundial», declarou Edgar Bronfman numa entrevista ao Figaro, publicada no sábado, dia seguinte ao conhecimento da posição da Comissão Europeia relativamente à fusão.

# Muito incomodamos!

● Sérgio Ribeiro

*Os filósofos não têm feito mais que interpretar o mundo de diversas maneiras; importa, agora, transformá-lo.*

K. Marx, *Ideologia Alemã*, 1846 (Teses sobre Feuerbach - XI)

O mundo é feito de mudança. Se houvesse dúvidas – destas que Camões não teve –, o tempo que vivemos decerto as venceria em quem tenha olhos abertos para o mundo. E o queira interpretar. Como é próprio de filósofos ou, mais latamente, de intelectuais. Tantas e tão profundas são as mudanças que perturbarão. Mas permito-me pensar que só se perturbará quem não dispuser de instrumental conceptual-ideológico que lhe faculte interpretar o mundo e a sua constante mutabilidade.

monetário que se apregou forte, equiparável ao dólar, começou logo a derrapar até se estatelar numa desvalorização superior a 30% que obrigou a intervenção de bancos centrais – dos EUA, do Japão e “europeu” – para que a queda da “moeda europeia”, primeiro dita normal, depois preocupante, não passasse a catastrófica. O símbolo da estabilidade cambial e de regulação pelos mercados revelou-se uma moeda que vertiginosamente se desvalorizou e forçou uma intervenção (globalizada) nos mercados.

O que se reflectiu, claro, nas taxas de juro que, depois de terem descido até ao que seria o seu nível (baixo) de estabilidade, estimulando os particulares a recorrer ao crédito, por ordem do BCE já subiram sete vezes desde Novembro, com consequências nalguns casos dramáticas para quem aumentou o seu endividamento. Com situações muito diferentes segundo os países, como é evidente, o que o tal BCE ignora. Esta instabilidade, que resulta da estratégia

que tem a estabilidade por prioridade e foi ilustrada e agravada pelo não dinamarquês ao euro, deve perturbar muita gente. Assim será por faltar, a quem perturbado esteja, uma maneira de interpretar o mundo que releve as insanáveis contradições do capitalismo.

## Marx e Lenine

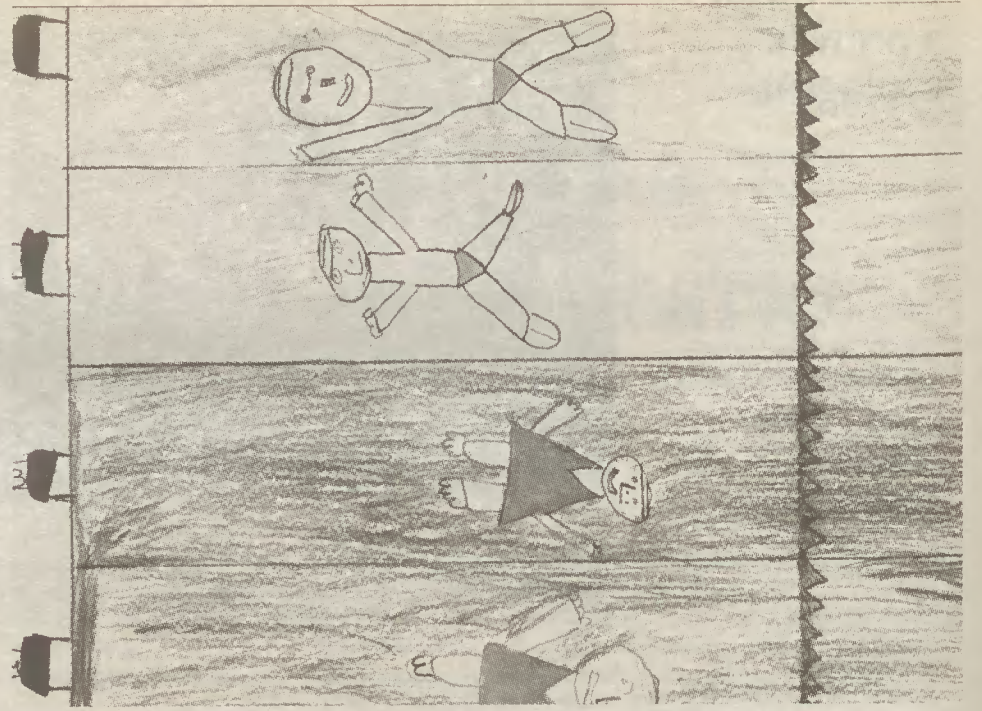
Tudo isto para sublinhar que dificilmente entenderá o mundo que vivemos quem não tenha uma maneira de o interpretar que se escorre no conhecimento dos mecanismos do capitalismo. O mesmo é dizer que interprete o mundo ignorando Marx. Por outro lado, também será natural que perturbado esteja com as contemporâneas características da ordem internacional quem queira entender a chamada globalização desconhecendo, ou até repudiando, o inestimável contributo de Lenine para o entendimento do imperialismo e sua evolução.

E se tem dificuldade, ou até impossibilidade, de entender o mundo quem ignore Marx e repudie Lenine, muito incomoda um partido que, baseado na interpretação marxista-leninista do mundo, o procura transformar. Como partido de classe, fazendo luta de classes, lutando por acabar com a exploração do homem pelo homem.

Num dado momento (histórico) afirmou-se o primado da estabilidade. Essa afirmação foi, nestas paragens europeias, argumento para impor uma estratégia económico-financeira num mundo globalizado por via das técnicas que encurtam distâncias e tempos de comunicação e, também!, por desaparecimento de uma ordem económica internacional baseada numa divisão bi/tripolar (capitalismo, socialismo, não-alinhados) transformada em unipolar (capitalista e pré-capitalista). Disso foi exemplo a criação da moeda única na UE. Os interesses preponderantes e dominantes propagandearam o euro a partir da necessidade de estabilidade, particularmente dos preços, na esfera financeira. Ora, no capitalismo, esta é, por sua natureza, instável e desestabilizadora. Avisados andámos nós – e falo do PCP – quando, nas instâncias institucionais mas também, e não com menor importância, junto dos trabalhadores e das populações, alertámos para o logro. Com as armas de comunicação que temos, contra a poderosíssima máquina de (des)informação desses interesses dominantes.

## O euro e a estabilidade

Não foi preciso muito tempo. Em Janeiro de 99 o euro entrou, sorratamente, nos nossos quotidianos, e o instrumento



Da cultura e desporto à área social,  
as iniciativas das autarquias

## Um trabalho fundamental

**Cultura, questões sociais, apoio às escolas ou ao desporto são quotidianas preocupações do poder autárquico. Um trabalho fundamental que, entretanto, raramente tem a visibilidade que mereceria. Aqui divulgamos um pequeno punhado de recentes iniciativas.**

Apoiar e inserir profissionalmente, alertar para os problemas ambientais, descentralizar, são alguns dos objectivos da Câmara de Lisboa, pelouro do Ambiente, na iniciativa estes dias assumida com a assinatura de três protocolos inéditos.

Um destes protocolos, celebrado segunda-feira com a Gebalis (Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa), compromete a autarquia a receber 30 formandos de um curso de jardinagem do Programa Inserção/Emprego, a decorrer até Setembro de 2001. O objectivo deste programa, segundo Isabel Soares, presidente da Gebalis, é «dotar as pessoas mais desfavorecidas de ferramentas e instrumentos de trabalho» e integrá-las, «de forma definitiva, no mercado do trabalho».

O Centro de Educação para o Cidadão Deficiente (CECD) vai ficar responsável pela manutenção e conservação dos espaços ajardinados do Eucaliptal de Benfica. Um protocolo muito importante porque, como sublinha Manuel Figueiredo, vereador do Ambiente e Espaços Verdes, «para além de permitir a manutenção do eucaliptal, possibilita a integração de cidadãos deficientes em actividades úteis para a sociedade».

Por último, e numa perspectiva de descentralização de verbas, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica ficará responsável pela conservação e manu-

tenção dos espaços envolventes ao polidesportivo Salgueiro Maia.

Também em Lisboa, a vereadora do pelouro do

Desporto da Câmara Municipal, Rita Magrinho, apresentou ontem os 15.º Jogos de Lisboa. Um vasto conjunto de actividades físicas e desportivas, organizadas entre Outubro e Julho, e que visa oferecer gratuitamente à população da cidade uma prática física e desportiva saudável capaz de promover, também, uma melhor qualidade de vida.

## Na outra banda

O Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, foi inaugurado sábado passado. Uma iniciativa da Câmara Municipal de Almada que apostou na recuperação das antigas instalações da Quinta de Santo Amaro, datada do século XIX.

O Centro é dotado de uma hemeroteca, fonoteca, videoteca e estúdios para bandas musicais e dispõe ainda de ateliers de fotografia e serigrafia, sala de ensaio para actividades ligadas ao teatro e à dança, auditório com 400 lugares, galeria de exposições, polidesportivo descoberto, sala de reuniões e um bar com esplanada.

Na sua última reunião pública a Câmara Municipal do Barreiro decidiu apoiar o Agrupamento da Escola D. Manuel I para a concretização dos projectos apresentados, designada-

mente «Clubes de expressão plástica», «Clubes de expressão dramática» e «Centro de Recursos/Biblioteca Escolar» que, na apreciação da autarquia, «incluem experiências de aprendizagem, significativas e socializadoras, que garantem o efectivo direito ao acesso e sucesso escolar das crianças».

A autarquia decidiu ainda apoiar o CAIC – Centro de Apoio Infantil e Comunitário, do Bairro das Palmeiras, pelo trabalho que desenvolve junto de crianças cujo meio sociocultural de inserção permanece mais distante da cultura escolar, «de que terão que se apropriar para obterem sucesso escolar».

A Câmara Municipal da Moita assinou um novo protocolo com a Agrobio – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, a desenvolver no ano lectivo de 2000/2001.

Este protocolo tem como finalidade dar a conhecer os princípios de uma agricultura saudável e ecológica junto de algumas escolas do Ensino Básico do concelho.

Dos vários objectivos deste projecto – que irá estar presente na Feira dos Projectos Educativos, em Maio de 2001 – destacam-se, nomeadamente, a sensibilização para questões relacionadas com o ambiente e para a importância da reciclagem.

Entretanto, sábado passado, foi exibido o filme «Atrás destes muros – Mumia Abu-Jamal e a longa luta para a liberdade», o primeiro dos dois filmes/debates que a autarquia promove. A projecção do filme deu início a um debate sobre a pena de morte nos Estados Unidos, que contou com a presença de elementos do Colectivo de Solidariedade com Mumia Abu-Jamal e da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional.



As Jornadas Autárquicas realizaram-se na Casa da Cultura de Paranhos

## Jornadas autárquicas CDU Cidade do Porto em debate

Os problemas da cidade do Porto e as soluções possíveis foram o tema central das Jornadas da CDU.

Eleitos, activistas e aliados da CDU participaram, sexta-feira passada, nas Jornadas Autárquicas da CDU da Cidade do Porto, que decorreu na Casa da Cultura de Paranhos.

Nas intervenções proferidas no decorrer da sessão, presidida por Rui Sá, vereador da Câmara Municipal do Porto, Jorge Sarabando e Sandra Duarte,

membros da Assembleia Municipal do Porto, Carla Barrias, do Partido Ecologista «Os Verdes», e António Neto, da Assembleia de Freguesia de Paranhos, focaram alguns dos pontos-chave da acção local da CDU, nomeadamente as questões relacionadas com a habitação e a educação, e deixaram algumas pistas para a

melhor concretização do trabalho dos eleitos locais, com a necessidade da crescente dinamização das populações e efectivo trabalho de massas.

**A CDU/Porto vai organizar um conjunto de debates temáticos**

Na perspectiva de passar de «projecto alternativo» a «alternativa política», foi assumido o compromisso de organizar um conjunto de debates temáticos em torno de algumas

questões centrais, nomeadamente urbanismo, segurança e educação.

Com estes debates, para que serão convidadas diversas personalidades, pretende-se elaborar estudos sobre os principais problemas nas diversas freguesias. «Depois de conhecidos os problemas apresentaremos projectos

para a sua resolução», sublinhou Rui Sá em conferência de imprensa, acrescentando que os debates deverão ter início em 2001.

A actuação das outras forças políticas no actual mandato autárquico foi alvo de profundas críticas. «Tudo começou com a festa de ano novo, uma nódoa difícil de tirar, continuou com as polémicas que envolvem a Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, o projecto do metro e, mais recentemente, a prestação de Fernando Gomes no Governo», sublinhou Rui Sá na conferência de imprensa.

A situação financeira da Câmara e a excessiva concentração de pelouros mereceram também reparos dos participantes no encontro, que acusaram os dois maiores partidos (PS e PSD) de não se importarem de «destruir a cidade» para satisfazerem os seus objectivos partidários.



Colocação simbólica da paragem da Carris

## Protesto em Olival Basto

Uma vez mais centenas de populares de Olival Basto, respondendo ao apelo da CDU, saíram à rua para exigir a colocação de uma paragem da Carris no centro da vila e a manutenção do mesmo passe social.

Paralelamente realizou-se um tribunal de opinião pública, que lembrou que esta

paragem da Carris é uma aspiração já com muitos anos e que o problema se arrasta apenas devido ao bloqueio por parte das outras operadoras privadas de transporte. Foram ainda denunciados outros problemas não resolvidos na freguesia devido à inércia da Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

O presidente da Junta de Freguesia de Olival Basto divulgou o teor da carta enviada ao ministro dos Transportes, até à data sem resposta.

No quadro desta acção de protesto foi colocada uma paragem da Carris no local exigido pela população da freguesia.

## Marcha Mundial das Mulheres Entre Bruxelas e Nova Iorque

Terminou terça-feira, em Nova Iorque, a Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência.

Terça-feira passada, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, milhares de mulheres confluíram para o parque Dag Hammarskjöld, em Nova Iorque. Uma concentração que reuniu mulheres de 157 países e territórios e em que esteve também presente uma delegação de Portugal.

Antes da marcha, milhões de assinaturas contra a pobreza e a violência foram transportadas do Bronx até ao parque, para serem posteriormente entregues, por uma delegação política internacional, a Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas.

Este o momento culminante de uma iniciativa que teve início em Março do ano pas-

sado no Canadá, mobilizando mulheres e homens por todo o mundo, contra a pobreza e a violência, fenómenos que atingem muito em particular as mulheres.

**A marcha assumiu uma posição clara contra as políticas neoliberais**

Dias antes, no sábado, mais de 25.000 manifestantes de toda a Europa participaram, em Bruxelas, na penúltima etapa da Marcha. Uma iniciativa que mobilizou um milhar de organizações feministas e que superou largamente as expectativas dos sindicatos belgas.

O Parque do Cinquentenário, próximo da sede das instituições europeias, foi convertido num grande centro festivo em que os manifestantes se desdobraram

numa série de iniciativas de animação teatral e o mais diverso tipo de actividades.

Na manifestação de Bruxelas predominaram as organizações belgas e alemãs. Presentes estiveram também organizações de países fora da comunidade europeia, de mulheres curdas, afegãs ou argelinas. Papel de destaque foi assumido pelas representantes israelitas e palestinianas, portadoras de uma mensagem de paz.

Nas duas semanas que precederam a concentração de Bruxelas, tiveram lugar concentrações a manifestações em diversos países de diferentes continentes, nomeadamente em Portugal.

Em todas as suas diversas manifestações a marcha assumiu uma posição muito clara contra as políticas neoliberais, como factor determinante da pobreza generalizada, das exclusões múltiplas e da violência

## Igualdade entre homens e mulheres — para onde caminhamos?

A defesa da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, vista como princípio geral, não põe hoje dúvidas a ninguém. O problema está quando se trata de medidas concretas para a concretização desse objectivo.

Efectivamente, quer o Tratado e a legislação da União Europeia quer a legislação dos diferentes Estados-membros incluem este princípio. Mas poderemos perguntar se afinal as mulheres estão de facto a beneficiar dos direitos consagrados.

Como em todas as outras frentes, o capital não desarma perante textos legislativos. Antes pelo contrário, deles tenta aproveitar-se para obter ainda mais benefícios. Faz tábua rasa das situações que lhes servem de desculpa para discriminarem as mulheres (maternidade, responsabilidades familiares, falta de disponibilidade) e procedem à difusão de ideias e teorias que, a coberto de uma pretensa defesa da igualdade, resultam em efectivos prejuízos para as mulheres.

E podem ser dados alguns exemplos.

Em quase todos os países da União Europeia, a idade de reforma das mulheres é inferior à idade dos homens. Pois bem, perante as queixas apresentadas (por homens), o Tribunal de Justiça Europeu, nos Acórdãos emitidos, decidiu que esta situação representava uma violação da Directiva sobre a Igualdade de Tratamento. Resultado, não foi a idade dos homens que baixou mas sim a idade de reforma das mulheres que aumentou.

Podemos dar outro exemplo: a proibição de trabalho nocturno para as mulheres na indústria. Baseada na mesma Directiva, a Comissão Europeia considerou que esta proibição representava uma violação a este princípio e, se assim pensou, passou aos actos avisando os Estados-membros que a deveriam eliminar. Para os países mais renitentes (França e Itália) apresentou queixa ao Tribunal de Justiça e a Itália se apressou a aceitar as deci-

sões desta Instituição. Quanto à França, a sua insubmissão resultou na sua condenação ao pagamento de uma multa de milhares de contos diários se não alterar a sua legislação.

Mais uma vez as mulheres ficaram a perder. A solução não foi a proibição deste horário para todos os trabalhadores deste sector, mulheres e homens, mas o levantamento dessa proibição para as mulheres.

E grave, é o que tive ocasião de presenciar em Nova Iorque quando da Conferência Pequim+5. É que também algumas organizações de mulheres defendem o fim desta proibição assumindo a posição de que se trata de um atentado ao seu direito à igualdade (chegando a afirmar, publicamente, que se os «homens» decidiram esta proibição é porque têm medo que elas de noite não encontrem o seu caminho).

Mas tudo isto afinal não é uma fatalidade do destino. A prova é que a França continua a resistir apesar de todas as pressões. O Senado francês recusou anular esta proibição e ao Parlamento será muito difícil ou mesmo impossível adoptar uma posição diferente. Neste momento a batalha que se trava em França é a de se conseguir uma proibição geral do trabalho nocturno na indústria para todos os trabalhadores com a possibilidade de derrogações, o que quer dizer que o patronato que pretender aplicar o trabalho nocturno, para homens ou mulheres, terá de pagar por isso.

Mais uma vez fica provado que não basta ser mulher para se assumir uma boa política de defesa dos seus interesses. O plano ideológico em que nos colocamos é que norteia as nossas posições e esta é uma área em que não pode haver «faz de conta». Para nós, no PCP, sempre foi clara qual a direcção a seguir e é nesse sentido que continuaremos a caminhar. E se muita gente continua a remar contra a maré, de uma coisa podemos estar certos: a luta continua.

● Fátima Garcia

## Sem direito à saúde

17 milhões de pessoas morrem anualmente nos países pobres por não poderem comprar os medicamentos de que necessitam, afirmam os Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo os dados disponíveis, cerca de um terço da população mundial não tem acesso aos fármacos de que necessita, mas apesar disso a indústria farmacêutica não se mostra interessada em investir na investigação para a produção de novos fármacos mais acessíveis e eficazes. Em termos comparativos, pode dizer-se que, enquanto na Europa o tratamento de uma pneumonia com antibióticos representa duas a três horas de salário, em África isso equivale ao vencimento de um mês. A OMS e os MSF denunciam ainda que apenas um por cento dos medicamentos se destina a doenças tropicais, e que metade desses são derivados da investigação veterinária.

## Atentado no Iemen

17 marinheiros norte-americanos morreram e outros 39 ficaram feridos na explosão do *destroyer* USS Cole, ancorado no porto de Aden, no Iemen, na quinta-feira passada. Segundo fontes do Pentágono, a explosão registou-se quando um pequeno barco, com uma carga de explosivos calculada entre 181 e 226 quilos, embateu no *destroyer*, provocando-lhe um rombo de cerca de 10 metros de diâmetro. Os dois tripulantes do barco com explosivos também morreram. Cerca de 100 investigadores norte-americanos estão no Iemen a investigar o caso, não estando posta de lado a hipótese de atentado suicida.

## ONU em Angola

O mandato da missão da ONU em Angola foi prorrogado até 15 de Abril próximo. A decisão consta de uma deliberação do Conselho de Segurança tomada na última sexta-feira, em que também se apela à UNITA de Jonas Savimbi para que ponha termo à escalada de guerra e cumpra o acordo de Lusaca. O Conselho instou ainda os 189 estados-membros para que cumpram as resoluções que, desde 1993, impõem sanções ao movimento de Savimbi, nomeadamente um embargo de armas e combustíveis, e restringem a circulação externa de dirigentes deste movimento. Por outro lado, o Conselho voltou a apelar à ajuda financeira e logística da comunidade internacional a Angola, que conta actualmente com cerca de 2,7 milhões de pessoas deslocadas pela guerra fortemente carenciadas.

Os ataques israelitas continuam e aumentam as vítimas entre os civis palestinianos

# O mínimo acordo possível

A cimeira do Egipto terminou com a promessa de um princípio de acordo para restabelecer as negociações de paz no Médio Oriente. Foi o mínimo acordo possível.

Os resultados da cimeira israelo-palestina «não correspondem às aspirações e às esperanças dos povos da região, mas podem constituir uma base para a reconstrução da confiança se ambas as partes estiverem bem intencionadas», afirmou o presidente egípcio Hosni Mubarak no encerramento das conversações de Sharm-el-Sheij. Traduzindo, significa que o encontro de Ehud Barak e Yasser Arafat sob os auspícios de Bill Clinton não levou a nada de concreto, mas também não fechou a

porta a futuras reuniões nas próximas semanas.

Em cima da mesa continuam as questões que estão na ordem do dia: o fim da violência, a reactivação do processo de paz e a formação de uma comissão internacional de investigação para apurar as causas que deram origem à actual situação que se vive na região.

Aparentemente, tanto israelitas como palestinianos concordam com a necessidade de voltar ao ponto em que se encontravam a 28 de Setembro - o que implica o fim do bloqueio de Israel aos territórios

**Se nada tem a temer, por que rejeita Israel uma investigação?**

## Pela Palestina... Solidariedade

Os brutais actos de repressão levados a cabo pelas forças armadas israelitas contra o povo palestiniano suscitam a firme indignação dos portugueses e já se sente o necessário movimento de solidariedade com os palestinianos.

Desde o primeiro momento, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) manifestou a sua solidariedade e dinamizou a circulação de um abaixo-assinado que recolheu inúmeras assinaturas, entre as quais as de Carlos Carvalhas e José Saramago, e de mais de uma centena de personalidades ligadas a diferentes sectores e áreas de intervenção, bem como de 30 associações, sindicatos e outras organizações.

O abaixo-assinado foi entregue na passada quinta-feira na Embaixada de Israel, ocasião em que o CPPC convidou o embaixador israelita a estar presente num colóquio sobre o conflito israelo-palestiniano. O colóquio realizou-se segunda-feira no Palácio das Galveias, com

a presença de Domingos Lopes, vice-presidente do CPPC, e de Isaam Beseisso, representante da Alta Autoridade Palestiniana em Portugal, mas sem a presença de qualquer representante da embaixada de Israel, que recusou o convite. Entretanto, por iniciativa do PCP, a Assembleia da República aprovou uma resolução com os votos do PCP, PEV, BE, PS e PSD, que condena claramente a atitude de Israel e exige o cumprimento das resoluções das Nações Unidas e dos Acordos de Oslo nesta matéria.

Para a próxima segunda-feira, pelas 18h30, em frente à Embaixada de Israel, está marcada uma concentração de solidariedade com o Povo Palestiniano, convocada pelo CPPC, à qual já aderiram várias organizações. Os organizadores apelam à participação solidária de cada um neste decisivo momento da luta do Povo Palestiniano pelo direito à sua autodeterminação, à sua pátria... à paz.

## Greve geral na Grécia

A Grécia parou no passado dia 10 de Outubro em luta pelas 35 horas e contra o pacote laboral com que o governo do primeiro-ministro socialista Costas Simitis pretende impor a flexibilidade e a liberalização no mercado de trabalho.

Durante 24 horas, não houve nem autocarros nem metro, os bancos e as escolas fecharam as portas, as repartições públicas estiveram desertas, voos e comboios foram cancelados, os hospitais só atenderam as urgências. A Grécia respondeu assim, superando as expectativas mais optimistas, ao apelo de greve geral lançado pela GSEE, a poderosa confederação geral de trabalhadores que conta com cerca de dois milhões de inscritos.

À jornada a favor do horário de trabalho de 35 horas semanais e contra as tentativas de flexibilização e liberalização da legislação laboral aderiram também outros trabalhadores do sector público

e sindicatos de todo o tipo, na mais impressionante acção de massas levada a cabo nos últimos dez anos.

Provenientes de todo o país, mais de 40 mil pessoas concentraram-se no dia 10 junto à sede da GSEE em Atenas e desfilaram até ao Parlamento, fazendo ouvir as suas reivindicações. A capital grega foi de resto um exemplo das mais elevadas taxas de adesão ao protesto, que em muitas cidades ultrapassou os 90 por cento.

### Reforço da unidade

Com esta acção de massas, o movimento sindical grego mostra que está a recuperar em força o seu papel na vida do país, após um período em que se debateu com uma grave crise política e de credibilidade.

O confronto entre sindicatos e governo, agravado pela crise económica que a Grécia atra-



O exército israelita prossegue no massacre

ocupados e a retirada das tropas israelitas -, mas dificilmente isso será possível sem o apuramento de responsabilidades no que respeita ao

desencadear da nova onda de violência. Israel, que desde a primeira hora rejeitou a formação de uma comissão internacional de investigação, terá agora concordado na criação de um organismo composto por representantes palestinianos, israelitas e norte-americanos, para além de delegados das Nações Unidas. A confirmar-se esta decisão, trata-se de um recuo de Barak, que no entanto não hesitou em afirmar no final da cimeira ter «alcançado os seus objectivos», especialmente «impedindo a criação de uma comissão de investigação internacional».

A insistência de Barak neste ponto não deixa de ser significativa: afinal, de quem tem medo Israel se, como afirma, nada tem a temer?

### O massacre continua

No início da semana morreu mais um palestiniano, linchado por colonos judeus próximo da cidade de Nablus, no norte da Cisjordânia.

Na passagem de Erez, na Faixa de Gaza, soldados israelitas impediram 1500 trabalhadores palestinianos de se dirigirem para a zona industrial da Gaza, onde trabalham, recorrendo a granadas de gás lacrimogéneo, balas de borracha e balas reais; segundo um médico do hospital de Shifa, em Gaza, um trabalhador foi atingido

por duas balas reais numa coxa e nas costas, encontrando-se em estado «muito, muito grave».

Na noite segunda-feira, o exército israelita ocupou o terminal internacional de Rafah, ponto de passagem entre a Faixa de Gaza e o Egipto, e expulsou do local todos os funcionários palestinianos; a ocupação ocorreu após um tiroteio no perímetro do terminal durante o qual um polícia palestiniano foi morto por soldados israelitas e outros seis palestinianos ficaram feridos, entre eles dois polícias.

Um jovem palestiniano de 13 anos foi morto com um tiro na cabeça junto ao túmulo de Raquel, local santo judaico situado à entrada de Belém (norte da Cisjordânia).

São apenas alguns exemplos que testemunham a situação que se vive no terreno e atestam a dificuldade em acompanhar, sem pecar por defeito, o trágico balanço do novo massacre de que estão a ser alvo os palestinianos. Segundo os últimos dados, há a registar pelo menos 109 mortos, 102 dos quais palestinianos e árabes, e mais de 3000 feridos. Bill Clinton, que tanto se indignou com o linchamento - lamentável, como todas as mortes - de dois soldados israelitas, ainda não encontrou tempo nem palavras para condenar o genocídio que está a ser cometido por Israel.

## PCI acusa Israel

O Partido Comunista de Israel (PCI) divulgou um comunicado em que acusa o governo israelita pela degradação da situação no Médio Oriente e alerta para os perigos de o conflito alastrar a toda a região.

«Acusamos o governo de Barak de capitulação perante as imposições de Sharon e de apoiar materialmente a sua provocação ao fornecer-lhe milhares de polícias e guarda-costas [na «visita» à Esplanada das Mesquitas]. Esta visita incendiou o rastilho que provocou o banho de sangue nos territórios [ocupados]», refere o documento.

O PCI exige o fim dos massacres, a concretização dos acordos de paz no respeito pelos legítimos direitos a uma pátria independente, «com as fronteiras estabelecidas em 4 de Junho de 1967, com Jerusalém Oriental como capital», de acordo com as resoluções da ONU 242, 338 e 194. «Esta é a única forma de garantir a paz entre as duas nações», sublinha o PCI.

## Contra Fujimori Jornada de luta no Peru

**Organizações sindicais e patronais manifestam-se contra o regime de Fujimori e exigem a realização de eleições antecipadas verdadeiramente democráticas.**

Os peruanos cumpriram no passado dia 12 uma «jornada nacional de luta» exigindo a renúncia do presidente Alberto Fujimori. O protesto, convocado pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), a maior central sindical do país, incluiu paralisações de 24 horas em diversos sectores sindicais e sociais, assim como marchas e manifestações em todo o país.

Ao apelo da CGTP responderam dezenas de organizações de professores, operários, empregados, camponeses, mineiros, comerciantes e trabalhadores da função pública, bem como o Sindicato Unitário dos Trabalhadores na Educação do Peru (SUTEP), e a Central Unitária de Trabalhadores (CUT). À paralisação juntaram-se ainda transportadoras de carga e de passageiros (em greve há mais de uma semana), bem como grupos dos mais diversos sectores, incluindo 87 mil armadores de pesca artesanal do país.

A jornada foi antecedida por dois dias de protestos de milhares de agricultores, exigindo medidas oficiais para fazer face à grave crise que afecta o sector agropecuário.

De acordo com os dados disponíveis, cerca de três milhões de camponeses e indígenas pe-

ruanos sofrem de fome crónica, e cerca de 30 mil crianças morrem anualmente devido a subnutrição e pobreza extrema. Segundo o último Censo Nacional Agropecuário, de 1994, as 25 províncias mais pobres do país são rurais e estão localizadas nas zonas de serra, e 67,8 por cento da população serrana rural vive numa situação de «pobreza crítica».

### Exigências

Um porta-voz da CGTP, citado pela Lusa, sublinhou que uma das principais exigências dos manifestantes foi a demissão «imediata» de Fujimori e a destituição da cúpula das Forças Armadas, que consideram vinculadas ao ex-assessor presidencial Vladimir Montesinos.

Recorda-se que Montesinos, refugiado no Panamá após ter sido implicado em casos de corrupção, sempre foi considerado o verdadeiro homem forte do Peru, que manipulava nomeações e subidas na hierarquia nos organismos castrenses.

Os responsáveis pela jornada de luta também reclamaram a constituição de um governo de transição dirigido por uma «personalidade democrática e de consenso» que substitua

Fujimori e que convoque novas eleições gerais «livres e transparentes com novas autoridades eleitorais».

Em Lima, junto ao Parlamento, os protestos populares terminaram em confrontos com a polícia, de que resultaram vários feridos. Os incidentes ocorreram enquanto estava a ser debatida uma moção de censura contra a mesa do Parlamento, que acabou por ser rejeitada por uma escassa margem de votos.

### Novo partido

As suspeitas dos peruanos de que está na forja mais uma manobra para Fujimori se manter no poder parecem entretanto confirmar-se. Segundo Absalón Vásquez, um apoiante do presidente, Fujimori anunciará antes do final do ano a criação de um novo partido e apresentará o seu candidato à presidência e uma lista para o Congresso nas eleições antecipadas do próximo ano.

«Os objectivos deste novo grande partido serão o fomento do emprego e o reforço das instituições», disse Absalón Vásquez, acrescentando que a futura formação fujimorista, designada «Vamos Vizinho», contará com a experiência de dirigentes de todo o país. Uma recente sondagem divulgada no Peru revela que a popularidade de Fujimori se encontra actualmente no mais baixo nível de sempre, com 77,5 por cento dos peruanos a desaprovar o seu mandato, e 72 por cento a considerá-lo como um factor de instabilidade.



*Cerca de três milhões de camponeses peruanos sofrem de fome crónica e 30 mil crianças morrem anualmente devido à pobreza e à subnutrição*

## Contestação sobe de tom

«Os peruanos voltam a levantar-se para resgatar a dignidade do país e para recuperar a democracia, a liberdade, a honestidade perdidas durante o regime fujimorista.» As palavras são de Alejandro Toledo, o principal dirigente da oposição peruana «País Possível», ao anunciar que a manifestação convocada para anteontem à noite seria o início de mobilizações sucessivas em todo o país para exigir a renúncia de Fujimori e do seu governo.

À hora do fecho da nossa edição não havia ainda informações sobre a adesão à iniciativa, mas a oposição peruana esperava que a manifestação fosse suficientemente expressiva para travar as tentativas desenvolvidas pelo governo nas últimas semanas para impedir o processo de transição.

«Temos um Peru doente porque não se respeitam os esforços dos partidos da oposição nem da sociedade civil que estão a trabalhar para haver eleições limpas que satisfaçam toda a gente», afirmou Toledo, recordando que passado um mês sobre o anúncio de eleições antecipadas nada mudou.

A situação é tanto mais escandalosa (e caricata) quanto se sabe que o próprio governo peruano pediu ao Panamá para «dar asilo político» a Montesinos, sob quem pesam sérias acusações de corrupção e abuso de poder, e que Fujimori, como confessou há dias, continua em contacto com o seu ex-assessor, com cuja segurança se diz «preocupado». Acresce, por outro lado, que não só prosseguem os saneamentos de oficiais conhecidos pela sua oposição a Montesinos como a maioria do Congresso resolveu ilibar de qualquer culpa o congressista que recebeu 15 000 dólares de Montesinos para se passar para o lado governamental, para além de ter aprovado uma lei prolongando o prazo da actual legislatura, que deveria ter terminado domingo. Este último aspecto, que viola acordos anteriores, levou à suspensão das conversações da chamada «mesa de diálogo» entre governo, oposição e organizações sociais, patrocinada pela Organização de Estados Americanos, para a democratização do país.

## Eleições sob cerco

● Pina Gonçalves

Os cidadãos da República Federativa da Jugoslávia (ou do que dela resta) não vêem chegar ao fim a sua saga de dor e sofrimento. Sujeitos há 9 anos às consequências das sanções que lhes foram impostas e aos brutais bombardeamentos do ano passado só conseguirão, na melhor das hipóteses e num quadro favorável, atingir em 2005 os níveis de 1990 do seu produto interno bruto.

### Advertência

Independentemente do resultado final das eleições jugoslavas e da apreciação que cada um faça sobre a acção do poder político do país, não pode ser escamoteado o facto de, do



lado de fora, os EUA, a UE e a NATO tudo terem feito para minar a normalidade do processo eleitoral exercendo uma enorme pressão sobre os cidadãos do país quando ainda mal se tinha dissipado o fumo das explosões das suas bombas. O único resultado que antecipadamente proclamaram como aceitável é a derrota do actual poder político federal. Outro resultado, que não esse, será sempre apresentado como o desfecho de uma fraude eleitoral. Nada foi esquecido para «democratizar» o processo eleitoral. Realização de manobras militares croato-americanas, que incluíram desembarques anfíbios, declaração de apoio, incluindo o militar, à secessão do Montenegro, o boicote às eleições por parte do governo Montegrino, as dificuldades levantadas pela NATO no Kosovo e a declaração antecipada da vitória do candidato Vojislav Kostunica, como sendo a única democraticamente possível. Bill Clinton declarou insistentemente que só esse resultado seria credível e o ministro da Defesa turco, Sabahattin Cakma Koglu, chegou mesmo a advertir que «A NATO poderá intervir na Jugoslávia se o processo eleitoral no país se transformar em situação de crise». Ameaça para levar a sério por quem sentiu recentemente a «intervenção da NATO». Nestas difíceis circunstâncias, sem registo de casos de violência grave, com um exemplar civismo, o povo jugoslavo votou em massa, cerca de 70% dos inscritos, uma participação muito superior à que os descredibilizados dirigentes dos países da UE conseguem em casa.

### «Dúvidas»

As «eventuais irregularidades» nos processos eleitorais peruano e equatoriano e o papel do governo israelita no banho de sangue destes últimos dias estão em «dúvida». A «comunidade internacional» nestes casos precisa de averiguar, criar comissões de inquérito, enfim, prevenir-se contra «juízos precipitados»... Com tantas dúvidas e precauções é caso para perguntar: terão estes povos votado no lado errado?

### Kosovo «Connection»

Insuspeitas são as notícias veiculadas pela Drug Enforcement Agency, dos EUA, (DEA) que vem referindo nos seus relatórios a crescente importância da rota balcânica como ponto de passagem do tráfico de droga, informando que os barões da droga kosovares de origem albanesa movimentam anualmente um «volume de negócios» da ordem dos 400 biliões de dólares, principalmente com o tráfico de heroína proveniente do dilacerado Afeganistão, um outro país que os

EUA ajudaram a libertar-se das «forças do mal». Insuspeitas são também as informações das polícias dos países escandinavos quando dizem existir fortes indícios de ligações entre o UCK (Exército de Libertação do Kosovo) e os traficantes de droga de origem kosovar-albanesa e que 80% dos mercados de heroína nesses países são controlados por mafias albanesas e kosovares. Ainda insuspeita é a referência da INTERPOL ao aumento significativo de prisões de albaneses e kosovares de origem albanesa por tráfico de estupefacientes que, em 1997, já atingia na Europa a cifra de 14% do total de prisões sob a mesma acusação.

O conhecimento desta realidade não coibiu a NATO de treinar e investir como forças policiais do Kosovo elementos do UCK. É o modelo NATO de ordem, segurança e democracia.

### O negócio segue sem interrupções

O presidente do banco europeu, questionado sobre o que pensa do NÃO dinamarquês ao EURO, disse lamentá-lo, concluindo logo de seguida que «Amanhã, negócio como habitualmente». A generalidade dos dirigentes políticos da União Europeia afinou igualmente com um «Lamento profundamente, mas a vida continua», revelador de que não lhes passa pela cabeça alterar coisíssima nenhuma por causa de um simples referendo. É a tese da liberdade de votar tantas e quantas vezes forem necessárias até que o voto seja «bom e esclarecido», ratificador das políticas que «interessam».



• José Augusto

Seixalíada mobiliza mais de 6 mil atletas

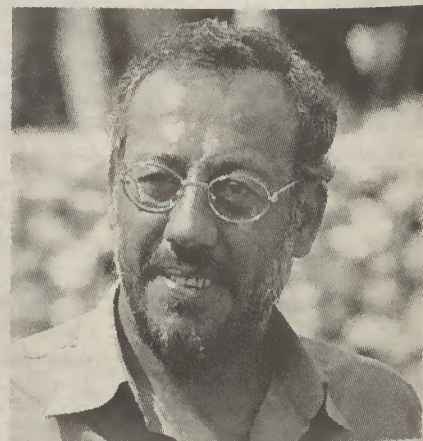
# A grande festa do desporto popular

**A** XVII Seixalíada encerrou com uma festa que levou muita alegria à Quinta da Marialva, em Corroios, na noite do passado dia 9 de Outubro. Foi o culminar de 23 dias de intensa actividade desportiva, cuja verdadeira amplitude transparece nos números que ressaltam de um balanço provisório: 302 eventos desportivos, cerca de 11 mil participações em 37 modalidades, 30 locais de jogo, cerca de seis mil atletas, centenas de dirigentes, treinadores, massagistas e árbitros em acção.

É inegável que esta festa do desporto popular só é possível porque assenta em três entidades que se afirmam como verdadeiros agentes do desenvolvimento desportivo: as autarquias – neste caso, a Câmara do Seixal e as seis freguesias do concelho –, o Movimento Associativo e a Comunidade Escolar. Na verdade, a Seixalíada «ganhou ao longo dos anos o estatuto de um dos eventos mais emblemáticos do desporto popular em Portugal».



As actividades desportivas fazem parte do quotidiano no Seixal



como realçou Alfredo Monteiro, presidente da Câmara do Seixal. Difícilmente isto teria acontecido sem o referido *triângulo virtuoso*, composto por forças que elevaram o concelho a um importante centro cultural e desportivo da Área Metropolitana de Lisboa e do País.

## Evento emblemático

Quem viveu a Seixalíada, seja como atleta ou organizador, certamente compreende todo o alcance das palavras daquele autarca na Festa de Abertura: «Esta festa, quase duas décadas depois da I Seixalíada, é, acima de tudo, um encontro de pessoas que se renova em harmonia pessoal de homens e mulheres e jovens, que vivem e sentem a nossa terra, no orgulho do património colectivo que construímos em 25 anos de Abril, na partilha do projecto municipal comum ao Poder Local, às instituições, às comunidades e à família, cimentado no diálogo per-

manente, na participação assumida, na parceria abraçada.»

Para se entender este figurino de desenvolvimento desportivo, pioneiro no nosso país e tomado como modelo em locais distantes da fronteira do concelho do Seixal, não podemos esquecer um facto muito importante: é que, além de ter como suporte uma grande capacidade e experiência organizativa, ele é fruto do espírito colectivista, eminentemente social, dos seixalenses, da sua forma muito peculiar de entender a vida, da sua confiança no futuro.

Por isso mesmo, os seixalenses encaram o desporto como forma saudável de ocupação dos tempos

livres, de reforço do espírito comunitário e da elevação da qualidade de vida. Não se trata aqui de fazer campeões, mas de cativar o maior número possível de cidadãos para hábitos regulares de exercício físico. O que não quer dizer, bem entendido, que atletas não tenham alcançado a alta competição depois de terem participado na Seixalíada ou noutras provas populares. O caso de Carla Sacramento, que se estreou como atleta numa prova da Seixalíada, é porventura o mais conhecido, embora longe de ser o último.

## Retorno às origens

A Seixalíada conheceu a sua primeira edição em 1982, tendo-se repetido anualmente desde então, excepto em 1986. Salvo alterações de pormenor, o seu figurino manteve-se inalterável ao longo do tempo. O ano passado, porém, os responsáveis decidiram lançar um modelo traduzido na palavra de ordem «Seixalíada todo o ano». Analisados os resultados, verificou-se que se haviam quedado aquém dos esperados. Por conseguinte, assistimos este ano a um regresso ao modelo original, quer dizer, Seixalíada enquadrada em três semanas de competições. O êxito confirmou-se, embora haja aspectos organizativos que possam ser melhorados.

Entretanto, os Jogos do Seixal, que neste ano de 2000 sofreram um novo impulso, preenchem desporti-

vamente grande parte do período não abrangido pela Seixalíada.

## Construção dos caminhos da vida

A Seixalíada e os Jogos do Seixal são componentes de uma filosofia do desenvolvimento desportivo. Agora que os modestos resultados de arrastar – ou nos deviam arrastar – para o repensamento de toda a problemática do desporto em Portugal, exemplos como os do Seixal não podem ser postos de lado. É que também nesta área, como em todas as outras, o Poder Local se apresenta como um poderoso instrumento dinamizador. São de sublinhar, por conseguinte, as palavras com que Alfredo Monteiro deu por encerrada a edição de 2000 da Seixalíada: «A Seixalíada tem sido e é o rosto do desporto para todos incarnado num projecto municipal onde o desenvolvimento desportivo, o apoio ao Movimento Associativo e às escolas e o investimento em equipamentos tem sido e será uma prioridade do Poder Local. Nesta edição e ao longo de quase duas décadas, a Seixalíada não foi apenas um evento desportivo: tem sido e é, acima de tudo, uma festa do município na expressão da vitalidade do Movimento Associativo e do incomensurável alcance social da sua actividade, do inestimável trabalho das escolas do concelho na construção dos caminhos da vida.»





## Cinema

• Rogério Feitor

## O terceiro homem

O filme, baseado numa obra de Graham Greene, foi realizado por Carol Reed e protagonizado por Orson Welles. Mas as lendas (sempre as lendas, como nos parece lembrar John Ford, que persistem em vez da verdade dos factos) dizem-nos que a presença de Orson Welles no estúdio bastou para que a sua influência na encenação fosse por de mais considerável para ser ignorada. A história do filme é simples: um homem convida o seu melhor amigo para o visitar em Viena de Áustria, mas quando este chega descobre que o seu anfitrião morreu num acidente de automóvel. Mas esse amigo, escritor policial que é, desconfia das estranhas circunstâncias que envolvem a sua morte e começa a investigar o caso. Após muita persistência descobre que, no momento da suposta morte de Orson Welles, um terceiro homem, não identificado pela polícia, se encontrava presente. E descobre que esse terceiro homem (que era o próprio Orson Welles, afinal ainda vivo, numa espantosa parábola do que seria a sua vida artística futura) era a principal fonte inspiradora de toda a criminalidade da cidade, rio maligno que apenas desembocará na morte dos esgotos.

## A realidade

A realidade, infelizmente, não parece variar muito do brilhante argumento de Greene. Ainda há pouco tempo desenrolaram-se democraticamente eleições na Jugoslávia. A maioria dos observadores foi unânime em dizer que até em Portugal as eleições seriam menos justas (jornais diários portugueses, numa perigosa interpretação das palavras de Jorge Luís Borges, citaram palavras do Avante!, deformando completamente o seu sentido, por intermédio do cinismo). Eleições democráticas, claro está, se os adversários de Milosevic ganhassem. Porque já previamente corria o boato que as eleições estariam deturpadas por organismos ao serviço do ainda presidente jugoslavo, que votos teriam sido comprados, que os militares teriam direito a centenas de votos por indivíduo. Eleições democráticas, claro está, depois de todos os estados ocidentais declararem que o boicote económico continuaria se o povo jugoslavo decidisse pela continuação de Milosevic, que esse mesmo povo jugoslavo teria que escolher pela democracia, ao ser obrigado (o uso não é inconsciente, a obrigação acarreta desde logo um termo autoritário, próprio de uma ditadura, algo que nem o aclamado, pela imprensa ocidental, mensageiro dos infernos, Milosevic, fez) a votar num só candidato: o candidato da liberdade que os estados ocidentais estariam dispostos a dar. Depois, e visto que esse tal candidato democrático (que passa por ser mais uma figura nacio-



nalista neste panorama europeu tão assustador) não ganhou à primeira, uma revolta popular aconteceu, envolto numa alegria pusilânime ocidental. A parábola está conseguida, o texto, espero, é bem fácil de seguir: e o terceiro homem revela-se na tenebrosa figura dos Estados Unidos.

## O Terceiro Homem

O terceiro homem, anteriormente, manobrava no escuro. Agora, ciente de uma incapacidade mundial de o enfrentar, desenvolve as suas jogadas na claridade. Publicamente revela quais são os estados aceitáveis ou não. Demagógicamente publica uma lista dos governos potencialmente perigosos, ou seja, os que não estão dispostos a seguir as suas ordens. O perigo é constante e enorme: como se, neste momento, o PCP estivesse para ganhar as eleições e os Estados Unidos e a União Europeia declarassem que levantariam um embargo a Portugal se tal acontecesse. A democracia capitalista em pleno exercício. O Kosovo, agora ignorado por todos os *media*, é já considerado como o local do mundo onde o crime organizado é mais intenso. A tal mescla étnica, principal razão dos bombardeamentos norte-americanos, desapareceu por completo com a total limpeza, por parte dos albaneses, dos sérvios e dos ciganos. Os jornalistas, pagos pelos principais grupos económicos, parecem estar assustados com a origem dos seus ordenados e publicam a letras miudinhas o descobrimento de valas comuns de sérvios no Kosovo. Cheguei mesmo a ler, algures numa notícia indiferente, alguém a dizer que os Estados Unidos tinham derrotado o último bastião europeu que ainda lhes fazia frente. O processo intelectual de descobrir a verdade parece não interessar aos jornalistas portugueses, mais preocupados com as peripécias do Big Brother.

No filme, o tal amigo de Orson Welles, num processo de investigação, descobre quem o seu amigo verdadeiramente era, renegando-o a ele e à sua maldade patológica quando o encontra ainda vivo. Conseguirá a população mundial descobrir a tempo as enganosas intenções deste terceiro homem que insiste em estar vivo? Como uma canção nos diz: a revolução não será televisionada. Não fiquem à espera para sair à rua.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

## Actualidade

I

Antes do telejornal  
colhi uma flor.  
Branca.

Quando voltei a olhá-la  
tinha tintas de sangue  
as pétalas.

Senhor, Senhor, por que me abandonaste?

II

Rodrigo Guedes de Carvalho  
lê:

“Nos últimos dias  
morreram  
centenas de palestinianos.”

Grande epidemia, caracas,  
grassa no Médio Oriente!

III

Os *lobbies* judeus americanos  
ameaçaram as televisões  
de lhes cortar  
a publicidade.

Israel passou a ter razão.  
A estar perigosamente ameaçado.

Quanto a isso, senhores,  
não resta a menor dúvida.

(Segue um bloco publicitário)

IV

Fortalezas, os tanques.  
Helicópteros varrem  
as ruas de Nablus.

O povo? Responde com pedras  
arrancadas da alma  
e da carne.

A funda é ali  
a arma mais sofisticada.

E a mais temível, segundo a Bíblia.

V

Sanções conta Israel?  
Um bloqueio dos Quinze?

Israel tão pequenino  
e tão mimoso  
coitadinho  
não faz mal a uma mosca.

No Big Brother  
quem vai sair  
quem será  
esta noite?

VI

Ah, estes quinze!

Talvez seja nojo  
a palavra exacta.  
Talvez essa não. Talvez...

Há um rio de fogo  
subterrâneo à garganta.

VII

O que é que ainda falta  
Palestina?

Quanto mais tempo ainda,  
Palestina?

Quando já nem houver uma criança  
Palestina?

Quando já não respirares  
Palestina?

Quando estiver cumprido em ti  
o segundo holocausto  
Palestina?

## Cartoon

• Monginho

O SECRETÁRIO-GERAL DO PS  
ADMITIU QUE DENTRO  
DO PARTIDO EXISTEM PESSOAS  
QUE O QUEREM DEITAR  
ABAIXO !!!

POIS É...  
JÁ O SOARES,  
CONSTÊNCIO E SAMPÃO  
DIZIAM O MESMO...  
SERIA DE TI... GUTERRES?

